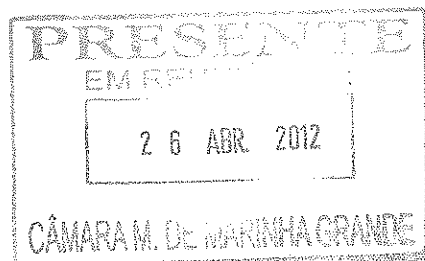


Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA**



# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ACAMG - ASSOCIAÇÃO CONCELHIA DAS ASSOCIAÇÕES DA MARINHA GRANDE	040701	15.000,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ADESER II - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL DA REGIÃO MARINHA GRANDE, IPSS	040701	39.500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA L) DO Nº 1 E ALÍNEAS A) E E) DO Nº 4 DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VIEIRA DE LEIRIA	040305	19.462,60 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA L) DO Nº 1 E ALÍNEA D) DO Nº 4 DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18/09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GUILHERME STEPHENS	040305	53.848,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA L) DO Nº 1 E ALÍNEA D) DO Nº 4 DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18/09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	AGRUPAMENTO ESCOLAS NERY CAPUCHO	040305	36.509,31 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	AÍDA ROSA NETO DA SILVA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ALEXANDRA FILIPA PIEDADE GONCALVES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ALFREDO MIRANDA PEREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ÁLVARO MANUEL MONTEIRO DOS SANTOS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	AMADEU PEREIRA DIAS	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA CRISTINA MADEIRA REBOLA PESTANA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA ISABEL GOMES PIRES PEREIRA JORGE	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA ISABEL LAMBELHO COSTA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA MARIA DA SILVA CORDEIRO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA MARIA FERREIRA DE ANUNCIAÇÃO	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA MARIA MARQUES DE MATOS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA RITA COELHO ROLDÃO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA SOFIA LOURENÇO CARVALHO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANA SOFIA MARQUES CARQUEJEIRO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANABELA DA SILVA DUARTE	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANDREIA FILIPA RODRIGUES FERREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANDREIA MARGARIDA GUERRA DUARTE	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANTÓNIO JOSÉ ROCAS PINTO	040802	250,00 €	

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

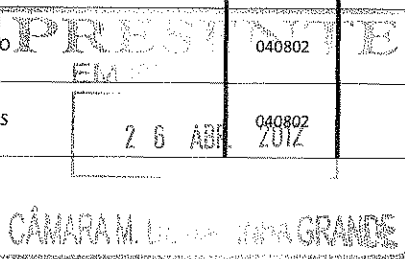
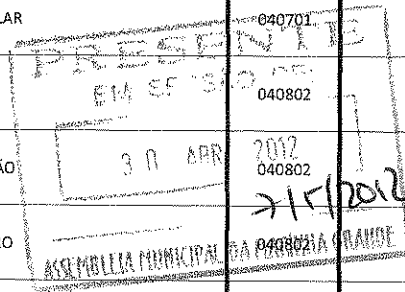
# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ANTÓNIO PEREIRA PINTO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE	040701	1.950,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DA COMEIRA	040701	2.290,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO DE DADORES BENÉVOLOS DE SANGUE DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE	040701	1.000,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NAÚTICO MARINHA GRANDE	040701	32.700,00 €	
AO ABRIGO DA LEI Nº 42/98 DE 06/08 E LEI Nº 172/99 DE 21.09	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA AMLEI	04050105	273,64 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA SÃO SILVESTRE	040701	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VIEIRA DE LEIRIA	040701	37.500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE	040701	128.605,75 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR	040701	15.000,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DEFICIENTES	040701	1.000,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS DOENTES DE PARKINSON	040701	2.500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO SOCIAL CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO	040701	29.400,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO TÓCANDAR	040701	6.300,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASURPI - ASSOCIAÇÃO SINDICAL UNIÃO DOS REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS	040701	3.150,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	040701	24.897,48 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO POPULAR	040701	3.480,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	BRUNO DANIEL MOITA MARTINS	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	BRUNO FILIPE CARDOSO CRISTÓVÃO	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	BRUNO MIGUEL FERREIRA MADURO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	BRUNO MIGUEL MARQUES BRITES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	BRUNO MIGUEL NEVES FIGUEIREDO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARINA MARGARIDA GALO SANTOS	040802	250,00 €	



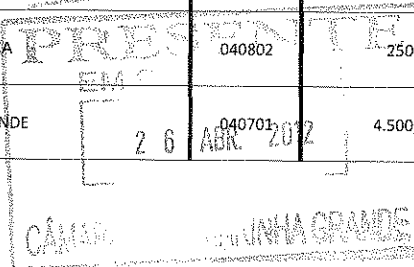
# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARINA SOFIA PAULO CRUZ	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLA CRISTINA DE SOUSA LUCAS REIS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLA DANIELA RIBEIRO SOUSA GRILO	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLA MARGARIDA SOUSA DA SILVA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLA MARGARIDA TRALHÃO GONÇALVES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLO ANTÓNIO CAMINHA MARTINS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLOS JORGE FERREIRA DINIS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLOS MANUEL BASÍLIO MARQUES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLOS MANUEL DA SILVA ANDRÉ	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARLOS MANUEL MARQUES PEREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARMEN DOLORES FERNANDEZ ANTUNES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CARMEN DOLORES RIBEIRO E SÁ	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CASA DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE	040701	19.000,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CATARINA DE OLIVEIRA SOARES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CATARINA ISABEL PIRES BARRETO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CATARINA MARILI LOPES VICENTE	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CELSO RODA NOGUEIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CENTRO RECREATIVO CULTURAL JUVENTUDE CASAL D'ANJA	040701	1.720,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE VIEIRA LEIRIA	040701	1.500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CEPAE - CENTRO DO PATRIMÓNIO DA ESTREMADURA	040701	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CLAÚDIA SOFIA APARÍCIO FERREIRA ROSA	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CLÁUDIO BRUNO CARDOSO DA FONSECA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CLUBE AUTOMÓVEL DA MARINHA GRANDE	040701	4.500,00 €	



## TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE	040701	13.620,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA	040701	1.475,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CLUBE DESPORTIVO MOITENSE	040701	14.716,05 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE	040701	6.100,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	COMISSÃO DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS DA FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA	040701	2.250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CRISTINA GOMES PATRICIO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CRISTINA ISABEL DA SILVA REBELO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DANIELA FILIPA REBOLA MONTIJO FRANCO DE SOUSA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DANIELA MARGARIDA DUARTE DA SILVA	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DANIELA PATRÍCIA MARTINS ROSA	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DANIELA SANTOS DE OLIVEIRA RICARDO	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DANIELA SOFIA GOMES VELOSO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DIANA MARGARIDA MARTINHO LOURENÇO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DIANA MARINA GOMES PEREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DORA CRISTINA ROLDÃO DE OLIVEIRA AGOSTINHO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	DORA MARINA JOAQUIM LAMEIRAS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	E.A.S. - ACADEMIA DE FUTEBOL DA MARINHA GRANDE	040701	880,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	EDUARDO JOSÉ PEDROSA HENRIQUES	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ELEONORA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ELISA DA CONCEIÇÃO RAMOS SIMÕES SILVA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ELMA MORGADO COELHO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ELSA CRISTINA MOREIRA MARQUES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ELSA MARGARIDA DA SILVA MENDES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ESCOLA DE JUDO ESTRELA MARINHENSE	040701	4.560,00 €	

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE VIEIRA DE LEIRIA	040701	1.500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FILIFE AURÉLIO MERCA DINIS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FILIFE MANUEL GONÇALVES MOREIRA RUIVO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FLÁVIO ALEXANDRE BRAZ CRUZ	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DO ART. 64º, Nº 6, ALÍNEA C), ART. 66º, Nº 1 E 2 DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FREGUESIA DA MARINHA GRANDE	04050101	79.239,26 €	
AO ABRIGO DO ART. 64º, Nº 6, ALÍNEA C), ART. 66º, Nº 1 E 2 DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FREGUESIA DA MOITA	04050103	57.681,29 €	
AO ABRIGO DO ART. 64º, Nº 6, ALÍNEA C), ART. 66º, Nº 1 E 2 DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA	04050102	140.217,76 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FUTEBOL CLUBE OS BELENENSES	040701	3.630,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GABRIEL HENRIQUES SOARES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GABRIELA MARIA COSTA GONÇALVES	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GONÇALO ANDRÉ CARREIRA MOREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GONÇALO PEDRO ROMÃO ALEXANDRE	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GRUPO DESPORTIVO CASA ÁGUA COMPETIÇÃO	040701	400,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GRUPO DESPORTIVO DA PRAIA DA VIEIRA	040701	2.702,34 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS	040701	2.702,34 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GUIDA MARIA BOIÇA DOS SANTOS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	GUIDA MARISA FERREIRA GUERRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	HÉLDER MANUEL CORREIA RODRIGUES	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	HUGO MIGUEL BERNARDO RIBEIRINHO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	HUGO MIGUEL RODRIGUES BAROSA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	HUMBERTO CARLOS DIAS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ILDA MARGARIDA SIMÕES LOPES DE SOUSA	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	040701	41.503,49 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	INÊS MARTINHO PEREIRA DE OLIVEIRA	040802	250,00 €	

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

*[Handwritten signatures and notes on the right margin]*

# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ISABEL MARIA MARQUES PEREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ISAURA DA CONCEIÇÃO SILVA	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOANA MARGARIDA DE ALBUQUERQUE GONÇALVES TORRADO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOÃO CARLOS MARQUES FERREIRA	040802	700,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOÃO MIGUEL CARPINTEIRO BERNARDO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOÃO MIGUEL CHARRUA DE SOUSA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOÃO MIGUEL CORTES DE OLIVEIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOÃO MIGUEL MARQUES DUARTE PEREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOÃO RENATO VIEIRA REIS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOÃO TIAGO BRAZ PEREIRA	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOAQUIM DA COSTA TEIXEIRA	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOEL DA SILVA RODRIGUES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOEL RICARDO MARTINS PASCOAL	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JORGE CARLOS DOS SANTOS RODRIGUES BREDA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JORGE MANUEL TESOUREIRO CÉSAR	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MENDES	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOSÉ ANTÓNIO RIBEIRO GONÇALVES	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOSÉ ANTÓNIO RODRIGUES DE ALMEIDA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOSÉ CARLOS DINIS SERRÃO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOSÉ JOÃO CARDOSO DOS SANTOS LUIS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JOSÉ PEDRO DUARTE CARDOSO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE - CENTRO DE CULTURA E DESPORTO	040701	5.000,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LEANDRO MIGUEL COSTA ALVES	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LIGIA MARIA DAS NEVES FERREIRA GÂNDARA	040802	350,00 €	

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LILIANA CATARINA GONÇALVES NORTE	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LILIANA FERREIRA VICENTE FERNANDES	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LILIANA NUNES CONSTÂNCIO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LILIANA PAULA NUNES FERNANDES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LILIANA SOFIA DOS SANTOS MARQUES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LILIANA SOFIA FERREIRA DA SILVA	040802	700,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LILIANA SOFIA MARTINS NETO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LUCIANA CATARINA RODRIGUES BARBEIRO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LUCILIA MARIA ALMEIDA RUIVACO CLEMENTE	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	LUIS MIGUEL GONÇALVES SOUSA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MÁRCIA CRISTINA BOAVIDA DOMINGUES DA SILVA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MÁRCIO FILIPE GONÇALVES CONSTÂNCIO DOS SANTOS MADEIRA	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MARCO GABRIEL FERREIRA GODINHO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MARGARIDA ISABEL MORAIS DE SOUSA CAMPOS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MARIA INÁCIA PARDAL ROMÃO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MARIA JOÃO FRANCO PASSAGEM	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MÁRIO RUI DA COSTA VIEIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MÁRIO RUI MARANHÃO LABORINHO VIDAL	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	MARISA CRISTINA DOS SANTOS MARQUES SOUZA RAMOS	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	NATÉRCIA SOFIA DA CRUZ FERREIRA SOARES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	NÉLIA ARMANDA CALADO COSTA	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	NOEL HUGO DOMINGUES CARLOS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	NUNO ALBERTO CRISTOVÃO BARRADAS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	NUNO MIGUEL DE SOUSA NASCIMENTO	040802	250,00 €	

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	NUNO MIGUEL PEREIRA LOPES MARQUES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	OLIVIO PAULO FERREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ORFEÃO DE LEIRIA	040701	1.000,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	OTILIA MARGARIDA JESUS MALPIQUE	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULA LUISA PEREIRA LUIS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULO ANDRÉ DE JESUS GOMES	040802	700,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULO DAVID ALVES FERREIRA GOMES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULO FERNANDO ALVES VALENTE	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULO JORGE LOUREIRO DE SOUSA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULO MIGUEL DA SILVA DIAS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULO MIGUEL POUSOS TEIXEIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULO RICARDO PEDROSA HELENO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PAULO SÉRGIO VERGUEIRA GUERRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PEDRO ANTÓNIO BERNARDINO MARTINS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PEDRO MIGUEL BARBOSA MESQUITA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PEDRO MIGUEL RUA DO NASCIMENTO BONDOSO	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	PEDRO NUNO PEREIRA MARTINS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RAFAELA CARINA CARVALHO SANTOS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	REGINA MARIA RODRIGUES SANTOS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RENATO MALTA MACHADO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RICARDO JOÃO SARAIVA PEDRO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RICARDO JORGE OLIVEIRA CARDOSO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RICARDO MANUEL MONTEIRO BRITO ALVES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RICARDO MIGUEL DA CUNHA LEMOS	040802	250,00 €	

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

*Handwritten signature and initials*

## TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RUI FILIPE DA COSTA GUERREIRO	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RUI MANUEL DA SILVA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RUI PAULO DUARTE FRAGATA	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	RUTE MARINA DA ASSUNÇÃO COSTA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SANDRA CARLA SANTOS REIS	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SANDRA CRISTINA GOMES BRITES	040802	500,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SANDRA ELZA CONCEIÇÃO SALDANHA BRAZ	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SANDRA GIL GASPAR	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SANDRA ISABEL RODRIGUES CRUZ BOTAS	040802	700,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SANDRA MARGARIDA BRANCO MARQUES	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SANDRA MARIA HENRIQUES LAGOA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SARA CRISTINA RODRIGUES DE JESUS FIGUEIREDO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SARA SOFIA EZEQUIEL SOARES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÉRGIO DE SOUSA CRUZ	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÉRGIO MANUEL GONÇALVES DIAS	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÉRGIO MIGUEL GASPAR MORGANICA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÉRGIO MIGUEL JORGE FAZENDEIRO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SOCIEDADE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º JANEIRO	040701	670,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º MAIO	040701	39.940,10 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA GARCIEENSE	040701	1.560,84 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA	040701	6.422,34 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SOFIA ISABEL DA SILVA MOREIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÓNIA CLARA ALVES E SILVA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÓNIA ISABEL DE OLIVEIRA LOUREIRO	040802	250,00 €	

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÓNIA MARGARIDA MATIAS RODRIGUES	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÓNIA MARGARIDA SANTOS MORGADO	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SÓNIA PEREIRA NOGUEIRA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SPORT IMPÉRIO MARINHENSE	040701	300,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SPORT LISBOA E MARINHA	040701	14.204,69 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	040701	13.218,05 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SPORTING CLUBE MARINHENSE	040701	25.472,10 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	STÉLIA CATARINA ROSA SOARES ANDRÉ ADEVINHA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SUSANA MARGARIDA DINIS BAROSEIRO RICARDO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SUSANA MARIA RAMOS PAULO FOJO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SUSANA PAULA DA GRAÇA PEREIRA GONÇALVES	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SUSANA PAULA FILIPE COSTA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SUSANA TERESA CARDOSO SOBREIRA DUARTE	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	TÂNIA FILIPA SOARES BRAZÃO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	TÂNIA ISABEL PIRES FRANCISCO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	TÂNIA SOFIA CONCEIÇÃO ARCANJO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	TEATRESCO - GRUPO DE TEATRO	040701	1.550,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	TELMA ELISABETE DOS REIS ESTEVES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	TERESA MARGARIDA DE OLIVEIRA DEODATO	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	TERESA MARIA JERÓNIMO ALVES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ART. 17º DO DECRETO-LEI Nº 67/2008 DE 10/4	TURISMO DE LEIRIA - FÁTIMA	040701	5.712,17 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VANDA LUISA FERREIRA PÊCGO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VÂNIA CRISTINA MACHADO SANTOS DA SILVA	040802	350,00 €	

PRESENTE  
30 APR 2012  
717/2012  
CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE  
26 APR 2012  
CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

out  
h  
[Handwritten signatures and initials]

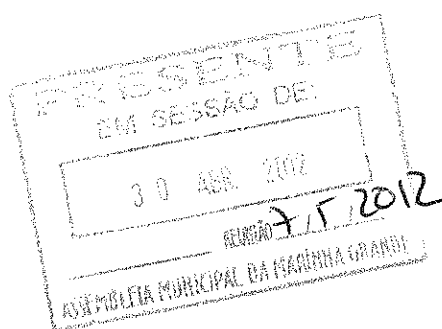
# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VASCO PEREIRA RUIVACO FERNANDES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VERA LÚCIA RAMA SEQUEIRA BOIÇA	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VERA MARIA SOUSA GOMES	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VERA PAULA DUARTE JARDIM	040802	350,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VITOR MANUEL ATANÁSIO AFONSO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VITOR MANUEL DIAS RUIVO	040802	250,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO Nº 7º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	VITOR MANUEL SANTOS MARQUES	040802	350,00 €	
			1.025.514,60 €	



*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: A large stylized signature.  
 - Middle right: A signature starting with 'G' and 'S'.  
 - Bottom right: A signature starting with 'CR' and 'W'.  
 - Bottom center: The initials 'ont'.

Câmara Municipal



PRESENTE  
EM RUA

30 ABR. 2012

REUNIO 7/5/2012

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE  
EM RUA

26 ABR. 2012

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

A collection of handwritten signatures and initials in black ink. At the top left, there is a small box containing the number '12'. Below it, the word 'Frank' is written in a cursive script. To the right of 'Frank', there is a large, stylized signature that appears to be 'J. Frank'. Below 'Frank', there are several other signatures and initials, including a large 'J' followed by a signature, and a signature that looks like 'J. Frank' again. At the bottom, there are more initials, including 'J. Frank' and 'J. Frank'. The handwriting is fluid and cursive.

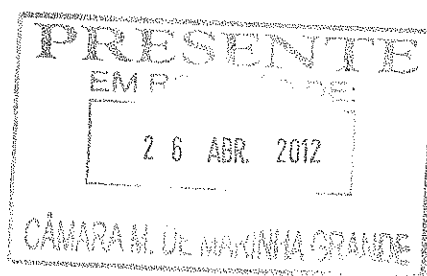
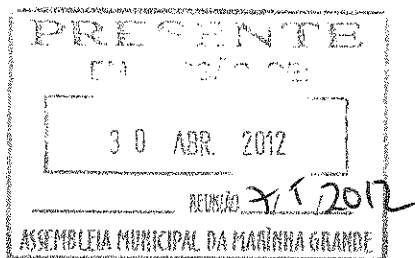
# TRANSFERÊNCIAS CAPITAL DA DESPESA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

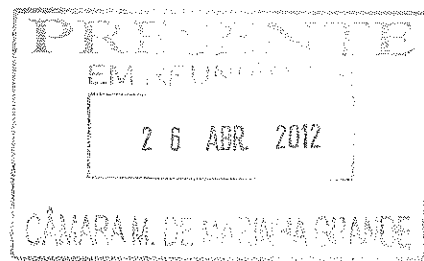
Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Beneficiária	Classificação Económica	Transferências Efectuadas	Observações
AO ABRIGO DO ART. 8º DA LEI Nº 159/99 DE 14.09; ALÍNEAS H) E M) DO Nº 2 E ALÍNEA A) DO Nº 4 DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01; ART. 54º DA LEI Nº 2/2007 DE 15.01; E ART. 17º DO DECRETO-LEI Nº 348/87 DE 24.12 - ACORDO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE A ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CENTRO, IP E O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE	ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CENTRO, I.P.	080306	54.432,51 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E PROMOÇÃO SOCIAL DESPORTIVO NAÚTICO MARINHA GRANDE	080701	2.178,00 €	
AO ABRIGO DA LEI Nº 42/98 DE 06/08 E LEI Nº 172/99 DE 21.09	ASSOCIAÇÃO DE MUNICIPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA AMLEI	08050105	2.671,06 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	CENTRO RECREATIVO CULTURAL JUVENTUDE CASAL D'ANJA	080701	4.189,92 €	
AO ABRIGO DO ART. 64º, Nº 6, ALÍNEA C), ART. 66º, Nº 1 E 2 DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FREGUESIA DA MARINHA GRANDE	08050101	126.579,64 €	
AO ABRIGO DO ART. 64º, Nº 6, ALÍNEA C), ART. 66º, Nº 1 E 2 DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FREGUESIA DA MOITA	08050103	15.599,98 €	
AO ABRIGO DO ART. 64º, Nº 6, ALÍNEA C), ART. 66º, Nº 1 E 2 DA LEI Nº 169/99 DE 18.09 ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA	08050102	34.652,17 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE	080701	48.480,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SOCIEDADE INSTRUTIVA E RECREATIVA 1.º DEZEMBRO	080701	4.188,00 €	
AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO Nº 4º DO ART. 64º DA LEI Nº 169/99 DE 18.09, ALTERADA E REPUBLICADA EM ANEXO À LEI Nº 5-A/2002 DE 11.01	SPORTING CLUBE MARINHENSE	080701	7.482,00 €	
			300.453,28 €	



*Handwritten signatures and initials:*  
 - Top right: "108"  
 - Middle right: "del" (with a line through it)  
 - Bottom right: "2011"  
 - Bottom left: "2011"

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA RECEITA**

*Handwritten signatures and initials:*  
Thomaz  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]  
[Signature]

# TRANSFERÊNCIAS CORRENTES DA RECEITA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

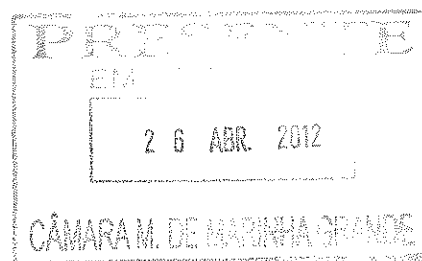
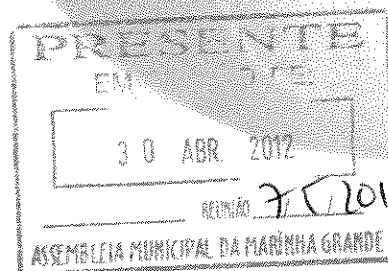
PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
		06010101	5,00 €	0,00 €	
		06010102	5,00 €	0,00 €	
		06010199	5,00 €	0,00 €	
		060102	5,00 €	0,00 €	
		060201	5,00 €	0,00 €	
		060202	5,00 €	0,00 €	
N.º 1 DO ART. 25.º DA LEI N.º 2/2007 DE 15 DE JANEIRO, LEI N.º 55-A/2010 de 31.12	DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030101	2.571.900,00 €	2.571.900,00 €	
N.º 1 DO ART. 25.º DA LEI N.º 2/2007 DE 15 DE JANEIRO, LEI N.º 55-A/2010 de 31.12	DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030102	692.367,00 €	692.367,00 €	
N.º 1 DO ART. 25.º DA LEI N.º 2/2007 DE 15 DE JANEIRO, LEI N.º 55-A/2010 de 31.12	DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030103	862.094,00 €	862.094,00 €	
LEI N.º 55-A/2010 de 31.12	DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS	06030199	73.829,00 €	75.453,00 €	
PROJETO CENTRO-04-0532-FEDER-001004 - PLANO DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E TURÍSTICO DE S. PEDRO DE MOEL	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.	06030601	228.751,50 €	19.970,19 €	
PROJETO Nº 061104/2011/522 - ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - POPH	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL	06030602	72.690,00 €	12.416,92 €	
PROJETO Nº 027861/2009/522 - ESTÁGIOS PROFISSIONAIS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL - POPH	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL			6.195,63 €	
		06030699	5,00 €	0,00 €	
REGULAMENTO APROVADO PELO DESPACHO N.º 22-251/2005, PUBLICADO NA 2.ª SÉRIE DO DR N.º 205, DE 25.10, ALTERADA PELO DESPACHO 12032/2007 PUBLICADO NA 2.ª SÉRIE DO DR N.º 115 DE 18.06 - PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CEB	DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DO CENTRO	060307	878.283,06 €	635.471,70 €	
PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO INGLÊS E OUTRAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - CONTRATO PROGRAMA (REGULAMENTO ANEXO AO DESPACHO N.º 14460/2008 PUBLICADO NO DR, 2.ª SÉRIE, N.º 100 DE 26/5	DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DO CENTRO			1.361,52 €	
ACORDOS DO PRÉ-ESCOLAR - LEI Nº 5/97 DE 10/2 E DL Nº 147/97 DE 11/06	DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DO CENTRO			320.160,50 €	
ALTERAÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS NO ÂMBITO DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR REFERENTE AO ANO LETIVO 2008/2009 NOS TERMOS DO DECRETO-LEI Nº 55/2009 DE 02.03 - LEI Nº 55-A/2010 DE 31.12	DIREÇÃO REGIONAL DA EDUCAÇÃO DO CENTRO			279.471,89 €	
PROTOCOLO ENTRE INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE - LEI N.º 147/99 DE 01.09 E DESPACHO CONJUNTO N.º 562/2001	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.			10.191,79 €	
CONTRATO PROGRAMA COM O IPLB E O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE DE 19.04.2006	INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS			23.397,00 €	
		060309	5,00 €		
		060501	5,00 €		
		060601	5,00 €		
		060604	5,00 €		
		060701	5,00 €		
		060801	5,00 €		
PROJETO CLUSTERPLAST	PAERIE REGIONAL	060901	5,00 €	140,03 €	
		060904	5,00 €		
		060905	5,00 €		
		TOTAL	5.379.994,56 €	4.869.812,84 €	

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

Handwritten signatures and notes on the right margin, including a large signature and the number 337 at the bottom.

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL DA RECEITA**

*Handwritten signatures and initials:*  
shank  
2011  
[Signature]  
[Signature]

# TRANSFERÊNCIAS CAPITAL DA RECEITA

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE  
(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO Ano: 2011

Disposições Legais	Entidade Financiadora	Classificação Económica	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
		10010101	5,00 €	0,00 €	
		10010102	5,00 €	0,00 €	
		10010199	5,00 €	0,00 €	
		100102	5,00 €	0,00 €	
		100201	5,00 €	0,00 €	
		100202	5,00 €	0,00 €	
		10030101	1.714.600,00 €	1.714.600,00 €	
N.º 1 DO ART. 25.º DA LEI N.º 2/2007 DE 15 DE JANEIRO, LEI N.º 55-A/2010 de 31.12	DIREÇÃO-GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS			1.714.600,00 €	
CONTRATO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA CIDADE DA MARINHA GRANDE - CONTRATO N.º 11/2011 - PROCESSO N.º CTR-005/L2/01	DIREÇÃO-GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO	10030104	625.680,00 €	0,00 €	
		10030199	5,00 €	0,00 €	
		10030701	3.971.968,79 €	1.711.545,77 €	
PROJETO CENTRO-04-0532-FEDER-001004 - PLANO DE VALORIZAÇÃO AMBIENTAL E TURÍSTICO DE S. PEDRO DE MOEL	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			190.893,07 €	
PROJETO CENTRO-02-MT50-FEDER-012001 - BENEFICIAÇÃO DA RUA PROFESSOR NERY CAPUCHO E DA RUA BARROS GOMES	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			96.235,61 €	
PROJETO CENTRO-02-MT50-FEDER-013001 - BENEFICIAÇÃO DA RUA SOCIEDADE 1º JANEIRO - ORDEM	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			273.506,14 €	
PROJETO CENTRO-03-0356-FEDER-016086 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS - CASA DA CULTURA	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			101.913,22 €	
PROJETO CENTRO-02-0350-FEDER-013019 - REQUALIFICAÇÃO DE DIVERSOS ARRUAAMENTOS NA VÁRZEA	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			250.197,89 €	
PROJETO CENTRO-03-0350-FEDER-023152 - ARRUAAMENTO PARALELO À ESTRADA DOS GUILHERMES E DUAS INTERSEÇÕES GIRATÓRIAS	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			171.939,84 €	
PROJETO CENTRO-03-MT50-FEDER-002011 - BENEFICIAÇÃO DA RUA ANTÓNIO MARIA DA SILVA	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			221.852,00 €	
PROJETO CENTRO-03-MT50-FEDER-002008 - BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA CASAL GALEGO - CASAL DOS CLAROS (RUA DO REPOUSO)	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			236.395,02 €	
PROJETO CENTRO-03-0350-FEDER-023097 - BENEFICIAÇÃO DA RUA DA INDÚSTRIA	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL, I.P.			168.612,98 €	
		10030799	5,00 €	0,00 €	
		100308	5,00 €	0,00 €	
		100501	5,00 €	0,00 €	
		100601	5,00 €	0,00 €	
		100605	5,00 €	0,00 €	
		100701	5,00 €	0,00 €	
		100801	5,00 €	0,00 €	
		100901	5,00 €	0,00 €	
		100903	5,00 €	0,00 €	
		100904	5,00 €	0,00 €	
			6.312.333,79 €	3.426.145,77 €	

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

26 ABR. 2012

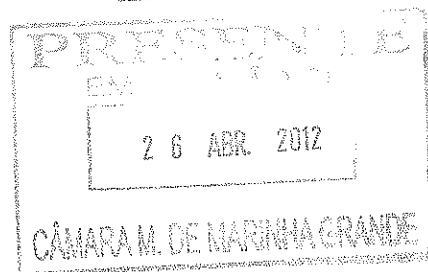
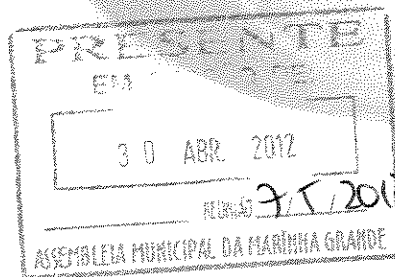
Handwritten signatures and stamps are present on the right side of the page, including a large signature at the bottom right and a stamp dated 26 ABR. 2012.

# Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



## SUBSÍDIOS CONCEDIDOS



9  
Handwritten signatures and initials, including "Hauke" and "JH".

# SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

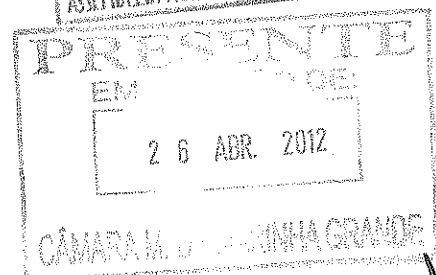
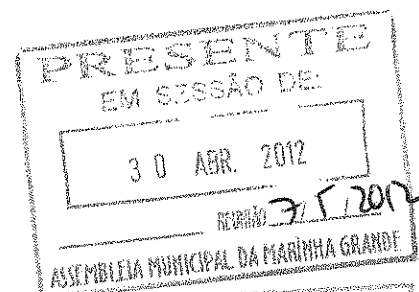
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

(Designação da Autarquia Local)

PERÍODO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO

Ano: 2011

Disposições Legais	Finalidade	Entidade Beneficiária	Classificação Económica	Subsídios Pagos	Observações
CONTRATO DE GESTÃO PARA SERVIÇO DE TRANSPORTE PÚBLICO URBANO DE PASSAGEIROS	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	TUMG - TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, EM	0501010101	279.840,00 €	
		TOTAL		279.840,00 €	



Handwritten signatures and initials, including "H", "J", "A", "C", "W", and "2A".



PRESENTE  
EM DATA DE:  
30 ABR. 2012  
REUNIAO 7/5/2012  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENT  
EM REUNIAO  
26 ABR. 2012  
CAMARA DE MARINHA GRANDE

11  
Hawkins

# 4.3.11 - ATIVOS DE RENDIMENTO FIXO

## Município da Marinha Grande

(designação da autarquia local)

Ano: 2011

Descrição do Ativo	Entidade Devedora	Valor a 1 de janeiro		Valor a 31 de dezembro		Rendimento		Observações
		Valor Nominal	Valor de Mercado	Valor Nominal	Valor de Mercado	Vencido e Cobrado	Vencido por cobrar	

A curto prazo .....

A médio e longo prazos .....

Unidades de Participação	LUSITÂNIA GÁS - Companhia de Gás do Centro, SA	3.435,00 €	0,00 €	3.435,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos	62.349,74 €	0,00 €	62.349,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125 UP's
Acções Nominativas Sólidas, SA	VALORLIS - Valorização e Tratamento de Resíduos	119.400,00 €	0,00 €	119.400,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Acções	SIMULIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA	494.405,00 €	494.405,00 €	494.405,00 €	494.405,00 €	0,00 €	430.384,35 €	De acordo com previsto no contrato de concessão
	TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande EM	338.000,00 €	0,00 €	338.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
	COOPPOVO - Cooperativa de Consumo do Povo da Marinha Grande, SCRL	37,41 €	0,00 €	37,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Unidades de Participação	OPEN - Associação para Oportunidades Específicas de Negócio	120.000,00 €	0,00 €	120.000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	240 UP's

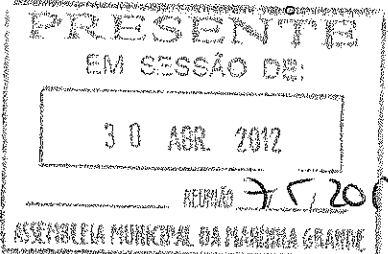
ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 26 de Abril de 2012

26 ABR 2012

ÓRGÃO DELIBERATIVO

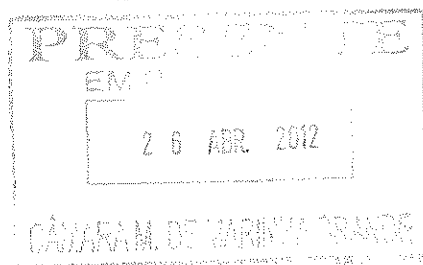
Em 30 de Abril de 2012



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**ATIVOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL**



*Handwritten signatures and initials:*  
H  
M  
M  
C  
W

# 4.3.12 ATIVOS DE RENDIMENTO VARIÁVEL

Município da Marinha Grande

(designação da autarquia local)

Ano: 2011

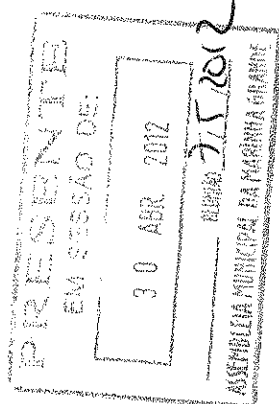
Descrição do Ativo	Entidade Devedora	Valor a 1 de janeiro		Valor a 31 de dezembro		Juros vencidos e recebidos	Juros vencidos e a receber
		Juros vencidos	Valor de Mercado	Valor Nominal	Valor de Mercado		

A curto prazo .....

A médio e longo prazos .....

No ano de 2011 não existem ativos de rendimento variável mas apenas ativos de rendimento fixo.

TOTAL



ÓRGÃO EXECUTIVO

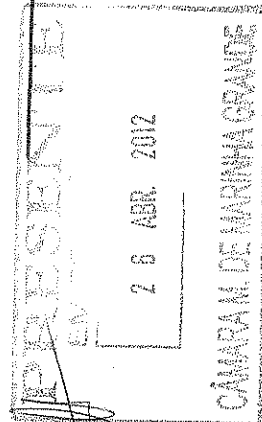
Em 26 Abril de 2012

*Alvaro Pereira*

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 30 de Abril de 2012

*Paula*

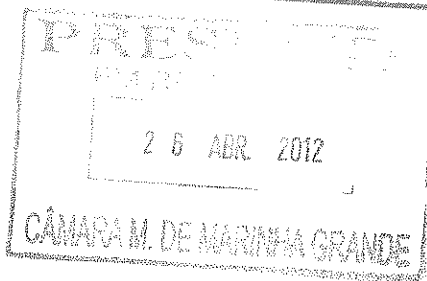
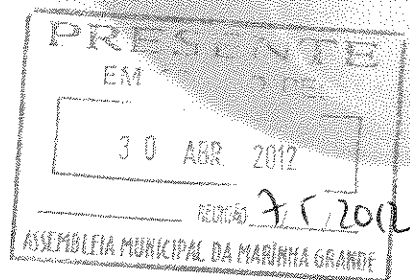


*mt*  
*[Signature]*  
*[Signature]*

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**MAPA DOS EMPRÉSTIMOS**



*Handwritten signatures and initials:*  
- A signature that appears to be "Hauk" with a checkmark.  
- Several other illegible handwritten signatures and initials, including "WP" and "only".

## EMPRÉSTIMOS (a)

Ano: 2011

Caracterização do Empréstimo	Data de Aprovação pela A.M.	Data de contratação do empréstimo	Prazo do Contrato	Anos Decorridos	Visto do T.C		Finalidade do Empréstimo (c)	Capital		Taxa de Juro		Amortização [- Acertos ano anterior (**)]	Encargos de ano		Encargos do ano vencidos e não pagos	Divida em 31 de Janeiro	Divida em 31 de Dezembro	
					N.º Reg.	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual		Juros [- Acertos ano anterior (**)]	Total				Juros de mora
CURTO PRAZO (b)																		
TOTAL																		
MÉDIO E LONGO PRAZOS (b)																		
Caixa Geral de Depósitos	27-04-1998	30-12-1999	15	12	14327	27-01-2000	1 - Av. Acesso Área Industrial de Vieira de Leiria (n.º 822) (d)	85.843,12 €	85.843,12 €	1,000%	3,358%	6.912,92 €	1.030,49 €	7.943,41 €	0,00 €	0,00 €	29.224,28 €	22.311,36 €
Caixa Geral de Depósitos	24-04-1998	30-12-1999	15	12	14326	27-01-2000	1 - Saneamento de S. Pedro de Miel (n.º 923) (d)	167.406,60 €	167.406,60 €	1,000%	3,358%	15.078,72 €	1.949,59 €	15.028,31 €	0,00 €	0,00 €	55.390,11 €	42.211,39 €
Caixa Geral de Depósitos	27-04-1998	30-12-1999	15	12	572	04-04-2000	1 - Entidade Municipal da Marinha Grande (n.º 295) (d)	272.343,65 €	253.923,05 €	1,175%	3,358%	20.292,88 €	3.024,99 €	23.317,87 €	0,00 €	0,00 €	85.787,95 €	65.495,07 €
Caixa Geral de Depósitos	27-04-1998	30-12-1999	15	12	571	04-04-2000	1 - Beneficência do FM 535 (n.º 277) (d)	196.476,49 €	196.476,49 €	1,175%	3,358%	15.822,20 €	2.358,54 €	18.180,74 €	0,00 €	0,00 €	66.888,10 €	51.065,90 €
Caixa Geral de Depósitos	27-04-1998	30-12-1999	15	12	569	04-04-2000	1 - Reforço do Abastecimento de Água a Píscaris (n.º 828) (d)	35.514,41 €	32.322,10 €	1,175%	3,358%	2.602,88 €	388,00 €	2.990,88 €	0,00 €	0,00 €	11.003,66 €	8.400,78 €
Caixa Geral de Depósitos	27-04-1998	30-12-1999	15	12	570	04-04-2000	1 - Programa Despoluição Integrada da Bacia do Lú (n.º 29) (d)	175.227,70 €	126.724,59 €	1,175%	3,358%	10.205,10 €	1.521,23 €	11.726,33 €	0,00 €	0,00 €	43.141,90 €	32.936,80 €
Caixa Geral de Depósitos	18-07-1998	19-07-1998	15	12	4992	06-05-1999	N - Reestruturação do saldo devedor de empréstimos em vigor (n.º 16)	2.250.956,97 €	2.250.956,97 €	4,500%	1,539%	199.161,82 €	5.560,92 €	204.722,74 €	0,00 €	0,00 €	553.428,33 €	354.266,51 €
Caixa Geral de Depósitos	14-01-2000	30-01-2001	20	10	3767	24-11-2000	N - Financiamento de Projectos Diversos (n.º 294)	4.239.782,13 €	4.029.618,28 €	3,535%	1,489%	237.036,36 €	26.594,67 €	263.621,03 €	0,00 €	0,00 €	2.429.622,84 €	2.190.586,48 €
Caixa Geral de Depósitos	28-09-2001	29-11-2001	15	10	830	11-04-2002	N - Financiamento da aquisição de prédios rústicos para ampliação da Zona Industrial da Marinha Grande (n.º 465)	1.546.273,48 €	1.546.273,48 €	3,714%	1,873%	128.856,12 €	13.685,24 €	142.491,36 €	0,00 €	0,00 €	837.564,82 €	708.708,70 €
Banco Totta & Azeite	29-02-1996	20-06-1996	15	15	45645	28-06-1996	N - Investimento em diversas acções (BTA)	1.206.199,07 €	1.016.149,24 €	8,375%	1,872%	52.169,20 €	422,26 €	52.591,46 €	0,00 €	0,00 €	52.169,20 €	0,00 €
Banco Espírito Santo	10-07-1998	17-07-1998	15	13	27029	13-08-1998	N - Investimento em diversas acções (BES)	2.493.889,49 €	2.468.959,66 €	4,238%	2,071%	186.524,56 €	8.630,79 €	198.155,75 €	0,00 €	0,00 €	521.193,70 €	331.688,74 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3235	27-12-2002	1 - Financiamento do Projecto "Acessibilidades à Amieira" (003) (d)	106.596,00 €	68.918,42 €	3,870%	2,129%	3.587,12 €	954,02 €	4.541,14 €	0,00 €	0,00 €	45.632,56 €	43.045,44 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3228	27-12-2002	1 - Financiamento do Projecto "Acessibilidades à Pedra e Fonte Santa" (002) (d)	166.611,00 €	130.367,48 €	3,870%	2,129%	6.788,70 €	1.804,98 €	8.591,68 €	0,00 €	0,00 €	88.227,10 €	81.440,40 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3236	27-12-2002	1 - Financiamento do Projecto "Acessibilidades ao Povo Novo" (001) (d)	171.412,00 €	153.743,97 €	3,870%	2,129%	8.380,80 €	2.210,03 €	10.590,83 €	0,00 €	0,00 €	106.048,97 €	96.683,12 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3230	27-12-2002	1 - Financiamento da execução da "Recuperação do Cio Teatro de Vieira de Leiria" (009) (d)	137.619,00 €	137.619,00 €	3,870%	2,129%	7.350,34 €	2.192,22 €	9.542,56 €	0,00 €	0,00 €	108.368,82 €	101.019,48 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3238	27-12-2002	1 - Financiamento da execução da "Estrada Atlântica" (008) (d)	309.761,00 €	254.620,28 €	3,870%	2,129%	13.599,47 €	4.055,99 €	17.655,46 €	0,00 €	0,00 €	200.502,04 €	186.902,37 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3233	27-12-2002	1 - Financiamento da execução das "Acessibilidades e Beneficência das Acessibilidades às Termas de Monte Real" (006) (d)	93.135,00 €	77.857,35 €	3,870%	2,129%	4.138,42 €	1.240,24 €	5.386,66 €	0,00 €	0,00 €	61.309,46 €	53.150,24 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3232	27-12-2002	1 - Financiamento da execução da "Ordenamento do Tráfego proveniente da Zona Industrial e Auto-estrada A8 - ref. Do eixo rodoviário e não da EN 242" (0071) (d)	45.039,00 €	45.039,00 €	3,870%	2,129%	2.405,58 €	717,45 €	3.123,03 €	0,00 €	0,00 €	35.466,11 €	33.080,63 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3229	27-12-2002	1 - Financiamento da execução da "Valorização da Cerca Stephens" (005) (d)	157.799,00 €	118.772,17 €	3,870%	2,129%	6.343,72 €	1.891,99 €	8.235,71 €	0,00 €	0,00 €	95.527,71 €	87.184,06 €
Banco BPI, S.A.	19-11-2002	25-11-2002	20	9	3231	27-12-2002	1 - Financiamento da execução da "Reabilitação do Parque Municipal de Exposições" (004) (d)	205.350,00 €	205.350,00 €	3,870%	2,129%	10.967,80 €	3.271,14 €	14.239,04 €	0,00 €	0,00 €	161.703,92 €	150.736,02 €
TOTAL								14.058.333,11 €	13.361.943,25 €			939.243,21 €	83.444,78 €	1.022.687,99 €	0,00 €	0,00 €	5.569.096,44 €	4.649.853,23 €
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO								6.316.785 €										

## Empréstimo Contratualizado por Associações de Municípios

Caixa Crédito Agrícola Alentejo, S.C.A.	15-01-2001	28-03-2001	15	9		N - Participação na aquisição da sede da AMAE (Lei 42/98, de 6/8 e Lei 172/99, de 21/9)	49.879,79 €	49.879,79 €	4,700%	1,791%	2.671,06 €	273,64 €	2.944,70 €	0,00 €	16.821,5 €
TOTAL							14.108.212,90 €	13.411.823,04 €			941.914,27 €	83.718,42 €	1.025.632,69 €	0,00 €	5.607.949,65 €
LIMITE DE ENDIVIDAMENTO							6.316.785 €								

(a) As colunas serão preenchidas quando se justificar

(b) A desagregar por empréstimos bancários, por obrigações, outros empréstimos e por entidade

(c) Utilizar (I) - se estiver dentro do limite de endividamento, indicando a legislação aplicável, e (N) no caso contrário

(d) Art.º 32 da Lei nº 42/98 de 06 de Agosto

(\*) No ano de 2008 foi efectuada a Cessão da Posição Contratual do empréstimo contratualizado pela Associação de Municípios da Alta Estremadura para a Área Metropolitana de Leiria, razão pela qual se efectuou alteração da entidade face ao ano anterior.

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em 26 de Abril de 2012

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em 30 de Abril de 2012

(\*\*) Explicação aos acertos do ano anterior

O Município da Marinha Grande possui atualmente seis empréstimos contratualizados junto da Caixa Geral de Depósitos, no âmbito do QCA II, cujos encargos anuais são pagos semestralmente, a 30 de Junho e 30 de Dezembro de cada ano.

No final do ano de 2010, e atentos os avisos de lançamento da Caixa Geral de Depósitos reacionados naquela altura relativos à 22.ª prestação, foram efetuadas as devidas ordens de pagamento para regularização dos débitos em conta efetuados, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Montantes a debitar de acordo os avisos de lançamento de 30.12.2010

EMPRÉSTIMOS					TOTAL	
ANTIGA DESIGNAÇÃO	NOVA DESIGNAÇÃO	AMORTIZAÇÃO CAPITAL	COMISSÕES	JUROS	PRESTAÇÃO	
0441/000022/287/0019	0441001094491	3.516,14 €	3,50 €	277,70 €	3.797,34 €	
0441/000023/287/0019	0441001095591	6.652,26 €	3,50 €	525,40 €	7.181,16 €	
0441/000026/287/0019	0441001111891	10.321,63 €	3,50 €	815,20 €	11.140,33 €	
0441/000027/287/0019	0441001114291	8.047,68 €	3,50 €	635,61 €	8.686,79 €	
0441/000028/287/0019	0441001116991	1.323,52 €	3,50 €	104,56 €	1.431,58 €	
0441/000029/287/0019	0441001118591	5.190,64 €	3,50 €	409,96 €	5.604,10 €	
					35.052,27 €	37.841,70 €

A 10.03.2011, e após consulta do extrato da conta 51930, foram detetados lançamentos efetuados pelo Banco nesta data (com data valor de 30.12.2010), para os quais não tinham sido recebidos quaisquer avisos de lançamentos nem qualquer aviso ou comunicação por parte da CGD mas que pela descrição e montantes nos pareceu tratar-se de regularizações às prestações cobradas a 30.12.2010, relativas aos empréstimos anteriormente referidos.

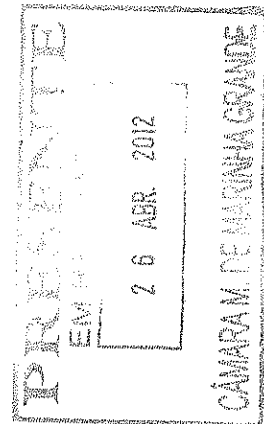
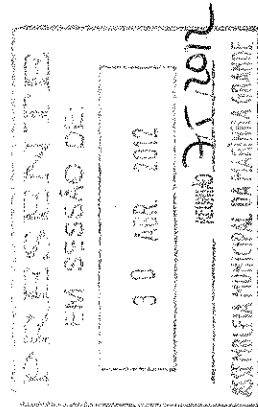
Faço ao exposto foram solicitados esclarecimentos ao banco através dos quais veio informar que as regularizações efetuadas se ficaram a dever ao facto de, aquando do processamento das vigésimas segundas prestações dos 6 empréstimos do QCA II, o sistema ter considerado valores de bonificações da taxa de juro superiores aos efetivamente aplicáveis no período de processamento das operações em causa. Tal facto originou, no total, uma cobrança a menos de 932,96 euros. O quadro que se segue identifica os montantes que foram cobrados e os montantes que efetivamente deveriam ter sido debitados, de acordo com a comunicação de Março de 2011 da CGD supra referida, de forma a apurar-se as diferenças. As regularizações foram efetuadas no decorrer do ano de 2011.

Quadro 2: Montantes cobrados e montantes que deveriam ter sido cobrados (por empréstimo)

EMPRÉSTIMOS					AMORTIZAÇÃO	
ANTIGA DESIGNAÇÃO	NOVA DESIGNAÇÃO	EFETUADA	CORRETA	DIFERENÇA		
0441/000022/287/0019	0441001094491	3.516,14 €	3.446,02 €	70,12 €		
0441/000023/287/0019	0441001095591	6.652,26 €	6.519,61 €	132,65 €		
0441/000026/287/0019	0441001111891	10.321,63 €	10.115,80 €	205,83 €		
0441/000027/287/0019	0441001114291	8.047,68 €	7.887,21 €	160,47 €		
0441/000028/287/0019	0441001116991	1.323,52 €	1.297,51 €	26,01 €		
0441/000029/287/0019	0441001118591	5.190,64 €	5.087,14 €	103,50 €		
					35.052,27 €	34.353,29 €
						698,98 €

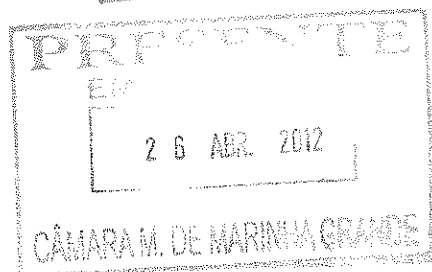
EMPRÉSTIMOS					JUROS	
ANTIGA DESIGNAÇÃO	NOVA DESIGNAÇÃO	EFETUADA	CORRETA	DIFERENÇA		
0441/000022/287/0019	0441001094491	277,70 €	441,41 €	-163,71 €		
0441/000023/287/0019	0441001095591	525,40 €	835,11 €	-309,71 €		
0441/000026/287/0019	0441001111891	815,20 €	1.295,75 €	-480,55 €		
0441/000027/287/0019	0441001114291	635,61 €	1.010,28 €	-374,67 €		
0441/000028/287/0019	0441001116991	104,56 €	166,20 €	-61,64 €		
0441/000029/287/0019	0441001118591	409,96 €	651,63 €	-241,66 €		
					2.768,43 €	4.400,38 €
						-1.631,94 €
TOTAL					37.870,70 €	36.253,67 €
						-1.617,03 €



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS**



*Handwritten signatures and initials, including 'Shank' and 'W.F.'.*

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
C.M.M.G.				2012/04/22	2011	1
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
22		FORNECEDORES		896.071,45		198.492,63
22.1		FORNECEDORES C/C		880.839,24		188.761,65
22.1.02		FORNECEDORES C/C FORNECIMENTOS E SERVICOS		880.839,24		188.761,65
	1011	REPSOL PORTUGUESA, SA.		13,79		
	102	AGENCIA MARINHENSE DE JORNAIS E REVISTAS, LDA.		533,75		158,25
	10534	JOGO DO RATO -ACT. FORMATIVA E EDUCACIONAIS, LDA		28.519,25		
	10694	A. ESPERANCA PEREIRA, LDA.		435,60		
	107	AMERICANA - PAPELARIAS, LIVRAR IAS E EQUIPAMENTOS, S.A.		1.610,24		
	10994	CRISTOVNO MIGUEL DUARTE		790,00		
	10998	AMERICO ALVES - COMERCIO INTER NACIONAL, SA		59,71		
	11678	WAREST-SOCIEDADE NACIONAL DE R ESTAUACAO, LDA				19.956,18
	1249	TMN - TELECOMUNICACOES MOVEIS NACIONAIS, S.A.		2.283,56		
	1215	COIMBRA EDITORA, SA		26,92		
	12250	JORGE COELHO DOMINGUES		455,24		728,46
	12386	MARIA CONCEICAO FERNANDES MARQUES OLALIO		6,05		
	1246	CARVALHO CLIMATIZACOES, LDA.		3.282,14		
	12539	ISIDORO CORREIA DA SILVA, LDA		3.076,36		
	12612	UNISELF-SOCIEDADE DE RESTAURANTES PUBLICOS E PRIVADOS, SA		20.453,54		
	1265	GERTAL - COMPANHIA GERAL DE RESTAURANTES E ALIMENTAÇÃO, S.A.		1.824,18		
	12937	SOCIEDADE COMERCIAL DE FERRAGENS HUAMBO, LDA		23,96		168,75
	12984	BENTWARE, INFORMATICA, UNIPRESS OAL, LDA				17.069,94
	13043	POLIDIAGNÓSTICO-CENTRO POLIVALENTE DE MEDICINA E DIAGNÓSTICO , LDA		1.408,98		
	13219	ACTIPAIL ACTIVIDADES PISCINAS E ACESSORIOS INDUSTRIAIS, LDA		1.040,60		733,82
	13270	MIGUEIS LDA		24,50		
	13415	VIDA ECONOMICA - EDITORIAL, S. A.		96,00		
	13567	C PEÇAS - AUTOMÓVEIS E ACESSÓRIOS, LDª.		3.200,94		1.505,81
	1370	CENTIMTE - CENTRO TECNOLÓGICO DE INDUSTRIA DE MOLDES, FERRAMENTAS ESPECIAIS E PL		780,00		
	13833	INFORMATICA, SERVICOS DE INFORMATICA E ORGANIZAÇÃO S.A.		3.818,76		
	14259	MISCAYAH, SA				332,86
	143	REBOBINADORA DE IRMAOS GRACIO, LDA.		280,86		
	144	SALC-HOTEL - EQUIPAMENTOS HOTELIROS, LDA.		277,86		118,91
	14877	VITORIAS SOC. DISTRIBUIDORA DE GASES, LDA		4.676,53		
	14889	QUANTA PLASTICOS, LDª.		133,10		189,50
	14911	LOURESVIAS - SINALIZAÇÃO VIAS COMUNICAÇÃO UNIPRESSAL, LDª.		4.991,25		
	14957	LEMA AGREGADOS - COMÉRCIO DE AGREGADOS CASTELO BRANCO, SA		2.615,19		568,46
	15189	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, SA		50.396,78		86.600,93
	15300	EFICEMA MOVEIS, LDª		319,82		
	15699	SOCIEDADE PORTUGUESA DO AR LIQUIDO "ARLIQUIDO", LDª.		86,43		90,95
	158	AUTO-SUECO (COIMBRA), LDA.				807,62
	16018	ROSEGUARD RONDAS E SEGURANÇA LD A		4.114,00		
	161	ISS PEST CONTROL - SOCIEDADE DE DESINFECÇÃO E DESINFESTACÃO, LDA		157,30		
	162	ETRON - SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES E EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, LDA.		1.047,16		
	16292	COPIDATA, S.A.		120,51		
	1631	AMADO LOPES & FILHOS, LDA.		2.901,01		
	1646	SOCIUM - ESTUDOS E COMERCIO DE ILUMINACAO, LDA.		484,54		
	16602	OFFICE PAK, COMÉRCIO DE MATERIAL E EQUIP. DE ESCRITÓRIO ESCOLAR E DOMÉSTICO, SA		2.903,28		677,71
	16693	ASSOCIAÇÃO JUVENIL UTOPIA TEATRO		580,00		
	1677	ADRIANO PEREIRA SANTOS MESQUITA		55,96		
	1705	CANALCENTRO - MATERIAIS DE CANALIZAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO, S.A.		258,62		
	176	RIBEIRO & IRMA, LDA.		33,52		
	17795	EDP - SOLUÇÕES COMERCIAIS, SA		2.772,88		
	178	GASOGAS - DISTRIBUIDORA DE OLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA.		587,30		
	17806	SPRAYTECH, UNIPRESSAL LDA		220,16		
	17823	OTONITO, LDA		70,79		
	17825	SOPROMAD-SOCIEDADE PRODUTORA DE MADEIRAS, LDA		299,29		
A TRANSPORTAR ...				153.988,21		79.692,98

**PRESENTE**  
EM SESSÃO DE:

30 ABR. 2012

REUNIAO 75/1012

58.48 CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

**PRESENTE**  
EM:

90,95  
807,62

26 ABR. 2012

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
C.M.M.G.				2012/04/22	2011	2
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		153.988,21		79.692,98
	179	PRESSELIVRE - IMPRENSA LIVRE, S.A.		267,41		
	18077	LAVANDARIA MAXIBRILHO UNIPESOA AL, LDA.		1.769,53		
	18100	INCKEN - SOLUÇÕES EM QUÍMICOS, LDª.		132,13		
	18164	RONCA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOTELIROS, SA		85,05		
	18338	LADISLAU ILÍDIO REIS DA SILVA		1.025,00		
	184	JORNAL DA MARINHA GRANDE, LDA.		145,20		
	18496	GRAVIMÉTRICA - ENGENHARIA E GESTÃO DE INSTALAÇÕES, LDA		332,75		
	1854	COLUMBIA TRISTAR WARNER FILMES DE PORTUGAL, LDA.		238,37		
	18544	PRINTLIFE UNIPESOA, LDª		12.490,68		854,09
	18702	INSPECCENTRO - INSPECÇÃO PERÍODICA DE VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, SA		187,05		154,90
	18715	FIALHOTEL UNIPESOA, LDª.		31,46		
	18820	PORTISA INDÚSTRIA DE PORTAS, SA		787,96		
	195	FAGIR - REPRESENTAÇÕES, S.A.		223,73		
	19915	ECOPORTUÁRIO, LDª.		1.381,02		15.080,08
	19942	VERDE E PÚRPURA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS, LDA		15.162,14		14.094,92
	20023	SACOS 88 - SOCIEDADE PLÁSTICOS, LDª.		225,06		
	20109	RVO - RECOLHA, TRANSPORTE E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS, LDA		23.093,86		
	20110	R.R.I. - RECOLHA RESÍDUOS INDUSTRIAIS, S.A.		9.588,58		
	202	ARGACOL - TINTAS E VERNIZES, S.A.		645,31		128,50
	20403	AURELIO DE SOUSA RIBEIRO		1.113,25		
	20576	MAQUILOTOS - COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA, LDA		23,60		
	20631	ENOR - ELEVACÃO E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, LDA.		467,29		
	20776	AMBIENED, GESTÃO AMBIENTAL LDA		25,26		27,69
	20938	CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE - CESAB		6.545,94		260,64
	21146	DELFIN SOUSA, UNIPESOA, LDA		188,68		
	21147	BENEFROT, COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA LDA		17,42		
	21188	NEW BETRONIC VISION, LDA		1.815,00		
	21206	GABRIEL COSTA E FILHOS, LDA		88,96		
	21268	MT7 - SOCIEDADE DE EQUIPAMENTO TÉCNICO, LDA		16,26		
	21372	ANADOLU - EMPRESA DE VESTUÁRIO UNIPESOA, LDA		258,58		
	21403	CLERITEC - REBOBINAGEM E MANUTENÇÃO, LDA		405,65		
	21597	JAINÉ MARQUES OLIVEIRA RICARDO		447,70		
	21650	ELECTROCUMEIRA ELECTRICIDADE LDA		3.712,05		
	217	WURTH-PORTUGAL - TÉCNICA DE MONTAGEM, LDA.				47,97
	21747	RANCHO POLICLÍNICO OS AVIEIROS DO ESCAROPIM		350,00		
	21790	LEXSEGUR - SEGURANÇA PRIVADA ORGANIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, LDA		23.002,10		
	21905	ZOMED, GESTÃO AMBIENTAL UNIPESOA LDA.		88,15		
	21914	RINAVE - QUALIDADE E SEGURANÇA, ACE		1.159,89		
	21949	MATROLO - EQUIPAMENTOS COMERCIAIS, S.A.				124,18
	22049	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES FLORISTAS DO OESTE E ESTREMOURA		874,50		
	22112	PLENAMENTE - EVENTOS E SERVIÇOS EDUCATIVOS LDA		12.425,73		
	22118	UNIR SONHOS, LDA		359,04		
	22123	LEVA, S.A.		600,25		
	22190	H AGOSTINHO LDA		412,95		
	2243	FAMARI FABRICA MARINHENSE DE CARTONAGEM, SA				398,52
	22484	MORAIS ROLDÃO - FARMÁCIA LDA		12,10		
	22494	POLIDIAGNÓSTICO EMPRESAS, SA		4.148,11		
	22526	MCA - EDIÇÕES E PUBLICAÇÕES, LDA.		110,40		
	22559	JOSÉ SILVA DIAS		253,02		
	22582	AMÉRICO DOS SANTOS E FILHOS, LDA.		121,00		
	22607	MECANOFLOIDOS-INSTALAÇÕES ELETROMECÂNICAS E REDES DE FLUIDO S, LDA.				1.599,00
	22616	ECO-COLLIPO, LDA				1.526,40
	2275	ADRIANO NUNES FILIPE		380,00		
	22782	DIGITAL SOLUTION, LDA.				79,95
		A TRANSPORTAR ...		281.293,38		114.991,97

PRESENTE  
EM LISSÃO DE

30 ABR 2012

7.5.2012

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

PRESENTE  
EM REUNIÃO

47,47

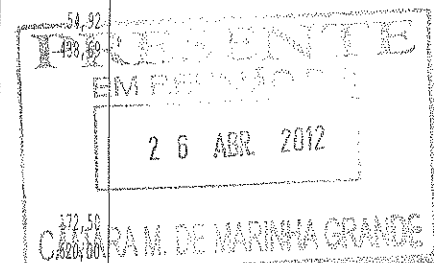
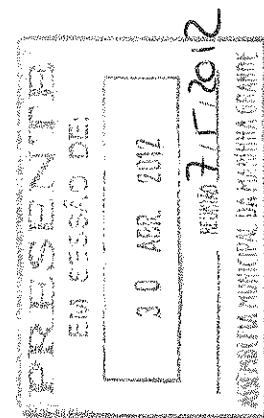
26 ABR 2012

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

h  
m  
Ihanku

cf

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS	DATA	ANO	PAGINA	
C.M.M.G.			2012/04/22	2011	3	
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
TRANSPORTE ...				281.293,38		114.991,97
	22874	HELPFRIO - ASSISTENCIA TECNICA LDA				466,27
	230	OCÉ PORTUGAL - EQUIPAMENTOS GRÁFICOS, SA		80,64		
	2311	CANDIDO MARCOS DA SILVA SOARES		150,00		
	23152	VULCANIZADORA CARLOS & MARIANA LDA				1.082,11
	23251	MEGA BRICO FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS UNIPESSOAL L DA				42,19
	23299	SILVERIO PEREIRA SANTINHOS				312,42
	235	FERNANDO ANTONIO DA SILVA MARQUES		19,26		66,97
	23522	FUTURSCHOOL - INFORMÁTICA E LÍNGUAS, LDA				2.623,92
	2356	ROYAL KEY - COMERCIO DE CHAVES E FECHADURAS, LDA		38,50		11,00
	24597	AMERICANA - PAPELARIA SA				252,38
	24739	FERROL 2 MÁQUINAS E FERRAMENTAS SA				114,86
	24755	QUIMITECNICA COM COMERCIO E INDUSTRIA QUIMICA SA				590,40
	2499	INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENS E		1.258,40		
	254	M. J. ROSA, LDA.		35,97		276,49
	2542	ASSOC. HUM. BOMBEIROS VOLUNTARIOS S M. GRANDE		6.728,81		
	2551	CASA DO PESSOAL DA CAMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE		176,10		72,00
	256	EMPRESA JORNALISTICA REGIO DE LEIRIA, LDA.		275,00		93,48
	2560	ASSOCIACAO DE ENSINO E PROMOCAO SOCIAL DESPORTIVO NAUTICO MARINHA GRANDE		1.756,92		
	267	ANTONIO CARDEIRA MONIZ		300,26		450,95
	2693	SOPLACAS- SOCIEDADE DE PLACAS DE BETÃO, LDA		334,47		
	2723	TIPOGRAFIA DE FATIMA, LDA		2.626,75		
	2725	APPACDM DA MARINHA GRANDE ASS. PORT. DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL		5.599,88		2.540,97
	276	AUTO ELECTRICA CENTRAL MARINHENSE, LDA.		751,83		198,85
	2787	BORA BORA, VALVULAS E TRATAMENTO DE ÁGUAS LDA		16,94		
	2917	DIRECÇÃO REGIONAL DO CENTRO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA		800,00		
	2974	SEVERINO JESUS ROSA		33,99		
	299	ARAÚJO & SILVA, LDA.		196,02		
	3010	SIMILIS-SANEAMENTO INTEGRADO DOS MUNICIPIOS DO LISBOA		114.560,52		
	3014	PT PRIME- SOL- EMPRESARIAS DE TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS, SA		4.328,80		54,92
	311	TAVARES, LDA.		1.035,00		498,50
	3228	MOTASSIS- PLÁSTICOS, SA		499,13		
	328	ESPERANCA & FILHOS, LDA.		102,36		
	3305	ESPELHOS DO LIZ - VIDRARIA E BORDAGEM LDA		1.163,71		
	34	SANTOS TOVIM & FILIPE TOVIM, L DA.		7,41		
	3515	FERNANDO GASPAR DA SILVA		431,29		
	3629	VIA VERDE PORTUGAL -GESTÃO SIST. ELECT. COBRANÇA SA		108,95		
	37	DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DA ADM. PÚBLICA ADSE				172,50
	3730	GLOBAL DIS-DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DE MATERIAIS, S.A.		204,42		420,00
	376	VITOR FAUSTINO & HUGO, LDA		15,00		
	3897	CEJUR- CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS DO MINHO		135,00		
	3898	TSP- TENDAS E ESTRUTURAS FEITAS, LDA		1.072,06		
	3970	SOCIEDADE PORTUGUESA DE AUTORES		1.001,11		
	3973	HOTELS CRISTAL, EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.		1.414,40		
	3977	FLOIDRA PORTUGAL-IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO, COMERCIO E INDUSTRIA, LDA		327,83		
	3987	CEPSA PORTUGUESA PETRÓLEOS, SA		24.207,75		
	401	VARCAUTO - REPARAÇÕES DE AUTOMÓVEIS, LDA.		136,89		
	4079	DIÁRIO DE LEIRIA- EMPRESA JORNALÍSTICA, LDA		92,00		
	420	ALDEIA & LAGOAS, LDA.		37,51		
	43	RODOVIARIA DO TEJO, S.A.		19.023,86		
	4338	INSTALCENTRO- INST. ELÉCTRICAS E CANALIZAÇÕES DE CARVIDE, LDA		3.139,50		
	4380	SONDALIS-CAPTAÇÕES DE ÁGUA, LDA				991,01
	4415	SECURIFORM, HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO UNIPESSOAL, LDA		758,67		575,33
	442	CUSTODIO & RODRIGUES, LDA.				234,19
	4481	REFRILIS - REFRIGERANTES DO LIZ, LDA		47,95		
A TRANSPORTAR ...				475.724,24		127.273,87



Handwritten signatures and initials: H, 27, J. Costa, and others.

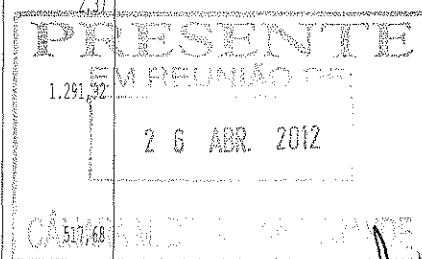
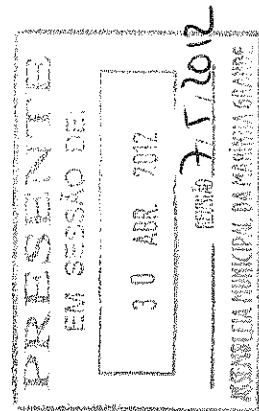
ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
C.M.M.G.		MES : 12 - DEZEMBRO		2012/04/22	2011	4
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
		TRANSPORTE ...		475.724,24		127.273,87
4508		ELEVAR-ASSOCIACAO APOIO TECNICO		707,85		398,52
4519		TUMG-TRANSPORTES URBANOS M.GRA NDE EM		47.100,94		17.496,20
4564		ARMANDO LOPES GAMEIRO PORTOES E AUTOMATISMOS LDA		1.222,10		
47		ADRIANO, BATISTA & MIGUEL, LDA		694,83		
474		ZEFERINO ANDRE		708,66		
4746		FARIA & TIAGO - LUZ SOM E IMAG EM, LDA		181,50		
49		BARATA, SEICA & MORE, LDA.		631,62		
498		ERMELINDO MARIA FRANCO		287,98		
5		CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S. A.		8.102,64		6.156,50
5017		MARIO ROLANDO DA SILVA MARQUES		100,00		
522		LANIS - SINALIZACAO, LDA.		292,74		292,74
523		VALORLIS - VAL. TRATAM. RESIDU OS SOLIDOS, S.A.		180.772,34		
5239		JOBASALTOS - EXTRACAO E BRITAG EM, SA		3.699,88		
5257		PETROLEOS PORTUGAL PETROGAL, S A		6.440,57		621,93
531		SOCIEDADE INDUSTRIAL DE SERRAS, LDA.		339,81		
532		EUSEBIO MACHADO - MARMORES E GRANITOS, LDA.		76,15		
5341		GAMEIRO & VIEIRA MÁQUINAS E PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA, L. DA		1.026,33		
54		LINA & BETA - CASA DAS FLORES, LDA.		40,00		
540		GANDYPNEUS - COMERCIO DE PNEUS E ASSISTENCIA TECNICA, LDA.		216,34		271,31
541		ANTONIO SANTOS ALMEIDA		1.524,07		
547		LIZAUTO - SOCIEDADE PORTUGUESA DE COMERCIO E REPARACAO DE AUTOMOVEIS, LDA.		562,09		
5547		THYSSENKRUPP ELEVADORES, SA		2.567,21		
5574		S.N.S.V.- SOCIEDADE NACIONAL DE SINALIZACAO VERTICAL, LDA		300,69		
570		CLIPTEL - EQUIPAMENTOS DE DESENHO E ESCRITORIO, LDA.		328,52		
5709		CLAUDINO C. DUARTE, LDA		181,50		
5740		CUF-QUIMICOS INDUSTRIAIS SA		812,68		1.120,14
585		AUTO REPARADORA FERNANDO SAMPAIO - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA		140,36		
65		CAIADO - DISTRIBUIDOR DE MATERIAL ELECTRICO, S.A.		217,63		
661		INTERGRAPH (PORTUGAL) - SISTEMAS DE COMPUTACAO GRAFICA, S.A.		2.692,25		
6748		TRANSOGAS-SOCIEDADE DE TRANSPORTES, OLEOS E COMBUSTIVEIS, LDA		1.137,40		1.758,00
676		LÓGICA TI PORTUGAL, S.A.		2.529,80		4.305,00
68		HUMBERTO POCAS, S.A.		3.357,71		214,62
682		MTL - MADEIRAS TRATADAS, LDA.		4.118,97		
688		IDALINA MOREIRA MARTINS SALGUEIRO		502,00		
689		ALUMINIOS AFONSO, LDA		102,85		143,91
696		GUSTAVO CUELLA, LDA.		822,61		
6958		TORRAO VIVO- CONSTRUCAO E MANUTENCAO ESPACOS VERDES LDA				5.893,74
6972		MANUEL PEDROSA		124,92		
6986		VADECA JARDINS S.A.		60.969,40		
7005		JOAQUIM CUSTODIO RODRIGUES, LDA		67,40		
7061		PONTO SACRES INFORMATICA UNIPESSOAL, LDA.		49,57		
7132		OPEN-ASSOC. OPORTUNIDADES ESPECIFICAS NEGOCIO		3.013,39		3.075,00
7247		AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VILA DE LEIRIA		1.349,88		
7337		AGRUPAMENTO DE ESCOLAS GUILHERME STEPHENS		223,14		261,15
739		PAIVA & FILHOS, LDA.		4.797,65		
7424		ADIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPELARIA, LDA.				34,39
7436		LETRAS E LIVROS LIVRARIA, LDA		22,00		
7460		OTIS ELEVADORES LDA		144,84		313,65
7463		GRIFIN-SOLUCOES SISTEMAS INFORMATICOS LDA		110,84		334,00
7493		JOSE DOS SANTOS FERREIRA		1.404,73		
7506		SPPA - SOCIEDADE PORTUGUESA DE PURIFICACAO DE AGUAS		431,97		
7510		BRINDICIS - BRINDES PUBLICITARIOS UNIPESSOAL, LDA.		452,54		
7626		POST CONTACTO - CORREIO PUBLICITARIO, LDA.		633,44		296,06
7646		USIG ASSOCIACAO DOS UTILIZADORES DE SISTEMAS DE INFORMACAO GEOGRAFICA		425,00		
7663		COMANSEGUR-SEGURANCA PRIVADA, S.A.				6.199,20
7669		A.S.F.-SOCIEDADE DE SERVICOS DE VIGILANCIA E ALARMES, LDA		1.592,36		
		A TRANSPORTAR ...		746.078,01		176.459,33

21017  
17 JUL 2012  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FISCALIA

PRESENTE  
EM REUNIAO  
26 ABR. 2012  
CAMARA M. DE MARINHA GRANDE

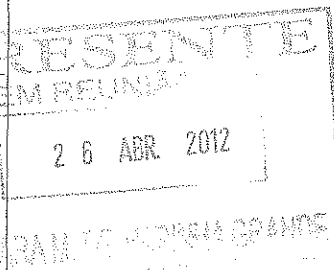
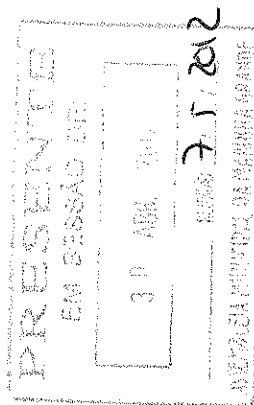
Handwritten signatures and initials, including "M", "mt", "Y.", and "G".

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
C.M.M.G.		MES : 12 - DEZEMBRO		2012/04/22	2011	5
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOER
		TRANSPORTE ...		746.078,01		176.459,33
	770	FERNANDO RIBEIRO FORTUNATO		478,50		478,50
	7711	GCT ON LINE - DISTRIBUICAO ALI MENTAR DIRECTA, SA		183,60		
	7739	ZON TV CABO PORTUGAL, SA		35,19		
	7758	PRAGOSA AMBIENTE S A ECOMBIEN TE S A AGRUPAMENTO COMPLEMENTA R DE EMPRESAS ACE		117.928,49		
	7920	EDIMOTO - PUBLICACOES PERIODIC AS, LDA.		80,00		
	799	SOPSA - REPRESENTACOES E COMER CIO, LDA.		1.500,40		
	8294	OASIS - ORGANIZACAO, APCIO E S OLIDARIEDADE PARA A INTEGRACAO SOCIAL, LDA.		329,16		
	8392	SERGIO LOPES RODRIGUES		19,90		
	8559	MANUEL CURADO DA SILVA AZINHEI RO		184,76		
	8646	MARILAMP-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO, LDA.		480,90		
	8671	FERREIRA E FILHOS REPARAÇÕES A UTO, LDA		284,56		
	8756	ALMIRO DE SOUSA MORGADO		134,06		
	8824	AMPS-ASSISTENCIA TECNICA E CLI MATIZACAO, LDA.		313,24		
	9120	MENDES E IRMAOS, S.A.		293,37		
	9245	FRANCLIN AGOSTINHO DOS SANTOS		1.049,92		45,00
	94	PEDROSO & GONCALVES, LDA		260,58		
	9533	VALTER FERREIRA ARCANJO, LDA.		413,36		
	9642	ALBEGRE COUTO, LDA.		406,00		
	972	ZON LUSOMUNDO AUDIOVISUAIS, SA		1.536,70		
	994	AMBINATURA - CONSERV.MANUTENCA O AMBIENTE, LDA.		9.088,60		11.778,82
22.8		FORNECEDORES-FACTURAS EM RECEP CAO E CONFERENCIA		15.232,21		9.730,98
22.8.01		FORNECEDORES-FACT.RECEPCAO COM FERENCIA-PFS		15.232,21		9.730,98
	1157	JOSE CARLOS DA COSTA RIBEIRO		90,00		
	11922	PESTOX-CONTROLE E DEFECA DO ME IO AMBIENTE, LDA		342,00		
	1209	TMN - TELECOMUNICACOES MOVEIS NACIONAIS, S.A.		542,84		641,78
	12612	UNISELF-SOCIEDADE DE RESTAURAN TES PUBLICOS E PRIVADOS, SA		274,82		
	1265	GERTAL - COMPANHIA GERAL DE RE STURANTES E ALIMENTAÇÃO, S.A.				703,74
	13113	APONTAMENTO - ENSINO, ARTES E CULTURA, LDA.		23,50		
	135	LINDE SOGAS, LDA.		227,48		
	13567	C PEÇAS - AUTOMOVEIS E ACESSÓR IOS, LDª.				2,37
	1370	CENTIMPE - CENTRO TECNOLÓGICO DE INDUSTRIA DE MOLDES, FERRAMENTAS ESPECIAIS E PL		2.016,00		
	14259	NISCAYAH, SA				1.291,92
	14261	ABILIO ROCHA ALMEIDA UNIPESSOA L LDA		544,50		
	143	REBOBINADORA DE IRMAOS GRACIO, LDA.		184,46		
	14924	SOFTLIMITS, SA		940,80		
	15189	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, SA		316,11		
	162	ETSON - SOCIEDADE DE REPRESENT ACCES E EQUIPAMENTO DE ESCRITORIO, LDA.				517,68
	16762	FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOL OGIA - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA		453,75		
	1705	CANALCENTRO - MATERIAIS DE CAN ALIZAÇÃO E CLIMATIZAÇÃO, S.A.		76,78		76,78
	17816	NÍVEL SOLUÇÕES GEOGRÁFICAS INT EGRADAS, LDA		1.025,41		1.025,41
	18829	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O P ATRIMÓNIO INDUSTRIAL		85,00		
	19942	VERDE E PÚRPURA - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE JARDINS, LDA				60,86
	20108	REVALOR - RECUPERAÇÃO E VALORI ZACÃO DE RESÍDUOS, LDA				124,56
	20160	LABORATORIO TOMAZ, SA				30,75
	20779	AGECOP - ASSOCIAÇÃO PARA A GES TÃO DA CÓPIA PRIVADA		47,20		
	20938	CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE - CESAB				1,23
	21597	JAIMS MARQUES OLIVEIRA RICARDO		447,70		
	21790	LEXSEGUR - SEGURANÇA PRIVADA F ORMAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO S, LDA				695,59
	22494	POLIDIAGNÓSTICO EMPRESAS, SA		14,78		144,82
	22521	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECU RSOS HÍDRICOS		45,80		
	22877	FUNDAÇÃO CEFA				1,77
		A TRANSPORTAR ...		888.537,37		194.080,91



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'H. Silva' and others.

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
C.M.M.G.		MES : 12 - DEZEMBRO		2012/04/22	2011	6
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
TRANSPORTE ...				888.537,37		194.080,91
	230	OCÉ PORTUGAL - EQUIPAMENTOS GRÁFICOS, SA		1,90		
	23251	MEGA BRICO FERRAMENTAS E ACESSÓRIOS INDUSTRIAIS UNIPESSOAL L DA				19,28
	256	EMPRESA JORNALISTICA REGIAO DE LEIRIA, LDA.		471,91		
	2722	ASSOCIACAO BANDEIRA AZUL EUROPA		600,00		
	2797	PT COMUNICACOES, SA		552,52		
	285	HOTEL CRISTAL - SOCIEDADE DE EXPLORACAO HOTELEIRA, S.A.		2,50		
	3001	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS		101,39		
	3014	PT PRIME- SOL. EMPRESARIAIS DE TELECOMUNICACOES E SISTEMAS, SA		68,56		953,12
	3730	GLOBAL DIS-DISTRIBUICAO GLOBAL DE MATERIAIS, S.A.		57,32		
	43	RODOVIARIA DO TEJO, S.A.				63,45
	4338	INSTALCENTRO- INST. ELECTRICAS E CANALIZACOES DE CARVIDE, LDA		157,30		
	442	CUSTODIO A RODRIGUES, LDA.				12,99
	4508	ELEVAV-ASSOCIACAO APOIO TECNICO				169,75
	49	BARATA, SEICA & NOBRE, LDA.				182,46
	5080	ORACLE PORTUGAL SISTEMAS DE INFORMATICA, LDA				1.429,22
	5495	NADIA SINALIZACAO - SINALIZACAO E SEGURANCA RODOVIARIA		360,45		
		SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA				
	5535	GEOTERRA ESTUDOS E SERVICOS INTEGRADOS, LDA				1.260,87
	68	HUMBERTO POÇAS, S.A.				2,46
	7463	GRIFIN-SOLUCOES SISTEMAS INFORMATICOS LDA		72,30		
	7626	POST CONTACTO - CORREIO PUBLICITARIO, LDA.		137,03		140,72
	7752	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DA REGIAO DE LEIRIA AMLEI		4.918,67		
	8646	MARILAMP-COMERCIO DE MATERIAL ELECTRICO, LDA.		20,87		
	8824	AMPS-ASSISTENCIA TECNICA E SINALIZACAO, LDA.		3,36		
	9101	MIND - SOFTWARE MULTIMEDIA E INDUSTRIAL, S.A.				79,00
	9170	GLOBALAB - ENSAIOS QUIMICOS E MICROBIOLOGICOS, S.A.				98,40
23		EMPRESTIMOS OBTIDOS	5.589.096,44		4.649.853,23	
23.1		EM MOEDA NACIONAL	5.589.096,44		4.649.853,23	
23.1.2		DE MEDIO E LONGO PRAZO	5.589.096,44		4.649.853,23	
23.1.2.1		EMPRESTIMOS BANCARIOS	5.589.096,44		4.649.853,23	
23.1.2.1.1		BANCO ESPIRITO SANTO	521.193,70		331.668,74	
23.1.2.1.1.1		ATE AO MONTE DE 494.981.971 \$	521.193,70		331.668,74	
23.1.2.1.2		BANCO TOTA E ACORES	52.169,20			
23.1.2.1.2.1		ATE AO MONTE DE 241.820 CTS	52.169,20			
23.1.2.1.3		CAIXA GERAL DEPOSITOS	4.111.951,99		3.377.982,99	
23.1.2.1.3.1		ATE AO MONTE DE 850.000 CTS	2.429.622,84		2.192.586,48	
23.1.2.1.3.2		LINHA DE CREDITO CGD/BEI-QCAII	291.336,00		227.421,30	
23.1.2.1.3.2.01		ATE AO MONTE DE 17.210 CTS - EMPRESTIMO 22	29.224,28		22.311,36	
23.1.2.1.3.2.02		ATE AO MONTE DE 32.560 CTS - EMPRESTIMO 23	55.296,11		42.211,39	
23.1.2.1.3.2.03		ATE AO MONTE DE 54.600 CTS - EMPRESTIMO 26	85.787,95		65.495,07	
23.1.2.1.3.2.04		ATE AO MONTE DE 39.390 CTS - EMPRESTIMO 27	66.888,10		51.665,90	
23.1.2.1.3.2.05		ATE AO MONTE DE 7.120 CTS - EMPRESTIMO 28	11.003,66		8.400,78	
23.1.2.1.3.2.06		ATE AO MONTE DE 35.130 CTS - EMPRESTIMO 29	43.141,90		32.936,80	
23.1.2.1.3.3		ATE AO MONTE DE 451.276.355 \$- EMPRESTIMO 16	553.428,33		354.266,51	
23.1.2.1.3.4		ATE AO MONTE DE 310.000 CTS	837.564,82		708.708,70	
23.1.2.1.4		BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTOS	903.781,55		840.201,50	
23.1.2.1.4.1		LINHA DE CREDITO QCAIII	903.781,55		840.201,50	
23.1.2.1.4.1.01		ATE 106.598 EUROS-EMP.003-ACES SIB.AMEIRA	46.632,56		43.045,44	
23.1.2.1.4.1.02		ATE 166.611 EUROS-EMP.002-ACES SIB. PEDRA/FONTE SAN	88.227,10		81.440,40	
23.1.2.1.4.1.03		ATE 171.412 EUROS-EMP.001-ACES SIB.PERO NETO	108.043,97		99.663,17	
23.1.2.1.4.1.04		ATE 205.350 EUROS-EMP.013-REAB .PARQUE MUNIC.EXPOS.	161.703,92		150.736,02	
23.1.2.1.4.1.05		ATE 137.619 EUROS-EMP.015-CINE -TEATRO VIEIRA LEIRI	108.368,82		101.018,48	
23.1.2.1.4.1.06		ATE 309.761 EUROS-EMP.008-ESTRADA ATLANTICA	200.502,04		186.902,57	
23.1.2.1.4.1.07		ATE 93.135 EUROS-EMP.006-ACES SIB.TERNAS MONTE REAL	61.309,16		57.150,74	
23.1.2.1.4.1.08		ATE 45.039 EUROS-EMP.014-ORDENAM.TRAFICO Z.I. E A8	35.466,21		33.060,63	
23.1.2.1.4.1.09		ATE 157.799 EUROS-EMP.005-VALORIZACAO CERCA STEPHE	93.527,77		87.184,05	
24		ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	4.328,08		18.604,87	
24.3		IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO (IVA)	4.281,19		18.604,87	
A TRANSPORTAR ...				6.485.167,89		4.840.345,86

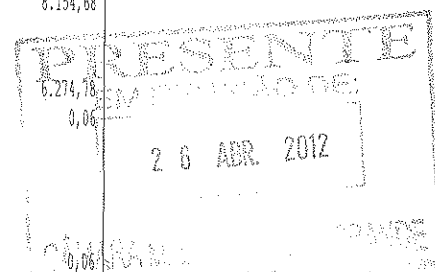
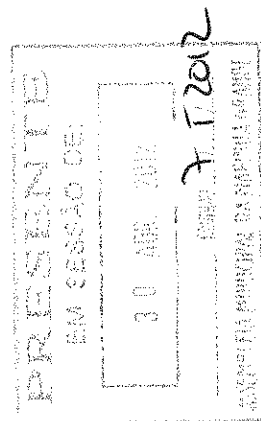


RAMAL - ACRESCIM. GRANDES

Handwritten signatures and initials: H, J. Costa, 24, and others.

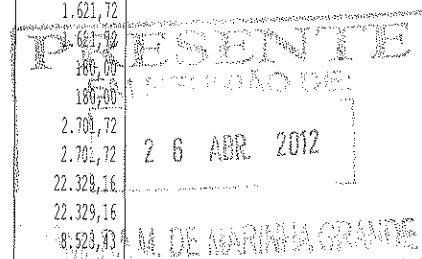
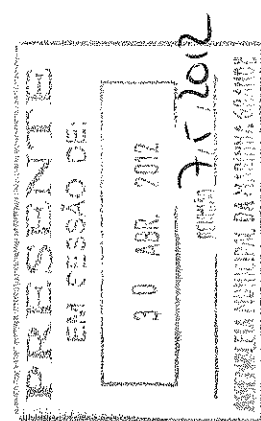


ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
C.M.M.G.		MES : 12 - DEZEMBRO		2012/04/22	2011	8
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		6.849.738,13		5.183.928,52
	522	LANIS - SINALIZACAO, LDA.		17.561,97		17.561,97
	5224	PAVIEDRA - PAVIMENTOS E PEDRA , LDA				15.731,29
	5259	VECOJUNCAL-COMERCIO MOBILIARIO E ILUMINACAO UNIPessoal, LDA		493,68		917,58
	531	SOCIEDADE INDUSTRIAL DE SERRAS , LDA.		913,43		
	543	CONSTRUÇÕES PRAGOSA, S.A.		356.512,45		
	5485	MARINHA AGUAS - CANALIZACOES, LDA				1.039,29
	5495	NADIA SINALIZACAO - SINALIZACAO E SEGURANCA RODoviARIA				103,32
		SOCIEDADE UNIPessoal, LDA				
	5574	S.N.S.V.- SOCIEDADE NACIONAL D E SINALIZACAO VERTICAL, LDA		390,90		
	5645	ASIBEL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A		2.872,03		
	5740	CUF-QUIMICOS INDUSTRIAIS SA				891,01
	608	JOAQUIM MARIA BERNARDES E FILH OS LDA				34.771,27
	620	CIVILVIAS - CONSTRUÇÃO E VIAS, LDA.		28.087,00		
	626	SINALARTE - INDUSTRIA DE SINAL IZACAO, LDA.		912,98		
	6748	TRANSOCAS-SOCIEDADE DE TRANSPOR TES, OLEOS E COMBUSTIVEIS, LD A.				2.706,00
	6819	H2OLIS, LDA.		2.818,91		
	682	MTL - MADEIRAS TRATADAS, LDA.		366,13		
	6837	MANUEL CONCEICAO ANTUNES, COM RUCOES E OBRAS PUBLICAS, SA		367,54		20.356,77
	7061	PONTO SAGRES INFORMATICA UNIPessoal, LDA.		1.374,02		
	7232	LENAPREDIO LDA		31.313,20		11.294,04
	7424	ADIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE PAPELARIA, LDA.				226,32
	7436	LETRAS E LIVROS LIVRARIA, LDA		1.308,90		673,55
	8850	JOSE ANTONIO QUIALOS		3.135,00		3.135,00
	902	ITROM - SISTEMAS DE MEDICAO, L DA		271,77		
	9245	FRANCLIN AGOSTINHO DOS SANTOS		81,25		42,00
	9533	VALTER FERREIRA ARCANJO, LDA.		2.342,97		
	9892	CONSTRUCCOES MANUEL & LENO LDA		18.527,48		
26.1.3		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO-LE ASING		29.174,57		14.429,46
	2616	BANCO COMERCIAL PORTUGUES, S.A .		14.859,11		8.154,68
	6735	TOTTA - CREDITO ESPECIALIZADO, INSTITUICAO FINANCEIRA DE CREDITO SA		14.315,46		
	8564	BANCO SANTANDER TOTTA, SA				
26.1.8		FORNECEDORES DE IMOBILIZADO-FACT.EM RECEP./CONFER.		54.269,91		6.274,78
	10180	ROTARY CLUBE DA MARINHA GRANDE		170,00		0,06
	1067	VWR INTERNATIONAL - MATERIAL DE LABORATORIO, LDA		9,68		
	12769	TELHABEL - CONSTRUÇÕES SA		33.240,16		
	21641	CARMO, SA		4.242,65		
	22123	LENA, S.A.				0,06
	2491	CONSTRUCOES JULIO LOPES, SA		459,92		
	4415	SECURIFORM, HIG E SEGURANCA NO TRABALHO UNIPessoal, LDA		11,50		
	5645	ASIBEL - SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, S.A		16.136,00		
26.2		PESSOAL				3.767,50
26.2.2		REMUNERACOES A PAGAR AO PESSOA L				1.860,72
26.2.2.1		PESSOAL QUADROS-CONT.INDIVID.T RAB.FUNÇÕES PÚBLICAS				1.860,72
26.2.2.1.01		PESSOAL QUADROS-EM FUNÇÕES-RCT FP				1.727,76
26.2.2.1.02		PESSOAL QUADROS-RECRUT.NOVOIS P OSTOS TRABALHO-RCTFP				132,96
	21071	RITA CARINA PEREIRA DOMINGUES				132,96
26.2.8		OUTRAS OPERACOES COM OS MEMBROS S DOS ORGAOS AUTAR.				1.906,78
26.2.8.1		OUTRAS OP.MEMBROS O.A-ASSEMBLE IA MUNICIPAL				1.906,78
26.7		CONSULTORES, ASSESSORES E INTE REDIARIOS		1.210,40		
26.7.1		CONSULTORES E ASSESSORES		24,00		
	10429	GUARDA RIBEIRO,MARIO BRITES,HE LENA MATOS,ANABELA BAPTISTA,LU IS COSTA & ASSOC.		24,00		
26.7.8		CONSULTORES E ASSESSORES - FAC TURAS RECEPÇÃO E COM		1.186,40		
	10429	GUARDA RIBEIRO,MARIO BRITES,HE LENA MATOS,ANABELA BAPTISTA,LU IS COSTA & ASSOC.		1.186,40		
26.8		DEVEDORES E CREDORES DIVERSOS		722.626,13		2.215.217,08
26.8.4		CREDORES DE TRANSFERENCIAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS		126.963,70		119.478,68
		A TRANSPORTAR ...		7.404.044,62		5.311.580,95



Handwritten signatures and initials, including "J. Carlos", "st", "G.", "An", and "W. J. S.".

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
C.M.M.G.		MES : 12 - DEZEMBRO		2012/04/22	2011	9
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREDOR
TRANSPORTE ...				7.404.044,62		5.311.580,95
26.8.4.2		CREDORES TRANSP. ENTIDADES DES PORTIVAS RECREATIVAS		120.816,33		119.478,68
26.8.4.2.01		ENT.DESP.RECRETIV-SPORT OPERAR IO MARINHENSE		4.335,00		4.324,58
	189	SPORT OPERARJO MARINHENSE		4.335,00		4.324,58
26.8.4.2.03		ENT.DESP.RECRETIV-CLUBE ATLETI SMO MARINHA GRANDE		5.940,00		5.520,00
	2478	CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE		5.940,00		5.520,00
26.8.4.2.04		ENT.DESP.RECRETIV-GRUPO DESPOR TIVO OS VIDREIROS		1.621,20		1.621,72
	2480	GRUPO DESPORTIVO OS VIDREIROS		1.621,20		1.621,72
26.8.4.2.05		ENT.DESP.RECRETIV-SPORTING CLU BE MARINHENSE		15.666,00		14.709,16
	2489	SPORTING CLUBE MARINHENSE		15.666,00		14.709,16
26.8.4.2.06		ENT.DESP.RECRETIV-FUTEBOL CLUB E BELENENSES		2.178,00		2.178,00
	2494	FUTEBOL CLUBE OS BELENENSES		2.178,00		2.178,00
26.8.4.2.07		ENT.DESP.RECRETIV-CLUBE DESPOR TIVO DA GARCIA		720,00		840,00
	2495	CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA		720,00		840,00
26.8.4.2.08		ENT.DESP.RECRETIV-INDUSTRIAL D ESPORTIVO VIEIRENSE		9.181,20		10.233,43
	2499	INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENS E		9.181,20		10.233,43
26.8.4.2.09		ENT.DESP.RECRETIV-BIBLIOTECA I NSTRUCAO POPULAR		10.440,00		6.960,00
	2544	BIBLIOTECA DE INSTRUCAO POPULA R		10.440,00		6.960,00
26.8.4.2.10		ENT.DESP.RECRETIV-ATLETICO CLU BE MARINHENSE		15.732,90		13.746,86
	2501	ATLETICO CLUBE MARINHENSE		15.732,90		13.746,86
26.8.4.2.11		ENT.DESP.RECRETIV-CLUBE DESPOR TIVO MOITENSE		7.063,23		14.418,90
	3574	CLUBE DESPORTIVO MOITENSE		7.063,23		14.418,90
26.8.4.2.13		ENT.DESP.RECRETIV-DESPORT.NAUT ICO MARINHA GRANDE		900,00		900,00
	2560	ASSOCIACAO DE ENSINO E PROMOCA O SOCIAL DESPORTIVO NAUTICO MARINHA GRANDE		900,00		900,00
26.8.4.2.14		ENT.DESP.RECRETIV-C.REC.CULTUR AL JUV. CASAL D'ANJA		1.320,00		600,00
	2583	CENTRO RECREATIVO CULTURAL JUV ENT.C.ANJA		1.320,00		600,00
26.8.4.2.15		ENT.DESP.RECRETIV-ESCOLA JUDO ESTRELA MARINHENSE		2.880,00		2.520,00
	2505	ESCOLA DE JUDO ESTRELA MARINHE NSE		2.880,00		2.520,00
26.8.4.2.16		ENT.DESP.RECRETIV-GRUPO DESPOR TIVO PRAIA VIEIRA		1.621,20		1.621,72
	2508	GRUPO DESPORTIVO DA PRAIA DA V IEIRA		1.621,20		1.621,72
26.8.4.2.17		ENT.DESP.RECRETIV-SOC. BENEF. R ECREIO 1.º JANEIRO		150,00		160,00
	2609	SOCIEDADE BENEFICENCIA E RECRE IO 1-JANEIRO		150,00		160,00
26.8.4.2.18		ENT.DESP.RECRETIV-SOC.DESP.REC .PILADO ESCOURA		4.621,20		2.701,72
	2512	SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREAT IVA PILADO E ESCOURA		4.621,20		2.701,72
26.8.4.2.19		ENT.DESP.RECRETIV-SOC.INST.REC REIO 1.º MAIO		23.454,00		22.328,16
	2510	SOCIEDADE DE INSTRUCAO E RECRE IO 1 MAIO		23.454,00		22.329,16
26.8.4.2.20		ENT.DESP.RECRETIV-SPORT LISBOA E MARINHA		8.522,40		8.523,43
	2504	SPORT LISBOA E MARINHA		8.522,40		8.523,43
26.8.4.2.21		ENT.DESP.RECRETIV-ASS.CULTURAL RECREATIVA COMEIRA		1.470,00		1.230,00
	2987	ASSOCIACAO CULTURAL E RECREATI VA DA COMEIRA		1.470,00		1.230,00
26.8.4.2.24		ENT.DESP.RECRETIV-JUDO CLUBE M ARINHA GRANDE		3.000,00		3.000,00
	7845	JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE - CENTRO DE CULTURA E DESPORTO		3.000,00		3.000,00
26.8.4.2.43		ENT.DESP.REC.-E.A.S.-ACADEMIA FUTEBOL MARINHA GRAN				1.320,00
	24588	E.A.S.-ACADEMIA FUTEBOL MARINH A GRANDE				1.320,00
26.8.4.3		ASSOCIACOES HUMANITARIAS		6.147,37		
26.8.4.3.01		ASSOC.HUMANIT.BOMBEIROS VOLUNT ARIOS MARINHA GRANDE		6.147,37		
	2542	ASSOC.HUM.BOMBEIROS VOLUNTARIO S M.GRANDE		6.147,37		
26.8.8		CREDORES DIVERSOS		595.662,43		1.995.738,40
26.8.8.4		CREDORES DIVERSOS - DIVIDAS DE MEDIO E LONGO PRAZO		112.796,62		1.436.999,94
26.8.8.4.01		CRED.DIV.-DIV.M/L PRAZO-TRANSP ERENCIAS DE CAPITAL		112.796,62		49.973,64
	2489	SPORTING CLUBE MARINHENSE		9.352,18		1.870,18
	2499	INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENS E		72.720,00		24.240,00
	2583	CENTRO RECREATIVO CULTURAL JUV ENT.C.ANJA		11.871,23		7.681,31
	7752	ASSOCIACAO DE MUNICIPIOS DA RE GIÃO DE LEIRIA AMLEI		18.853,21		16.182,15
26.8.8.4.02		CRED.DIV.-DIV.M/L PRAZO-IMOBIL IZADO				1.387.026,30
	7152	INSTITUTO DA HABITACAO E DA RE ABILITACAO URBANA				1.387.026,30
26.8.8.5		CREDORES DIVERSOS - JUROS		232.066,56		221.669,10
26.8.8.5.01		CREDORES DIVERSOS- JUROS DE PA CTURACAO		314,78		
A TRANSPORTAR ...				7.643.864,94		6.868.059,57



Handwritten signatures and initials, including "nt", "J. Paulo", and "WJ".

ENTIDADE		OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS		DATA	ANO	PAGINA
C.M.M.G.		MES : 12 - DEZEMBRO		2012/04/22	2011	10
COD. CONTA	TERCEIRO	DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL		SALDO FINAL	
			DEBITO	CREDITO	DEVEDOR	CREADOR
		TRANSPORTE ...		7.643.804,94		6.868.059,57
26.8.8.5.02	15189	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, SA		276,56		
	3248	NAUTILUS-INDUSTRIA E COMERCIO DE MOBILIARIO, LDA.		38,22		
	11922	CRED.DIV.-JUROS FACTURACAO-FAC T.EM RECEP.E CONFER		19.464,20		9.381,52
	15189	PESTOX-CONTROLE E DEFESA DO ME IO AMBIENTE, LDA		46,47		
	2271	EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, SA		318,62		506,25
	2341	A ENCOSTA-CONSTRUCOES, S.A.		1.561,12		
	2747	MASSA INSOLVENTE DA PASOLIS-EM PREITADAS E OBRAS PÚBLICAS DO LIS, SA		8.875,27		8.875,27
26.8.8.5.03	523	MASSA INSOLVENTE DE VENTURA & PIRES - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, SA EM LIQUIDAÇÃO		8.662,72		
	7152	CRED.DIV.-JUROS MORA-DIVERSOS- RECEP. E CONFER.		212.287,58		212.287,58
26.8.8.6	7312	VALORLIS - VAL. TRATAM. RESIDU OS SOLIDOS, S.A.		729,12		729,12
26.8.8.6.01	7355	INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA RE ABILITAÇÃO URBANA		211.558,46		211.558,46
	7369	CREDORES DIVERSOS		206.381,27		180.687,37
	7378	CREDORES DIVERSOS-ALIENACAO RA BIT.SOCIAL-IGAPHE		170.766,07		143.152,17
	7381	JOSE MANUEL RODRIGUES		25.927,44		25.927,44
	7391	AMERICO SANTOS ALVADIA		25.927,44		
	7398	JOAQUIM ANTONIO REBOLA		30.278,14		30.447,48
	7402	AMILCAR CORLHO MATIAS		25.927,44		25.927,44
	7639	ADELINO ANTONIO SARAIVA SOUSA		24.052,84		24.052,84
		CARLOS MANUEL DE JESUS SANTOS		25.783,24		25.927,44
		JOSE SILVA SARAIVA		7.287,80		7.287,80
		VITOR MANUEL VALE FRIAS SILVA		5.581,73		5.581,73
		CREDORES DIVERSOS-ALIENACAO IM OVEIS		35.535,20		35.535,20
		MELINA MONTEIRO MIRA		35.535,20		35.535,20
		OUTROS CREDORES DIVERSOS		44.497,98		156.381,99
		OUTROS CREDORES DIVERSOS-AGREG ADA		1.517,34		1.517,34
		OUTROS CREDORES DIVERSOS-INDIV IDUAL				154.114,03
		INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA RE ABILITAÇÃO URBANA				154.114,03
		OUTROS CREDORES DIVERSOS-SEGUR OS		14.380,29		
		MDS CORRECTOR DE SEGUROS SA		14.380,29		
		OUTROS CREDORES DIVERSOS-ENCAR GOS DE COBRANCA		405,75		669,34
		EDP - SOLUÇÕES COMERCIAIS, SA		405,75		669,34
		OUTROS CREDORES DIVERSOS-ADSE		9.921,03		
		DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIA L AOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES D A ADM.PÚBLICA ADSE		9.921,03		
		OUTROS CREDORES DIVERSOS-TAXAS		252,09		45,41
		EDP - SERVIÇO UNIVERSAL, SA		252,09		45,41
		OUTROS CREDORES DIVERSOS - FAC T.REC.CONFERÊNCIA		18.021,48		35,87
		MDS CORRECTOR DE SEGUROS SA		11.648,74		223,33
		CAIXA GERAL DE DEPOSITOS		193,60		
		DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIA L AOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES D A ADM.PÚBLICA ADSE		6.162,50		
		COMPANHIA DE SEGUROS ALLIANZ P ORTUGAL, S.A.				13,54
		BANCO BPI SOCIEDADE ABERTA		16,64		
TOTAL ...				8.126.670,75		7.426.798,83

202177

30 ABR 2012

SECRETARIA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

PRESENTE

EM REUNIÃO DE

26 ABR 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

Ordem Executiva

Ordem Deliberativa

Em 26 de Abril de 2012

Em 30 de Abril de 2012

Alvaro Pinheiro

T. Pinheiro

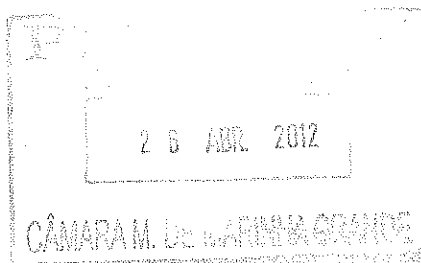
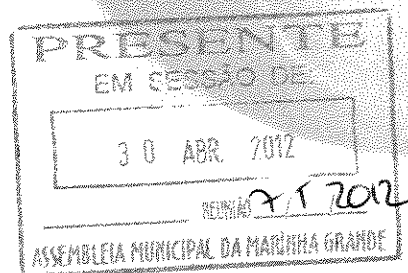
202177

30 ABR 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

# Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



**OUTROS DOCUMENTOS**

*Handwritten signatures and initials on the right margin.*

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**NORMA DE CONTROLO INTERNO**

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: A signature that appears to be "H. Araújo".  
- Middle right: A signature that appears to be "J. Costa".  
- Bottom right: The initials "mt" and "WZ".

brado contrato a termo resolutivo, com a categoria de operário qualificado/pintor, pelo período de um ano, com início a 16 de Agosto de 2005, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, podendo ser renovado nos termos do artigo 139.º do Código do Trabalho, e o artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com João Assunção Pita Lopes.

17 de Agosto de 2005. — Pelo Presidente da Câmara, *(Assinatura ilegível.)*

**Aviso n.º 6502/2005 (2.ª série) — AP.** — Torna-se público que, por despacho do presidente da Câmara abaixo indicado, e em cumprimento do disposto nos artigos 10.º e 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, foram renovados, pelo período de 12 meses (um ano), os contratos de:

Sónia Maria Pires Marques, com a categoria de engenheira técnica civil (estagiária) — renovado por despacho de 2 de Agosto de 2005, com início a 1 de Setembro de 2005.

Sara Raquel Mendes Cura, com a categoria de técnica superior de história, variante arqueologia (estagiária) — renovado por despacho de 3 de Agosto de 2005, com início a 15 de Setembro de 2005.

17 de Agosto de 2005. — Pelo Presidente da Câmara, *(Assinatura ilegível.)*

### CÂMARA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

**Aviso n.º 6503/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 12 de Agosto de 2005, foi celebrado, por urgente conveniência de serviço, nos termos da lei em vigor, contrato a termo resolutivo certo, com início a 16 de Agosto de 2005, com Carlos Alberto Paulos, pelo período de um ano, auferindo a remuneração de 450,37 euros, correspondente ao índice 142, com a categoria de operário qualificado, carpinteiro.

18 de Agosto de 2005. — O Presidente da Câmara, *Beraldino José Vilarinho Pinto.*

### CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Aviso n.º 6504/2005 (2.ª série) — AP.** — *Regulamentação de sinalização de trânsito na Ericeira.* — Em cumprimento do estipulado no artigo n.º 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal de Mafra informa que, por deliberação datada de 5 de Agosto de 2005, aprovou por unanimidade uma proposta de regulamentação de sinalização de trânsito na vila da Ericeira conforme seguidamente se transcreve:

Colocação de sinal de proibição de estacionamento de autocaravanas, atrelados e veículos pesados no Largo de São Sebastião, Ericeira.

Mais se informa que o processo de regulamentação de sinalização de trânsito e documentos complementares se encontram para apreciação pública, pelo prazo de 30 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, podendo ser examinado na Secção de Apoio Administrativo da Câmara Municipal de Mafra, todos os dias úteis das 9 horas às 17 horas, devendo os interessados dirigir por escrito as respectivas sugestões sobre o assunto à Câmara Municipal de Mafra, Praça do Município, 2644-001 Mafra.

25 de Agosto de 2005. — O Vice-Presidente da Câmara, *Gil Ricardo Sardinha Rodrigues.*

### CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

**Aviso n.º 6505/2005 (2.ª série) — AP.** — Álvaro Neto Órfão, presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, torna público, em cumprimento do artigo 91.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal da Marinha Grande, na reunião do dia 11 de Agosto de 2005, aprovou, nos termos do artigo 64.º, n.º 2, alínea *e*), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/

2002, de 11 de Janeiro, e do n.º 2.9 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, a norma de controlo interno, que se anexa ao presente aviso.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente aviso.

18 de Agosto de 2005. — O Presidente da Câmara, *Álvaro Neto Órfão.*

### Norma de controlo interno

#### Preâmbulo

O POCAL — Plano Oficial da Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, alterado pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro, e Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, visou fundamentalmente dotar as autarquias locais de um conjunto de técnicas, critérios, métodos específicos, princípios e regras contabilísticas a aplicar aos documentos previsionais, ao plano de contas, ao sistema contabilístico, ao controlo interno e aos documentos de prestação de contas, com vista à criação de uma contabilidade pública moderna, transparente e fiável.

Uma das suas principais inovações é a «obrigatoriedade» das autarquias locais (ponto 2.9.3) aprovarem e manterem em funcionamento o sistema de controlo interno adequado às suas actividades, que engloba, designadamente (ponto 2.9.1) «... o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os outros métodos e procedimentos definidos pelos responsáveis autárquicos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das actividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos activos, a prevenção e detecção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exactidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável».

Assim, ao abrigo da competência conferida pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, pelo artigo 64.º, n.º 7, alínea *a*), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em cumprimento das normas referidas no parágrafo anterior, é elaborado o presente Regulamento de Controlo Interno que tem como objectivos principais a salvaguarda da legalidade e regularidade, o incremento e eficiência das operações, o registo oportuno das operações pela quantia certa, a aprovação e controlo dos documentos e a exactidão e integridade dos registos contabilísticos.

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

##### Artigo 1.º

##### Objecto

O presente Regulamento tem por objecto as normas e procedimentos de controlo interno da Câmara Municipal da Marinha Grande.

##### Artigo 2.º

##### Lei habilitante

O presente Regulamento tem como lei habilitante o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

##### Artigo 3.º

##### Âmbito de aplicação

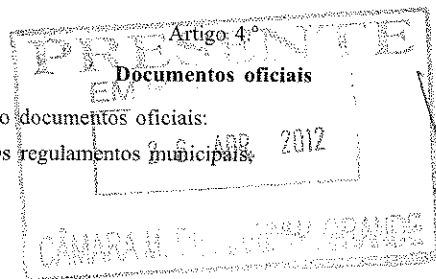
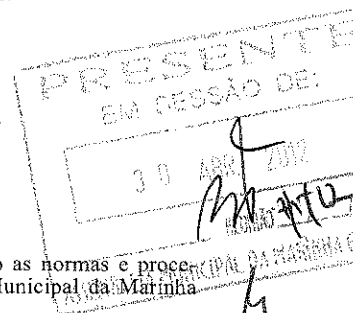
O presente Regulamento abrange e vincula todos os titulares de órgãos, funcionários e agentes da Câmara Municipal da Marinha Grande.

##### Artigo 4.º

##### Documentos oficiais

1 — São documentos oficiais:

*a)* Os regulamentos municipais.



- b) As actas das reuniões da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal;
- c) Os despachos, circulares internas e ordens de serviço do presidente da Câmara e dos vereadores com competências (sub)delegadas;
- d) Os protocolos celebrados entre a Câmara Municipal e entidades públicas ou privadas;
- e) As decisões finais proferidas nos processos de contra-ordenação e as sentenças judiciais proferidas nos mesmos processos, transitadas em julgado;
- f) As escrituras e contratos lavrados, respectivamente, pelo notário privativo do município e pelo oficial público;
- g) Os livros de abertura e encerramento do registo das escrituras, dos contratos e dos averbamentos;
- h) As certidões emitidas para o exterior;
- i) O quadro de pessoal da Câmara Municipal;
- j) As actas dos júris dos concursos de ingresso e acesso e dos processos de ofertas de trabalho;
- k) As notificações das decisões judiciais de penhora dos vencimentos dos trabalhadores;
- l) As notificações de entidades públicas das decisões de aprovação de programas comparticipados;
- m) As informações internas;
- n) As guias de receita/recebimento;
- o) Os ofícios expedidos;
- p) Os alvarás;
- q) As licenças;
- r) Outros documentos não incluídos nas alíneas anteriores e que pela sua natureza específica ou enquadramento legal venham a ser qualificados como tal.

2 — Em todos os documentos inseridos em processos relevantes para o presente Regulamento, todos os intervenientes devem ser expressamente identificados e referida a qualidade em que o fazem, de forma bem legível.

#### Artigo 5.º

##### Conceitos

Para efeitos do presente Regulamento entende-se por:

- a) Liquidação da receita — os actos de apuramento dos valores exactos que a câmara municipal tem a receber de terceiros;
- b) Cobrança — o recebimento de receitas nos postos de cobrança por funcionários e agentes competentes para tal, mediante a entrega de recibo, factura/recibo ou outro documento equivalente;
- c) Arrecadação — entrada efectiva das receitas cobradas no cofre do município, assegurada exclusivamente pela tesouraria;

**PRESENTE**  
CAPÍTULO III SECÇÃO DE:

**Disponibilidades**

#### Artigo 6.º

**Numerário existente em caixa**

A importância em numerário existente em caixa não pode ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da autarquia, sendo este de 1500 euros. Excepcionalmente, este limite pode ir até 3500 euros no dia que antecede o pagamento dos vencimentos e sempre que se verifique a necessidade de se proceder a pagamentos em numerário.

#### Artigo 7.º

##### Abertura e movimento de contas bancárias

1 — A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, cuja proposta, devidamente fundamentada, deve ser elaborada pela tesouraria.

2 — As contas bancárias são tituladas pelo município da Marinha Grande.

3 — As contas bancárias são movimentadas, simultaneamente, com as assinaturas do tesoureiro da Câmara Municipal da Marinha Grande e do presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue.

4 — As contas bancárias são inscritas no resumo diário de tesouraria pela Tesouraria, após a sua abertura.

#### Artigo 8.º

##### Pagamentos

1 — Todos os pagamentos de despesas municipais são efectuados pela Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande.

2 — Até ao dia 30 de Janeiro de cada ano, deve ser elaborado pela Secção de Contabilidade, com a colaboração da Tesouraria, um *tableau de bord* para todos os meses do ano relativo a prazos de pagamentos, nomeadamente de encargos da dívida de empréstimos, locações financeiras, alugueres de longa duração, obrigações fiscais, segurança social, operações de tesouraria, vencimentos, prestações de serviços, pagamentos por débito em conta, entre outros.

3 — Este mapa deve ser afixado nos dois serviços referidos no número anterior, devendo o serviço de despesa da Secção de Contabilidade zelar para que as ordens de pagamento sejam remetidas à tesouraria o mais tardar na manhã do dia em que deve ser efectuado o pagamento.

4 — Compete ao funcionário da Secção de Contabilidade, designado para o efeito, proceder à emissão de ordens de pagamento, para o que deve ser emitida uma listagem dos documentos por pagar a qual é submetida à apreciação do presidente do órgão executivo ou do vereador com competência delegada, devendo este identificar quais os pagamentos a efectuar.

5 — As ordens de pagamento devem ser emitidas com base em factura ou documento equivalente, devidamente conferidos pelos serviços camarários e desde que os mesmos reúnam os requisitos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

6 — Qualquer excepção ao disposto no número anterior carece de autorização do presidente do órgão executivo ou do vereador com competência delegada.

7 — Os pagamentos a terceiros (fornecedores, funcionários, administração fiscal, segurança social, etc.) devem ser efectuados preferencialmente através dos bancos, utilizando como formas de pagamento os cheques, as transferências bancárias ou as ordens permanentes de pagamento.

8 — Em numerário apenas devem ser efectuados pequenos pagamentos, no limite máximo de 150 euros por entidade, exceptuando-se deste limite o pagamento de vencimentos aos trabalhadores do município, desde que as situações pontuais sejam devidamente fundamentadas pela Secção de Recursos Humanos e autorizadas pelo presidente do órgão executivo.

9 — Todos os pagamentos superiores a 4987,98 euros, carecem da apresentação da declaração comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro.

10 — Sempre que as ordens de pagamento emitidas atinjam o montante referido no número anterior, o funcionário da Secção de Contabilidade responsável pela sua emissão, zela para que estas sejam acompanhadas de fotocópia da referida declaração, devidamente actualizada, antes de serem visadas e autorizadas nos termos do disposto no número seguinte.

11 — As ordens de pagamento são conferidas pelo funcionário responsável pela sua emissão, visadas pelo chefe de Secção de Contabilidade e pelo chefe da Divisão Financeira, sendo posteriormente autorizadas pelo presidente do órgão executivo, ou por vereador com competência delegada.

12 — Sempre que os pagamentos sejam para efectuar por cheque, este é apenso à respectiva ordem de pagamento, de modo que o presidente do órgão executivo ou outro membro deste órgão em quem ele delegue, proceda à sua assinatura no momento em que autoriza o pagamento.

13 — Cumpridas as formalidades referidas anteriormente, as ordens de pagamento são remetidas à tesouraria para pagamento, devendo ser previamente preenchida a data de liquidação e autorização, por funcionário da Secção de Contabilidade designado para o efeito, coincidindo essa data com a da assinatura do presidente do órgão executivo ou do vereador com competência delegada.

14 — A Tesouraria dispõe de cinco dias úteis para proceder ao pagamento dos documentos de despesa remetidos pela Secção de Contabilidade, contados a partir da data de autorização.

15 — Caso não seja possível efectuar o pagamento no prazo estabelecido no número anterior, por facto não imputável à Tesouraria, deve este serviço elaborar uma listagem dos pagamentos pendentes de modo que se assegure o envio de cheque entidade, por

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

correio, no prazo máximo de cinco dias úteis, sendo para tal elaborado ofício por funcionário a designar pelo chefe de Divisão Financeira.

16 — Diariamente, a Tesouraria confere o total dos pagamentos efectuados com o total das ordens de pagamento.

17 — No final do dia os documentos de despesa são remetidos para a Secção de Contabilidade para arquivo.

18 — O funcionário da Secção de Contabilidade, designado para o efeito pelo chefe de Divisão Financeira, deve conferir a relação dos documentos pagos que lhe são entregues, zelando pelo seu arquivo diário em pastas, por ordem sequencial de número de ordem de pagamento. Nenhum documento de despesa deve ser arquivado definitivamente sem que tenha sido recepcionado na Secção de Contabilidade o respectivo recibo comprovativo do pagamento, pelo que o referido funcionário deve zelar pela sua obtenção junto do fornecedor e ou credor.

19 — Diariamente, o funcionário da Secção de Contabilidade designado para o efeito verifica o montante dos pagamentos efectuados pela Tesouraria com a respectiva despesa registada na contabilidade, para o que devem ser confrontados o resumo diário de tesouraria, o diário de pagamentos e a relação dos documentos pagos.

#### Artigo 9.º

##### Emissão e guarda de cheques

1 — Os cheques não preenchidos estão à guarda do chefe de Secção de Contabilidade, que os disponibiliza ao funcionário responsável pelo seu preenchimento sempre que seja necessário proceder a pagamentos.

2 — Todos os cheques devem ser emitidos nominativamente e cruzados, devendo o espaço que antecede o numerário, os espaços à frente do nome do beneficiário e do montante em extenso serem inutilizados com um traço horizontal.

3 — Os cheques emitidos que tenham sido anulados ficam à guarda do chefe de Secção de Contabilidade, depois de inutilizados, nomeadamente as assinaturas se as houver, sendo arquivados sequencialmente em pasta própria criada para o efeito, por data de emissão e por banco.

4 — O funcionário responsável pela emissão dos cheques deve providenciar no sentido de ficar com uma cópia de cada cheque emitido, nomeadamente se estes não forem do tipo autocopiativo.

5 — É vedada a assinatura de cheques em branco.

6 — Os cheques só devem ser assinados na presença dos respectivos documentos de suporte, devendo ser conferidos, pelo menos, o valor e o beneficiário.

7 — Nos documentos de suporte da despesa deve a Tesouraria, no momento do pagamento, apor o carimbo de «pago», a fim de evitar que os mesmos possam ser apresentados novamente a pagamento.

#### Artigo 10.º

##### Transferências bancárias

1 — Sempre que os pagamentos sejam efectuados por ordens de transferência bancária, estas devem reunir, sempre, duas assinaturas, nos mesmos termos definidos para a movimentação de cheques.

#### Artigo 11.º

##### Cartões de débito e ou cartões de crédito

1 — A adopção de cartões de crédito e ou de cartões de débito como meio de pagamento deve ser aprovada pelo órgão executivo, devendo o referido cartão estar obrigatoriamente associado a uma conta bancária titulada pelo município.

2 — As despesas pagas com cartões de crédito e ou de cartões de débito devem respeitar as disposições legais e contabilísticas previstas no POCAL, pelo que deve proceder-se à cabimentação do montante total da despesa até à qual é autorizada a utilização dos referidos cartões.

#### Artigo 12.º

##### Recebimentos

1 — Compete à Tesouraria proceder à arrecadação das receitas municipais.

2 — Diariamente, a Tesouraria confere o total dos valores recebidos com o somatório das guias de receita emitidas.

3 — As importâncias recebidas na Tesouraria, seja qual for a natureza e a forma pela qual são recebidas, devem ser diariamente depositadas em instituições bancárias, sendo para tal aconselhável o depósito em cofre nocturno e atento o limite máximo de numerário em caixa.

4 — Compete à Tesouraria assegurar o depósito diário, em instituições bancárias, das quantias recebidas.

5 — Em casos de excepção do disposto no número anterior, devidamente fundamentados e com autorização do chefe de Divisão Financeira, deverão os valores ser obrigatoriamente depositados em instituição bancária no dia útil seguinte ao seu recebimento.

6 — Podem ser constituídos postos de cobrança, nos termos do disposto no presente regulamento, devendo os responsáveis pelos mesmos zelar para que a entrega das receitas cobradas seja efectuada diariamente na Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, até à hora do seu encerramento ou através do seu depósito em cofre nocturno, excepto nos casos expressamente previstos neste Regulamento.

7 — No caso de depósito em cofre nocturno, a arrecadação desta receita pela tesouraria carece da emissão de guia de receita, por serviço emissor indicado para o efeito, nos termos do presente Regulamento.

8 — Todos os depósitos efectuados nas contas do município, para os quais não foi emitida a respectiva guia de receita, são objecto de imediata investigação após terem sido detectados.

9 — A chefe de Secção de Contabilidade colabora com a Tesouraria para efeitos do disposto no número anterior, efectuando pesquisas na correspondência recepcionada e registada. Caso tal se revele infrutífero, deve a tesouraria contactar a instituição bancária no prazo de cinco dias úteis a contar da data do depósito, para que esta identifique qual a entidade ordenante.

10 — Diariamente, o funcionário da Secção de Contabilidade designado para o efeito verifica o montante dos recebimentos efectuados pela tesouraria com a respectiva receita registada na contabilidade, para o que devem ser confrontados o resumo diário de tesouraria, o diário de recebimentos e a relação dos documentos recebidos.

11 — Sempre que sejam efectuados recebimentos de valores pelo correio, devem ser adoptados os seguintes procedimentos:

- No caso dos valores recebidos serem cheques, o funcionário que recepciona o correio deve de imediato apor um carimbo de «válido só para depósito» e caso os mesmos não tenham o campo do beneficiário preenchido deve neste ser inscrito «Tesoureiro da Câmara Municipal da Marinha Grande»;
- O documento que acompanha a forma de pagamento deve ser fotocopiado e objecto de registo, de modo a ser despachado por correio interno para o respectivo serviço emissor, com conhecimento à tesouraria e ao serviço de receita da Secção de Contabilidade;
- Os valores recebidos são imediatamente entregues na Tesouraria bem como uma cópia do documento que os acompanha;
- Caso não tenha sido emitida nenhuma factura ou documento equivalente pelo município, que permita a arrecadação do montante recebido, a tesouraria, tendo em conta a entidade pagadora deve procurar identificar o serviço emissor e assegurar que este procede à emissão de guia de receita, de modo a que esta possa ser arrecadada no próprio dia;
- A Tesouraria deve emitir a guia de receita em três exemplares e apor o carimbo de recebido, após o que entrega o original ao serviço emissor, o qual o envia pelo correio ao contribuinte, no prazo máximo de cinco dias úteis. O duplicado deve ser entregue na Secção de Contabilidade para arquivo nos diários da receita e o triplicado é entregue ao serviço emissor para arquivo no respectivo processo;
- Compete ao serviço de receita da Secção de Contabilidade verificar, posteriormente, se os valores recebidos foram integralmente arrecadados no próprio dia.

12 — A aceitação de cheques como forma de pagamento obedece aos seguintes requisitos, os quais devem ser aplicados pela Tesouraria e por todos os postos de cobrança criados nos termos do presente Regulamento:

- O montante inscrito no cheque não pode ser superior ao montante da guia de receita;
- A sua data de emissão não deve invalidar o seu recebimento junto da instituição bancária;
- O beneficiário do cheque deve estar identificado como «Tesoureiro da Câmara Municipal da Marinha Grande»;
- É vedada a aceitação de cheques pré-datados.

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature that appears to be "Abreu" and other initials like "CR", "JF", and "GJ".

13 — Caso se verifique a devolução de cheques de clientes/contribuintes pelas instituições bancárias, por falta de provisão, deve a tesouraria elaborar uma informação ao serviço emissor da receita a dar conta deste facto, dando conhecimento da mesma ao chefe da Divisão Financeira e ao superior hierárquico do serviço emissor, solicitando que se contacte o cliente para regularização da situação.

14 — O município deve ser ressarcido pelo cliente/contribuinte de todas as despesas bancárias inerentes à devolução do cheque.

#### Artigo 13.º

##### Reconciliações bancárias

1 — As reconciliações bancárias a todas as contas bancárias tituladas pelo município da Marinha Grande são efectuadas mensalmente por funcionário da Secção de Contabilidade designado para o efeito.

2 — O chefe de Secção de Contabilidade recebe os extractos bancários por correio zelando pela sua entrega ao funcionário responsável pelas reconciliações bancárias, no próprio dia.

3 — Caso as instituições bancárias não procedam ao envio de extractos bancários com uma periodicidade mensal, deve o funcionário responsável pelas reconciliações bancárias zelar pela sua obtenção de modo a reconciliar, obrigatoriamente, e todos os meses, todas as contas bancárias tituladas pelo município.

4 — As reconciliações bancárias são efectuadas de acordo com modelo criado para o efeito, sendo confrontados os lançamentos contabilísticos do município com os da instituição bancária.

5 — Caso se verifiquem diferenças nas reconciliações bancárias, estas são averiguadas, devendo o funcionário responsável por esta tarefa zelar pela sua regularização com a maior brevidade possível.

6 — No caso de se tratarem de débitos e ou créditos do banco que não tenham sido contabilizados pelo município, identificar-se-ão os lançamentos e se não existirem ou tiverem sido extravaiados os respectivos documentos de suporte, devem solicitar-se ao banco ou à entidade ordenante as respectivas segundas vias.

7 — Para efeitos do disposto no número anterior o funcionário responsável pelas reconciliações bancárias articula com a Tesouraria e a chefe da Secção de Contabilidade a obtenção dos elementos em falta.

8 — Os itens de reconciliação que apareçam dois meses consecutivos na reconciliação devem ser adequadamente investigados.

9 — Compete à Secção de Contabilidade zelar pela validade dos cheques em trânsito, pelo que, no caso de se detectarem cheques pendentes passados seis meses contados a partir do oitavo dia da data da sua emissão, deve o funcionário responsável pelas reconciliações bancárias elaborar uma informação ao chefe de Secção dando conhecimento deste facto e elaborar ofício ao beneficiário para proceder ao seu levantamento. Se tal não resultar, no prazo de 10 dias úteis contados da data do envio do ofício, deve ser solicitado o cancelamento do referido cheque junto da instituição bancária, bem como devem ser efectuados os necessários registos contabilísticos de regularização, assim que seja confirmado o seu cancelamento. Se mais tarde o beneficiário vier a reclamar será emitido novo cheque.

10 — Concluídas mensalmente as reconciliações bancárias, são as mesmas visadas pelo chefe de Secção de Contabilidade, que dá conhecimento deste facto ao chefe de Divisão Financeira, e arquivadas numa pasta por ano contabilístico e por instituição bancária.

11 — Ao funcionário responsável pela elaboração das reconciliações bancárias é vedada a emissão de cheques.

#### Artigo 14.º

##### Responsabilidade do tesoureiro

1 — Os funcionários da Tesouraria são responsáveis pelos fundos, montantes e documentos entregues à sua guarda.

2 — O estado de responsabilidade dos tesoureiros é verificado na sua presença, através da contagem física do numerário e dos documentos sob a sua responsabilidade, as quais serão realizadas por funcionários a designar pelo chefe de Divisão Financeira, após consulta ao chefe de Secção da Contabilidade, nas seguintes situações:

- Trimestralmente e sem aviso prévio;
- No encerramento das contas de cada exercício económico;

- No final e no início do mandato do órgão executivo eleito ou do órgão que o substituiu, no caso daquele ter sido dissolvido;
- Quando forem substituídos os tesoureiros.

3 — Os funcionários designados para o efeito elaboram termos de contagem dos montantes sob a responsabilidade dos tesoureiros, os quais são assinados pelos seus intervenientes e, obrigatoriamente, pelo presidente do órgão executivo, pelo chefe de Divisão Financeira e pelo tesoureiro, nos casos referidos na alínea c) do número anterior e ainda pelo tesoureiro cessante nos casos referidos na alínea d) do mesmo número.

4 — Os tesoureiros só são nomeados após a prestação da caução que lhes for determinada, nos termos da legislação em vigor.

5 — Os tesoureiros respondem directamente perante o órgão executivo pelo conjunto das importâncias que lhes são confiadas.

6 — Quaisquer outros funcionários ou agentes em serviço na Tesouraria respondem perante os tesoureiros pelos seus actos e omissões que se traduzam em situações de alcance, qualquer que seja a sua natureza.

7 — Os tesoureiros devem estabelecer um sistema de apuramento diário de contas relativo a cada caixa, segundo o que se encontre em vigor nas tesourarias da fazenda pública, com as necessárias adaptações.

8 — A responsabilidade por situações de alcance não é imputável ao tesoureiro estranho aos factos que as originaram ou mantêm, excepto se, no desempenho das suas funções de gestão, controlo e apuramento de importâncias houver procedido com culpa.

#### Artigo 15.º

##### Ações inspectivas

Sempre que no âmbito das acções inspectivas, se realize a contagem dos montantes sob a responsabilidade do tesoureiro, o presidente do órgão executivo, mediante requisição do inspector ou do inquiridor, deve dar instruções às instituições de crédito para que forneçam directamente àquele todos os elementos de que necessite para o exercício das suas funções.

#### Artigo 16.º

##### Endividamento

1 — A contratualização de empréstimos de curto, médio e longo prazos deve ser efectuada no estrito cumprimento do estipulado na legislação em vigor.

2 — A Divisão Financeira deverá manter actualizado um dossier por cada empréstimo do qual deve constar uma conta corrente actualizada, com cópia dos documentos de despesa, de forma a assegurar que os fundos libertos são aplicados na relação de investimentos para a qual o empréstimo foi contratualizado.

3 — Os encargos da dívida resultantes da contratualização de empréstimos devem ser conferidos por funcionário da Secção de Contabilidade designado para o efeito pelo chefe de divisão, antes do seu pagamento, nomeadamente na componente dos juros, após o que é emitida a respectiva ordem de pagamento acompanhada de folha comprovativa dos cálculos efectuados.

4 — Sempre que seja efectuado o pagamento de amortização de capital ou juros, deve proceder-se à reconciliação da conta do empréstimo com o montante inscrito no documento bancário.

#### CAPÍTULO III EM SESSÃO DE

#### Contas de terceiros 30 ABR. 2012

#### Artigo 17.º

##### Compras

As compras são efectuadas na Secção de Aproveitamento, pelo Sector de Compras, Concursos e Gestão de Stocks que assegura todos os procedimentos nos termos da legislação em vigor.

2 — Sempre que seja necessário proceder à requisição de bens que o Sector de Armazém possua em stock, é emitida requisição interna pelo serviço requisitante, a qual carece de confirmação do respectivo dirigente e é remetida ao presidente do órgão executivo

ou ao vereador do pelouro para ser visada, após o que é enviada para o Sector de Armazém.

3 — Sempre que seja necessário proceder à aquisição de serviços, bens de investimento ou outros bens que o Sector de Armazém não possua em stock, a requisição interna a entregar neste serviço, deve ser acompanhada de informação emitida pelo dirigente do serviço requisitante ou por ele confirmada, a qual é submetida à apreciação do presidente do órgão executivo ou do vereador do pelouro.

4 — A informação referida no número anterior deve conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

- a) Fundamentação da necessidade de compra e data limite de entrega;
- b) Identificação dos bens ou do tipo de serviços que se pretendem adquirir;
- c) Estimativa do custo dos bens ou serviços;
- d) Identificação dos requisitos técnicos na selecção do fornecedor, se os houver;
- e) Sugestão dos critérios de adjudicação;
- f) Sugestão da rubrica orçamental, acção do PPI ou PAM, consoante os casos, por onde pode ser efectuado o cabimento;
- g) Sugestão do procedimento legal a adoptar.

5 — Todas as requisições de material informático carecem de informação técnica emitida pelo Gabinete de Informática e Organização, a qual deve ser solicitada pelos serviços requisitantes antes da requisição ser remetida ao Sector de Armazém.

6 — O Sector de Armazém verifica se tem os bens requisitados e caso estes existam em stock procede à sua entrega ao serviço requisitante.

7 — Caso os bens ou serviços solicitados não estejam disponíveis o Sector de Armazém emite um pedido de compra ao Sector de Compras, Concursos e Gestão de Stocks, de modo que seja assegurada a sua aquisição. No pedido de compra formulado devem ser identificadas as quantidades a adquirir e as suas especificações.

8 — O Sector de Compras, Concursos e Gestão de Stocks, sob orientação do chefe de Secção de Aprovisionamento, identifica qual o procedimento adequado a adoptar de acordo com a legislação em vigor.

9 — Posteriormente, o processo é remetido para o presidente ou vereador com o pelouro financeiro, o qual averigua da oportunidade da aquisição, indicando, caso concorde, a submissão a cabimento. Caso não seja oportuna a aquisição o processo é devolvido ao serviço requisitante.

10 — Sendo oportuna a aquisição, é constituído um processo de aquisição, que é remetido à Secção de Contabilidade para cabimentação. O processo é visado pelo chefe de Divisão Financeira sendo posteriormente submetido à apreciação do presidente do órgão executivo ou do vereador com competência delegada para autorizar a referida despesa.

11 — Se não for possível efectuar o cabimento, a Secção de Contabilidade informa o Sector de Compras, Concursos e Gestão de Stocks e o serviço requisitante, desse facto, devendo este último serviço diligenciar por obter superiormente solução para o caso, ficando o processo a aguardar a mesma.

12 — Após a autorização de despesa, o Sector de Compras, Concursos e Gestão de Stocks efectua os procedimentos de aquisição nos termos da lei vigente.

13 — As compras são efectuadas com base em nota de encomenda emitida ao fornecedor, após a verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, nomeadamente, em matéria de assunção de compromissos, de concurso e de contratos, pelo chefe de Secção de Aprovisionamento e pelo chefe de Divisão Financeira.

14 — A nota de encomenda é assinada pelo chefe da Secção de Aprovisionamento e pelo chefe da Divisão Financeira.

15 — As notas de encomenda devem especificar, obrigatoriamente, as quantidades, as especificidades dos artigos a adquirir, descontos, o local e prazo limite de entrega.

16 — Bimestralmente, o sector de compras deve efectuar um controlo das requisições externas emitidas e ainda não fornecidas, contactando quer o fornecedor quer o serviço requisitante de modo a apurar atrasos no fornecimento.

17 — Deve ser verificado o prazo de entrega do bem ou da prestação de serviços pelo fornecedor, atendendo à proposta apresentada e ao contrato celebrado.

18 — Qualquer alteração às condições acordadas com fornecedores deve ser validada e autorizada pelos mesmos intervenientes que elaboraram, validaram e autorizaram a nota de encomenda ou contrato inicialmente formalizados.

## Artigo 18.º

### Entrega de bens

1 — A entrega de bens é efectuada no local indicado na nota de encomenda, sendo este serviço obrigatoriamente distinto daquele que procedeu à sua aquisição.

2 — Por regra, os bens são recepcionados no Sector de Armazém, onde se procede à conferência física, qualitativa e quantitativa, e se confronta com a respectiva guia de remessa, onde é aposto um carimbo de «conferido e recebido», se for o caso.

3 — O funcionário que recebe a mercadoria, após conferência e recepção da mesma assina a guia de remessa e identifica a data de recepção.

4 — Os documentos referidos no número anterior são de seguida remetidos para ao serviço de gestão de stocks, que procede à actualização das existências em armazém.

5 — Toda a entrega de bens deve ser acompanhada de guia de remessa, factura ou documento equivalente, sob pena da sua recepção não ser efectuada pelos serviços.

6 — Sempre que a entrega de bens pelo fornecedor seja efectuada em local distinto do Sector de Armazém, devem todos os serviços cumprir com o disposto nas alíneas anteriores.

7 — É adoptado o sistema de inventário permanente.

8 — O Sector de Compras, Concursos e Gestão de Stocks controla as existências em armazém.

9 — As contagens físicas periódicas das existências em armazém são efectuadas, pelo menos, no final de cada ano civil.

## Artigo 19.º

### Documentos

1 — As facturas, notas de débito, notas de crédito, vendas a dinheiro ou recibos são recepcionadas por correio ou mão própria, sendo dadas instruções expressas ao fornecedor, à data da emissão da nota de encomenda, que estes documentos devem ser remetidos ao cuidado da Secção de Contabilidade, sempre que os mesmos não acompanhem a mercadoria entregue.

2 — As facturas ou documento equivalente recepcionados pelo correio são encaminhados para o chefe de Divisão Financeira que os remete no próprio dia para a chefe de Secção de Contabilidade a qual os entrega a funcionário designado para o efeito, que procede ao seu registo e põe um carimbo no mesmo com a data em que estes foram recepcionados no correio e a data em que procede ao registo.

3 — Só são aceites para registo os documentos que reúnam os requisitos enunciados no CIVA, devendo estes ser emitidos ao município da Marinha Grande e com o respectivo número de contribuinte.

4 — O registo dos documentos é efectuado, o mais tardar, nos dois dias úteis seguintes à data da sua de recepção.

5 — Caso existam documentos com mais de uma via, deverá ser aposto um carimbo de «duplicado», de forma clara e evidente.

6 — As facturas ou documento equivalente que forem recepcionados com uma via, são fotocopiados, sendo colocado neste exemplar o carimbo de duplicado.

7 — Na Secção de Contabilidade é constituído um arquivo do duplicado dos documentos referidos nas alíneas anteriores, de modo que, com uma periodicidade bimestral, seja efectuado o controlo das facturas recepcionadas versus facturas processadas.

8 — Após o registo das facturas ou documento equivalente, o funcionário remete-os para o serviço que elaborou a respectiva requisição interna de modo que estes possam ser conferidos e confirmados pelo serviço requisitante.

9 — Recepcionados os documentos pelos serviços requisitantes, estes dispõem de um prazo máximo de cinco dias úteis para proceder à sua confirmação, após o que os remetem para a Secção de Contabilidade.

10 — Da confirmação deve constar o número da requisição interna elaborada pelo serviço requisitante, informação clara e precisa sobre se os bens foram fornecidos ou os serviços foram prestados, a data de confirmação do documento e a assinatura do funcionário que procede à sua confirmação. Todos os elementos constantes da informação devem ser redigidos de forma legível.

11 — Caso os documentos recepcionados pela Secção de Contabilidade sejam confirmados de forma positiva, e após o seu registo, são os mesmos fotocopiados, sendo remetida cópia para o Sector de Compras, Concursos e Gestão de Stocks, onde se efectua a sua conferência com a nota de encomenda e a guia de remessa.

26 ABR. 2012

CÂMARA M.

MARINHA GRANDE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

7/5/2012

No caso de documentos emitidos manualmente é obrigatória uma verificação aritmética.

12 — As guias de remessa recepcionadas pelo sector de compras, são anexas ao processo de aquisição e à factura. Conferido o processo é o mesmo remetido para a Secção de contabilidade no prazo máximo de cinco dias úteis.

13 — Recepcionados os processos de despesa na Secção de Contabilidade, é registada a sua recepção, sendo no prazo máximo de dois dias úteis entregues ao funcionário da Secção de Contabilidade responsável pela sua contabilização.

14 — Os fornecimentos parciais são controlados por funcionário designado para o efeito, pelo chefe de Divisão Financeira, através de folha de cálculo criada para este fim sempre que a aplicação informática não responda a esta necessidade.

15 — Caso os documentos não sejam confirmados pelo serviço requisitante, de acordo com a justificação constante dos mesmos, ou caso estes não reúnam todas as condições para serem recepcionados, o funcionário da Secção de Contabilidade designado para o efeito, intercederá junto dos fornecedores com vista à correcção das anomalias detectadas.

16 — Todas as devoluções de documentos a fornecedores são efectuadas por ofício, o qual é objecto de registo.

17 — O funcionário da Secção de Contabilidade designado para o efeito zela para que as correcções aos documentos devolvidos aos fornecedores sejam efectuadas por estes, o mais tardar no mês seguinte à data da sua devolução.

#### Artigo 20.º

##### Reconciliações de contas correntes

Semestralmente deve ser efectuada a circularização de contas correntes de clientes, fornecedores, e outros devedores e credores, sendo a selecção efectuada por amostragem, por funcionário da Secção de Contabilidade designado para o efeito.

#### Artigo 21.º

##### Constituição de provisões

Das dívidas de cobrança duvidosa é constituída provisão nos termos estabelecidos no POCAL.

### CAPÍTULO IV

#### Gestão do imobilizado

#### Artigo 22.º

##### Fichas de inventário

1 — As fichas de inventário do imobilizado são numeradas sequencialmente e mantidas permanentemente actualizadas em suporte informático pela Secção de Património.

2 — Para o efeito previsto no número anterior, a Secção de Contabilidade fornece o respectivo processo de aquisição à Secção de Património.

3 — Quaisquer alterações e abates verificados nos bens do activo imobilizado são objecto de registo na respectiva ficha, com as devidas especificações.

4 — Os responsáveis dos bens do activo imobilizado à sua guarda, ficam obrigados a comunicar à Secção de Património qualquer alteração referente a esses bens (transferência, avaria, grande reparação, abate, cedência, permuta ou alienação, entre outros) utilizando para o efeito os autos correspondentes, ou comunicação através de mensagem de correio interno, consoante o caso.

5 — A Secção de Património deve fornecer a todos os responsáveis dos serviços municipais, uma relação dos bens do activo imobilizado à sua guarda, para controlo e verificação.

#### Artigo 23.º

##### Identificação do bem

1 — A identificação de cada bem é da competência da Secção de Património, sendo feita efectuada uma descrição do bem e atribuído um código de classificação de acordo com o classificador geral do CIBE.

2 — A cada bem é atribuído um único número de inventário, à excepção daqueles bens que podem ser agrupados, como é o caso de contadores de água, sinalização, entre outros, desde que os bens sejam semelhantes entre si, isto é, possuam as mesmas características.

3 — O número de inventário obedece à estrutura descrita nas notas explicativas ao sistema contabilístico — documentos e registos (2 — Código de classificação do bem) — do POCAL.

4 — A cada número de inventário atribuído corresponde, no caso dos bens móveis:

- a) Uma ficha de inventário em suporte informático, sendo complementada por um arquivo de documentos referente a aquisição e grandes reparações ou intervenções se as houver, nomeadamente fotocópias de facturas, notas de encomenda, requisições internas, e todos os documentos relevantes justificativos da entrada do bem para o património da autarquia;
- b) Uma etiqueta/marca de identificação, contendo o número de inventário, bem como um código de barras que irá permitir a sua leitura computadorizada. Esta é afixada no bem, em local visível, de maneira a facilitar a sua rápida identificação. Quando tal não for possível a etiqueta deve ser afixada nos documentos que suportaram a sua inventariação.

5 — A cada número de inventário atribuído corresponde, no caso dos bens imóveis:

- a) Uma ficha de inventário em suporte informático, sendo complementada por um processo com os documentos justificativos da informação registada na respectiva ficha, bem como todos os outros elementos relevantes para uma boa compreensão da ficha cadastral do imóvel;
- b) A etiqueta deve ser afixada no respectivo processo de aquisição;
- c) Nos prédios rústicos e urbanos devem ser afixadas sempre que possível, placas de identificação com a menção de «Património Municipal».

#### Artigo 24.º

##### Aquisição

1 — As aquisições de imobilizado devem ser efectuadas de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos e com base em deliberação de câmara ou despacho que as autorizem, através de requisições externas ou documento equivalente (contrato), após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis aos fornecimentos e empreitadas.

2 — Sempre que for celebrado um auto de recepção provisória o Sector de Gestão Administrativa de Empreitadas, deve remeter uma cópia do mesmo à Secção de Património, no prazo de dois dias úteis.

3 — Devem ser igualmente remetidas à Secção de Património, pelo Serviço de Notariado, cópias de todas as escrituras efectuadas no município, a fim de manter actualizado o inventário e cadastro do município.

#### Artigo 25.º

##### Recepção

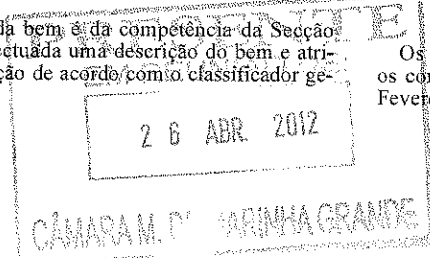
1 — Quando seja adquirido um bem que passe a fazer parte integrante do imobilizado, a Secção de Contabilidade deve disponibilizar todo o processo de aquisição do bem, para serem extraídas cópias da factura, requisição externa ou contrato, requisição interna, bem como de outros documentos que a Secção de Património considerar relevantes.

2 — A Secção de Contabilidade deve fornecer à Secção de Património os processos de aquisição relativos a empreitadas, bem como de todos os processos respeitantes às obras realizadas por administração directa.

#### Artigo 26.º

##### CrITÉRIOS de valorimetria

Os critérios de valorimetria dos bens do activo imobilizado são os constantes no ponto 4.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), em articulação com as instruções regulamen-



tadas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE) e respectivo classificador geral e de acordo com toda a demais legislação em vigor sobre esta matéria.

#### Artigo 27.º

##### Registo de propriedade

1 — A Secção de Património promove, de acordo com as normas de Inventário e Cadastro, a inscrição matricial e o averbamento do registo dos bens, quer na Repartição de Finanças, quer na competente Conservatória do Registo Predial, das escrituras celebradas.

2 — A inexistência do registo de um bem a favor do município, implica a impossibilidade da sua alienação.

#### Artigo 28.º

##### Abates

1 — As situações susceptíveis de originarem abates são:

- a) Alienação;
- b) Furtos, incêndios, roubos;
- c) Destruição;
- d) Cessão;
- e) Declaração de incapacidade do bem;
- f) Troca;
- g) Transferência;
- h) Outros, devidamente fundamentado.

2 — Sempre que, por qualquer motivo um bem ou equipamento deixar de ter utilidade, ou se verifique o roubo ou extravio do mesmo, deve o funcionário responsável a quem o mesmo esteja afecto ou distribuído, comunicar tal facto ao superior hierárquico, que se encarregará de fazer chegar à Secção de Património a referida comunicação.

3 — O auto de abate é confirmado pelo presidente da Câmara, ou pelo vereador com competência delegada para o efeito, depois de verificadas as condições para o respectivo abate.

4 — No auto de abate constante da aplicação de património, é referido qual o documento que lhe deu origem.

#### Artigo 29.º

##### Alienação

1 — Só podem ser alienados bens que sejam classificados de dispensáveis e nos termos da legislação aplicável.

2 — A alienação de bens imóveis de valor superior a 1000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral da função pública carece de autorização da Assembleia Municipal.

3 — A Secção de Património diligencia pela actualização das apólices de seguro decorrentes da alienação de bens, no prazo máximo de cinco dias úteis.

#### Artigo 30.º

##### Cessão

Só podem ser cedidos bens nos termos da legislação em vigor.

#### Artigo 31.º

##### Transferência

A transferência de bens móveis dentro da autarquia, deve ser comunicada pelo responsável do bem, à Secção de Património, devendo ser elaborado o respectivo auto de transferência em impresso apropriado ou efectuada comunicação através de mensagem de correio interno.

#### Artigo 32.º

##### Furtos, roubos, extravios e incêndios

Perante estes casos deve proceder-se da seguinte forma:

- a) Participar a ocorrência às autoridades competentes;
- b) Lavrar auto de ocorrência, no qual se descrevem os bens desaparecidos, indicando os respectivos números de inventário e a indicação da ocorrência;

- c) Em cada caso, compete ao responsável do serviço onde o facto se verificou, elaborar um relatório descrevendo os números de inventário objecto de sinistro, bem como descrevendo as circunstâncias do mesmo, que deve ser remetido à Secção de Património, para tomada de diligências necessárias, nomeadamente participação à seguradora, para respectiva indemnização, se for caso disso.

#### Artigo 33.º

##### Alteração de valor, amortizações e reintegrações

1 — Qualquer alteração de valor dos bens do activo imobilizado deve constar nas respectivas fichas de inventário devidamente especificada (grandes reparações, beneficiações, entre outros).

2 — Compete à Secção de Património proceder ao registo nas fichas de inventário das alterações de valor que venham a ocorrer nos bens do activo imobilizado.

3 — O registo das alterações de valor nas fichas de inventário só pode ser efectuado com os respectivos documentos justificativos de despesa/receita.

## CAPÍTULO V

### Controlos periódicos

#### Artigo 34.º

##### Responsabilidade pelo uso dos bens

1 — Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamento que lhe estejam confiados.

2 — Relativamente aos bens e equipamentos colectivos, o dever consignado no parágrafo anterior é cometido ao responsável da secção ou sector em que se integram.

#### Artigo 35.º

##### Verificação física e periódica

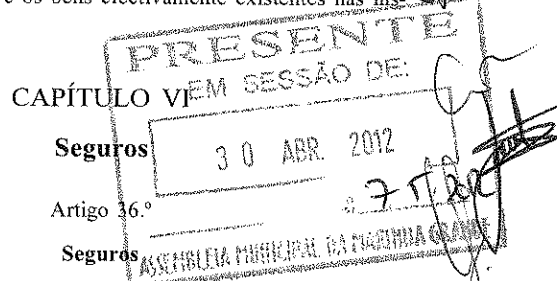
1 — Compete à Secção de Património realizar a verificação física dos bens do activo imobilizado, conferindo com os registos nas respectivas fichas de inventário, procedendo às regularizações a que houver lugar e ao apuramento de responsabilidades, quando for o caso.

2 — Esta verificação deve realizar-se, pelo menos, uma vez por ano em cada um dos sectores da autarquia e em todos os edifícios.

3 — Para o efeito a Secção de Património elabora um plano anual de acompanhamento e controlo, que é submetido ao chefe da Divisão Financeira.

4 — A Secção de Património fornece para cada responsável, uma listagem com os bens constantes em cada sala e à sua guarda, que deve ser afixada em local visível.

5 — A Secção de Património pode de forma aleatória e por amostragem, proceder à reconciliação entre as listagens referidas no parágrafo anterior e os bens efectivamente existentes nas instalações.



Seguros

Artigo 36.º

Seguros

1 — Compete à Secção de Património, em colaboração com a correctora de seguros ao serviço da autarquia, assegurar e gerir a carteira de seguros relativamente às necessidades do município da Marinha Grande, com excepção dos seguros relativos a pessoal, a cargo da SRH.

2 — Para os efeitos dos números anteriores, devem aqueles serviços possuir, devidamente actualizado, registo, preferencialmente em suporte informático, de todas as apólices existentes e respectiva movimentação.

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE



2 — Sempre que a data referida no n.º 1 seja posterior à data da emissão da guia de receita gerada pelos actos que lhe dão origem, o serviço emissor emite uma guia adicional para a liquidação e arrecadação do imposto de selo.

#### Artigo 48.º

##### Serviços emissores de guias de receita

Os serviços emissores de guias de receita são, designadamente, os seguintes:

##### 1 — Gabinete de Apoio Jurídico, para a cobrança de:

- 1.1 — Coimas;
- 1.2 — Custas;
- 1.3 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 2 — Notariado, para a cobrança de receita relacionada com:

- 2.1 — Emolumentos notariais, incluindo os destinados à Conservatória dos Registos Centrais;
- 2.2 — Alienação de bens objecto de escritura pública;
- 2.3 — Imposto de selo;
- 2.4 — Fotocópias certificadas e não certificadas;
- 2.5 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 3 — Secção de Expediente Geral, para a cobrança de receita relacionada com:

- 3.1 — Emissão de fotocópias simples ou autenticadas;
- 3.2 — Emissão de certidões narrativas ou de teor;
- 3.3 — Emissão de certificados de boa execução;
- 3.4 — Venda de cadernos de encargos e programas de concurso enviados à cobrança;
- 3.5 — Portes de correio por envio de correspondência à cobrança;
- 3.6 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 4 — Secção de Taxas e Licenças, para a cobrança de receita relacionada com:

- 4.1 — Emissão de todas as licenças e alvarás da competência da DARH;
- 4.2 — O Sector de Mercados e Feiras;
- 4.3 — O Sector de Metrologia;
- 4.4 — O Sector de Cemitérios Municipais;
- 4.5 — Emissão de fotocópias simples ou autenticadas;
- 4.6 — Venda de cadernos de encargos e programas de concurso;
- 4.7 — Imposto de selo;
- 4.8 — Taxa municipal de direitos de passagem;
- 4.9 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 5 — Secção de Recursos Humanos, para a cobrança de receita relacionada com:

- 5.1 — Comparticipações de entidades públicas em programas de emprego ou de formação profissional;
- 5.2 — Indemnizações da seguradora por acidentes de trabalho;
- 5.3 — Emissão de fotocópias simples ou autenticadas;
- 5.4 — Buscas de processos no Arquivo Municipal;
- 5.5 — Emissão de declarações diversas;
- 5.6 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 6 — Secção de Contabilidade, para a cobrança de receita relacionada com:

- 6.1 — Transferências correntes e de capital provenientes do Orçamento do Estado;
- 6.2 — Impostos directos;
- 6.3 — Rendimentos de propriedade diversos;
- 6.4 — Transferências de fundos comunitários;
- 6.5 — Contratos-programa, protocolos de cooperação técnica e financeira ou outros de idêntica natureza;
- 6.6 — Serviços diversos prestados a entidades públicas ou privadas;
- 6.7 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 7 — Secção de Património, para a cobrança de receita relacionada com:

- 7.1 — Indemnizações de seguros;
- 7.2 — Indemnizações de entidades privadas;

##### 7.3 — Concessões;

##### 7.4 — Outros rendimentos provenientes da gestão do património municipal;

##### 7.5 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 8 — Secção de Obras Particulares, para a cobrança de receita relacionada com:

- 8.1 — Emissão de todas as licenças e alvarás da competência da DLOP;
- 8.2 — Averbamentos;
- 8.3 — Ocupação da via pública;
- 8.4 — Realização de vistorias diversas;
- 8.5 — Inscrição de técnicos;
- 8.6 — Compensações por não cedência para domínio público;
- 8.7 — Cauções;
- 8.8 — Emissão de certidões;
- 8.9 — Emissão de fotocópias simples ou autenticadas;
- 8.10 — Buscas em arquivo;
- 8.11 — Imposto de Selo (pela emissão dos alvarás);
- 8.12 — Execução de obras por conta de particulares e ou com participação;
- 8.13 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 9 — Secção Administrativa da DASED, para a cobrança de receita relacionada com:

- 9.1 — Habitação social;
- 9.2 — Utilização de instalações desportivas e recreativas municipais;
- 9.3 — Alimentação escolar;
- 9.4 — Comparticipação nos transportes escolares;
- 9.4 — Prolongamento de horários nas escolas;
- 9.5 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 10 — Sector Cultural da DCPH, para a cobrança de receita relacionada com:

- 10.1 — Cinema de Vieira de Leiria;
- 10.2 — Fotocópias do Arquivo Municipal;
- 10.3 — Outra que venha a ser atribuída superiormente.

##### 11 — Museu do Vidro, para cobrança da receita proveniente de todos os museus.

##### 12 — Sector de Bibliotecas e Arquivo, para cobrança da receita de serviços prestados na biblioteca municipal.

#### Artigo 49.º

##### Competências do serviço emissor

1 — Concluído o processo gerador da receita e o procedimento referido no n.º 3 do artigo 44.º, o serviço emissor procede à sua liquidação e emite por via informática a respectiva guia de receita procedendo à sua conferência.

2 — O serviço emissor deve imprimir uma cópia de todas as guias que guardará num arquivo expressamente destinado a essa finalidade, para controlo da receita arrecadada e registo nos respectivos processos e um mapa resumo diário tendo por base as guias de receita emitidas.

3 — No final de cada dia, o serviço emissor procede à conferência do seu resumo de guias de receita com as guias de recebimento emitidas pela tesouraria e regista o seu número e data nos respectivos processos, nos quais arquiva cópia das mesmas.

4 — Findos os prazos de pagamento voluntário para cada um dos tipos de receita, o serviço emissor passa informaticamente todas as guias emitidas e não recebidas para a situação de «cobranças em atraso» e entrega à Secção de Contabilidade um relatório das mesmas.

5 — Simultaneamente, entrega ao respectivo superior hierárquico, uma cópia desse relatório acrescido de proposta de passagem das guias não recebidas à situação de cobrança coerciva ou execução por via judicial, consoante o caso em concreto.

6 — O superior hierárquico analisa o relatório e devolve-o ao serviço emissor no prazo de cinco dias úteis, indicando os procedimentos a adotar para a cobrança da receita liquidada e não arrecadada, nomeadamente para efeitos de instauração de processos de execução fiscal, de contra-ordenação ou acção judicial, dando conhecimento ao presidente da Câmara e ou vereador com competência na área financeira, para eventual intervenção dos serviços de fiscalização municipal ou do Gabinete de Apoio Jurídico.

7 — Para cumprimento dos procedimentos indicados pelo superior hierárquico, o serviço emissor passa informaticamente cada uma das guias emitidas e não recebidas para a situação de «cobrança em litígio», cabendo-lhe encaminhar o processo para Gabinete de Apoio Jurídico.

## SECÇÃO II

### Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ)

#### Artigo 50.º

##### Receita

1 — Transitada em julgado a decisão final de aplicação de coima e custas nos processos de contra-ordenação, é emitida e conferida a respectiva guia de receita, seguindo-se os procedimentos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 49.º

2 — Se for apresentado recurso da decisão, a guia de receita é emitida e conferida na data do envio do processo para o Ministério Público.

3 — Ultrapassado o prazo legalmente fixado para o pagamento, o GAJ envia o processo para o Ministério Público, para execução e, simultaneamente, passa informaticamente cada uma das guias emitidas e não recebidas para a situação de cobrança em litígio.

4 — Nos casos em que seja autorizado o pagamento da coima em prestações, o despacho do presidente da Câmara ou vereador com competência delegada deve igualmente ordenar a substituição da guia de receita emitida nos termos do n.º 1 por novas guias de receita para cada uma das prestações vincendas, o que deve ser realizado no mesmo ano económico.

5 — Sempre que a cobrança da coima seja efectuada pelo Tribunal competente, aquando do recebimento do ofício com o cheque, o GAJ deve cumprir os seguintes procedimentos:

- Se o montante da coima cobrada corresponder ao montante da coima aplicada no processo, remete à Secção de Contabilidade o ofício conferido e emite uma nova guia de receita tipo 3 para que sejam efectuadas as competentes alterações contabilísticas;
- Simultaneamente e caso o tribunal não tenha procedido à cobrança das custas, propõe ao presidente da Câmara a instauração de processo de execução fiscal para cobrança coerciva das mesmas;
- Se o valor da coima cobrado pelo tribunal for inferior ao montante da coima aplicada, elabora informação para anulação do saldo restante, a efectuar após deliberação da Câmara Municipal.

## SECÇÃO III

### Secção de Expediente Geral (SEG)

#### Artigo 51.º

##### Documentos enviados à cobrança

1 — Sempre que os interessados solicitem o envio de certidões, certificados de boa execução ou cadernos de encargos e programas de concurso à cobrança, é emitida e conferida a factura da taxa ou do preço e dos portes de correio, cujo montante é liquidado no momento da pesagem da correspondência e registo na «folha de avença».

2 — Simultaneamente, a SEG elabora um mapa resumo das guias de receita dos valores enviados à cobrança e os respectivos portes, a fim de controlar o respectivo recebimento através de vale de correio.

3 — Quando é recebido na Câmara Municipal o vale de correio, o serviço emissor faz a sua conferência e procede ao abatimento no mapa resumo do dia do envio, registando o número e data das duas guias de recebimento da tesouraria.

## SECÇÃO IV

### Secção de Taxas e Licenças (STL)

#### Artigo 52.º

##### Documentos enviados à cobrança

1 — Sempre que os interessados solicitem o envio de certidões ou fotocópias de documentos à cobrança, é emitida e conferida a

factura da taxa e dos portes de correio, cujo montante é liquidado no momento da pesagem da correspondência e registo na «folha de avença», na SEG.

2 — A STL elabora um mapa resumo com os valores enviados à cobrança e os respectivos portes, a fim de controlar o respectivo recebimento através de vale de correio.

3 — Recebido na Câmara Municipal o vale de correio, a STL faz a sua conferência e procede ao abatimento no mapa resumo do dia do envio, registando o número e data das duas guias de recebimento da Tesouraria.

#### Artigo 53.º

##### Posto de cobrança

1 — Nos mercados municipais em que seja permitida a utilização esporádica de espaços de venda, é criado um posto de cobrança.

2 — Este posto de cobrança dispõe de livros de recibos ou de bilhetes, identificados por série e cada série sequencialmente numerada, devendo os recibos inutilizados ser entregues ao respectivo dirigente, para efeitos de controlo e arquivo.

3 — O modelo dos livros referidos no número anterior deve ser aprovado pela Divisão Financeira, sendo os mesmos guardados em cofre do município e a sua distribuição assegurada pelos dirigentes dos serviços que deles necessitem.

4 — A receita proveniente destes postos de cobrança deve ser entregue no próprio dia na Tesouraria, após conferência com os canchotes dos bilhetes ou duplicados dos recibos e emissão da guia de receita pela STL, excepto de for cobrada em fins-de-semana, caso em que deve ser entregue ao serviço emissor até às 16 horas do primeiro dia útil seguinte.

5 — Cada posto de cobrança tem um responsável directo pela boa cobrança e pela prestação de contas ao respectivo serviço emissor.

#### Artigo 54.º

##### Situações especiais

1 — As guias de receita das taxas relativas às renovações automáticas das licenças de publicidade e de ocupação da via pública e às utilizações de espaços nos mercados e feiras, devem ser emitidas e conferidas no primeiro dia útil do mês ou ano em que são devidas, seguindo-se os restantes procedimentos previstos no artigo 49.º

2 — As taxas pelas inumações e trasladações são devidas, liquidadas e arrecadadas após a confirmação da sua realização pelo cozeiro, em impresso próprio a fornecer pelos serviços, até às 16 horas do dia seguinte.

3 — Os valores devidos como contrapartida de serviços prestados pelo município não especialmente regulados neste Regulamento, devem ser pagos directamente na Tesouraria, devendo para o efeito ser entregue na STL, no início de cada mês, pelos respectivos serviços, uma listagem onde conste a identificação dos beneficiários desses serviços, a natureza destes e o período a que respeita.

## SECÇÃO V

### Secção de Recursos Humanos (SRH)

#### Artigo 55.º

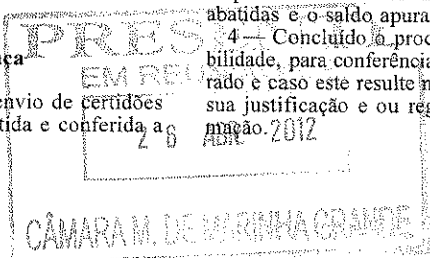
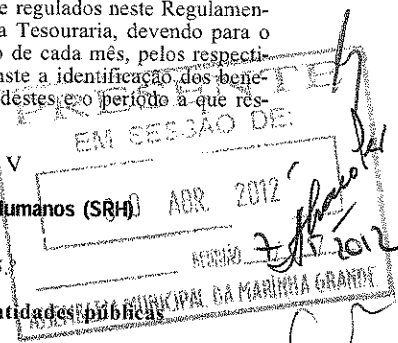
##### Comparticipações de entidades públicas

1 — Recebidas na SRH as notificações de aprovação de quaisquer participações de entidades públicas em programas de emprego e ou formação profissional deve ser entregue fotocópia das mesmas na Secção de Contabilidade para o competente registo.

2 — Sempre que as entidades públicas notifiquem a Câmara Municipal de quaisquer alterações aos montantes de participação aprovados, a SRH deve cumprir o procedimento referido no número anterior.

3 — A SRH deve manter em cada processo participado, um mapa resumo com os montantes aprovados, as participações abatidas e o saldo apurado.

4 — Concluído o processo, a SRH entrega à Secção de Contabilidade, para conferência, cópia do mapa resumo com o saldo apurado e caso este resulte num crédito ou num débito, diligência pela sua justificação e ou regularização, através da competente informação.



## Artigo 56.º

**Indemnizações de seguradoras por acidentes de trabalho**

1 — Recebido o ofício e recibo da seguradora com o montante da indemnização a pagar pela ausência por incapacidade de trabalhadores vítimas de acidentes, é o mesmo conferido antes da submissão à assinatura do presidente da Câmara, sendo depois devolvido para recebimento da verba em causa, devendo a guia de receita ser emitida nesse momento.

2 — Se o montante do recibo se apresentar em desconformidade com o montante a receber pela Câmara Municipal, é solicitada à seguradora, por ofício, a sua correcção, com a devida fundamentação.

## Artigo 57.º

**Cancelamento de descontos**

O cancelamento de quaisquer descontos facultativos nas remunerações dos trabalhadores, é efectuado mediante requerimento apresentado ao presidente da Câmara e produz efeitos no processamento de salários do mês seguinte à data da sua apresentação.

## SECÇÃO VI

**Sector de Metrologia**

## Artigo 58.º

**Receita**

1 — Após realização das aferições o funcionário preenche uma nota provisória em modelo próprio, em duplicado, sendo o original entregue ao beneficiário do serviço e o duplicado registado na ficha de cliente.

2 — Os duplicados das notas provisórias devem ser entregues no dia seguinte, até às 10 horas e 30 minutos, na STL, salvo atraso devidamente justificado, a fim de serem emitidas e conferidas as respectivas facturas que são enviadas aos clientes para procederem ao seu pagamento no prazo de 15 dias úteis, seguindo-se os restantes procedimentos previstos no artigo 49.º

3 — A STL envia mensalmente ao Sector de Metrologia uma listagem das facturas emitidas, para cruzamento com os registos das notas provisórias e seu registo definitivo na ficha de cliente.

## SECÇÃO VII

**Secção de Obras Particulares (SOP)**

## Artigo 59.º

**Receita**

1 — O processo e fórmulas utilizadas para a liquidação das taxas relativas aos pedidos de autorização ou licenciamento de obras e de operações de loteamento, deve constar de documento designado por «Conta», a emitir em duplicado, do qual consta a assinatura legível e a categoria ou cargo do funcionário que o elaborou, sendo o original arquivado no processo a que respeita e o duplicado entregue ao titular do processo no acto de pagamento.

2 — Nos pedidos de realização de vistorias e de emissão de alvará de licenciamento de operações de loteamento, as taxas de vistoria, as taxas de urbanização e as compensações por não cedência de terreno para domínio público municipal, são arrecadadas no acto de entrega dos respectivos requerimentos.

3 — Sempre que a caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização for prestada por depósito em dinheiro a depositar à ordem do município, a respectiva guia de receita de operações de tesouraria é emitida, conferida e recebida no acto de entrega do requerimento a solicitar a emissão do alvará.

## Artigo 60.º

**Libertação da caução**

1 — Requerida pelos interessados a vistoria às obras de urbanização, a comissão de vistorias elabora o auto de medição ou de recepção

provisória, consoante as obras se encontrem ou não concluídas, e propondo uma das seguintes medidas:

- a) Redução do valor da caução até 90%, sendo os restantes 10% libertados aquando da recepção definitiva das obras;
- b) Reforço da caução, precedido de deliberação da Câmara Municipal, cuja proposta é elaborada pela SOP, quando aquela se mostrar insuficiente para garantir a conclusão dos trabalhos, com notificação ao interessado.

2 — Os autos de medição ou de recepção provisória das obras de urbanização são submetidos a aprovação do presidente da Câmara e remetidos à SOP, que notifica a entidade bancária, por carta registada com aviso de recepção, para efeitos de libertação do valor da caução aprovado.

3 — Se a caução tiver sido prestada por depósito em dinheiro, a SOP envia cópia do auto de medição ou de recepção provisória à Divisão Financeira, que efectuará a tramitação subsequente para efeitos da libertação do valor da caução aprovado.

4 — Elaborado e aprovado o auto de recepção definitiva das obras de urbanização a SOP deve cumprir o disposto nos n.ºs 2 e 3, para libertação da caução remanescente.

## SECÇÃO VIII

**DASED e DCPH**

## Artigo 61.º

**Criação de postos de cobrança de receitas**

1 — Tendo em conta a natureza dos serviços que prestam aos munícipes e visitantes e os respectivos horários de funcionamento, são criados postos de cobrança nos seguintes locais:

- a) Museu Joaquim Correia — Sector Cultural;
- b) Cinema de Vieira de Leiria — Sector Cultural;
- c) Estabelecimentos de ensino com cantinas escolares — Sector de Educação;
- d) Campos de ténis — Sector de Desporto.

2 — Os postos de cobrança dispõem de livros de recibos ou de bilhetes, identificados por série e cada série sequencialmente numerada, devendo os recibos inutilizados ser entregues ao respectivo dirigente para efeitos de controlo e arquivo.

3 — O modelo dos livros referidos no número anterior deve ser aprovado pela Divisão Financeira, sendo os mesmos guardados em cofre do município e a sua distribuição assegurada pelos dirigentes dos serviços que deles necessitem.

4 — Cada posto de cobrança tem um responsável directo pela boa cobrança e pela prestação de contas ao respectivo serviço emissor.

## Artigo 62.º

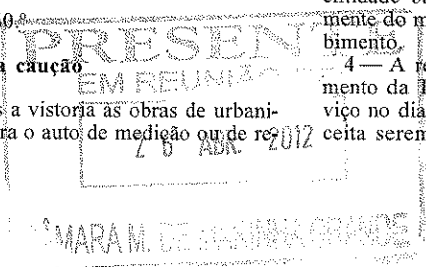
**Receita dos serviços emissores**

1 — As guias de receita a que se refere a alínea a) do artigo 46.º, provenientes, designadamente, das rendas habitacionais, das prestações derivadas da compra e venda em regime de propriedade resolúvel, das taxas pela utilização de recintos desportivos e culturais e dos prolongamentos de horários, são emitidas e conferidas pelo respectivo serviço emissor no primeiro dia útil de cada mês no dia da liquidação da receita se se tratar de um novo processo, seguindo-se os restantes procedimentos previstos no artigo 49.º

2 — A receita proveniente dos museus municipais é depositada no próprio dia à ordem do município e em cofre nocturno disponibilizado para o efeito.

3 — Para toda a receita cobrada e depositada em cofre nocturno, no dia útil seguinte o serviço emissor emite as respectivas guias de receita e entrega na tesouraria uma fotocópia do documento comprovativo do depósito no cofre nocturno, que deve solicitar à entidade bancária, e do mapa resumo certificado, independentemente do momento em que a tesouraria vier a proceder ao seu recebimento.

4 — A receita cobrada na biblioteca municipal após o encerramento da Tesouraria, é guardada em cofre e entregue àquele serviço no dia útil seguinte, sem prejuízo das respectivas guias de receita serem emitidas no próprio dia da prestação dos serviços.



## Artigo 63.º

**Situações especiais da receita nos postos de cobrança**

1 — A receita proveniente dos postos de cobrança a que se refere o artigo 61.º, fica sujeita aos seguintes procedimentos:

- a) Até às 16 horas, os responsáveis directos pelos postos de cobrança entregam ao respectivo serviço emissor todos os valores cobrados e os documentos comprovativos dos recebimentos, nomeadamente canhotos dos bilhetes ou duplicados dos recibos, para efeitos de conferência;
- b) Efectuada a conferência e a respectiva certificação em mapa resumo de apuramento, o serviço emissor emite a guia de receita e entrega os valores cobrados na Tesouraria, no próprio dia;
- c) A receita cobrada após as 16 horas deve ser guardada em cofre nos respectivos serviços, sendo entregue ao serviço emissor até às 16 horas do dia útil seguinte para os efeitos da alínea b);
- d) A receita proveniente do posto de cobrança situado no Museu Joaquim Correia é entregue ao respectivo serviço emissor, no próprio dia, acompanhada dos canhotos dos bilhetes ou duplicados de recibos, para efeitos de depósito à ordem do município, em cobre nocturno;
- e) A receita proveniente do posto de cobrança situado no cinema de Vieira de Leiria deve ser depositada à ordem do município e em cofre nocturno disponibilizado para o efeito, no próprio dia, devendo os documentos que a suportam ser entregues ao respectivo serviço emissor até às 16 horas do dia útil seguinte;
- f) A receita proveniente do posto de cobrança situado nos campos de ténis é guardada em cofre no respectivo serviço e entregue ao serviço emissor até às 16 horas do dia útil seguinte, acompanhada dos documentos que a suportam, para os efeitos da alínea b).

2 — A receita proveniente das cantinas escolares e dos prolongamentos de horários é cobrada semanalmente, à sexta-feira, sendo entregue na tesouraria no próprio dia, após conferência e emissão da guia de receita pelo respectivo serviço emissor.

## Artigo 64.º

**Transportes escolares**

1 — A receita proveniente das comparticipações dos alunos nos transportes escolares deve ser entregue ao município até ao dia 8 de cada mês.

2 — As entidades responsáveis pela entrega devem enviar cheque com o total da receita cobrada, bem como documento comprovativo dos recebimentos, para efeitos de conferência e demais procedimentos referidos no artigo 49.º, a realizar pelo respectivo serviço emissor.

## Artigo 65.º

**Fundos de caixa**

1 — Nos museus municipais e no cinema de Vieira de Leiria, são criados fundos de caixa destinados a facilitar a realização de trocos quer nas vendas de bilhetes, quer nas vendas de outros bens ao público, ficando responsáveis pelos mesmos os funcionários que ali exerçam funções com carácter de permanência, a designar por deliberação da Câmara e sempre com respeito pelo princípio da segregação de funções quanto ao responsável pelo serviço emissor.

2 — Os fundos de caixa são verificados trimestralmente, sem aviso prévio, e ainda em todas as situações em que é verificada a responsabilidade do tesoureiro, por funcionário designado para o efeito pelo respectivo dirigente, respeitado o princípio da segregação de funções.

3 — O funcionário a que se refere o número anterior, deve elaborar relatório da verificação e submetê-lo a apreciação do dirigente que o enviará à Divisão Financeira.

## CAPÍTULO IX

**Águas e saneamento**

## Artigo 66.º

**Contrato de água**

1 — O procedimento relativo à celebração de um contrato de fornecimento de água depende de prévia solicitação do interessado.

2 — Todos os elementos necessários para a celebração do contrato são fornecidos pelo interessado, neles se incluindo o número de identificação bancária se for requerido o pagamento por transferência bancária.

3 — Elaborado o contrato, o interessado procede à sua assinatura e líquida o valor devido por aplicação do regulamento de tarifas em vigor.

4 — No final de cada dia, todos os contratos celebrados são reapreciados para verificação da sua conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis, por funcionário diferente do que procedeu à sua elaboração.

5 — Se estiverem preenchidos todos os requisitos a que se refere o número anterior, a ordem de serviço de colocação do contador de água é entregue, no dia seguinte de manhã, ao responsável pela colocação do contador. Este, após a execução do serviço, remete à SAAS os dados relativos ao contador colocado (número de série, calibre, leitura, posições e marca).

6 — Os dados enumerados no número anterior são introduzidos na ficha de cliente e o procedimento é dado como concluído.

7 — Se se tratar de um contrato de fornecimento de água para obras deve ser preenchido o modelo relativo aos contratos provisórios, afim de ser controlada a evolução do contrato em função da validade da licença de construção.

8 — A Secção Administrativa de Obras Particulares deve informar a SAAS do termo da licença de construção, da sua revalidação ou da emissão da licença de utilização, com vista à reapreciação do contrato.

9 — As regras definidas nos números anteriores são aplicáveis, com as devidas adaptações, à secção administrativa de Vieira de Leiria.

## Artigo 67.º

**Verificação extraordinária de contador**

1 — A verificação extraordinária do contador de água depende de requerimento prévio do interessado, em modelo próprio.

2 — O custo relativo a essa verificação é fixado no Regulamento de tarifas e é liquidado no momento da sua solicitação, emitindo-se a respectiva factura.

3 — Efectuado o pagamento devido, é emitida ordem de serviço para execução da verificação.

4 — A verificação é efectuada no local de consumo, preferencialmente, presença do interessado.

5 — Se não for verificada qualquer anomalia, o interessado deve proceder ao pagamento da factura emitida, no novo prazo fixado.

6 — Se for verificada uma anomalia, o consumo de água deve ser facturado ao valor estipulado no escalão de rotura, sendo as restantes componentes da factura calculadas tendo por referência o valor médio dos 12 meses antecedentes ou do período de duração do contrato, se inferior, mediante despacho do presidente ou do vereador com competência delegada.

## Artigo 68.º

**Aferição técnica do contador**

1 — A aferição técnica do contador de água depende de requerimento prévio do interessado, em modelo próprio.

2 — O custo relativo a essa aferição é fixado no regulamento de tarifas e é liquidado no momento da sua solicitação.

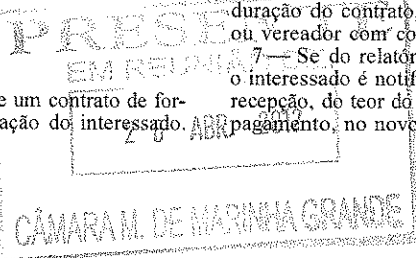
3 — Efectuado o pagamento devido, é emitida ordem de serviço para execução da aferição.

4 — O contador é remetido à secção de aprovisionamento, acompanhado da respectiva requisição interna.

5 — O contador é aferido por entidade externa, certificada pelo Instituto Português de Qualidade, pela qual é emitido um relatório de aferição tendo em conta os requisitos e os parâmetros de aferição dos contadores de água.

6 — Se do relatório de aferição resultar que o contador estava a funcionar incorrectamente e em prejuízo do interessado, as facturas emitidas são rectificadas tendo por referência os valores médios de consumo dos 12 meses antecedentes ou do período de duração do contrato, se inferior, mediante despacho do presidente ou vereador com competência delegada.

7 — Se do relatório de aferição não resultar qualquer anomalia o interessado é notificado, através de carta registada com aviso de recepção, do teor do relatório, a anexar, e da factura reclamada para pagamento, no novo prazo fixado.



## Artigo 69.º

**Substituição de contador de água**

1 — A substituição de contador depende de requerimento do interessado ou de decisão interna baseada em percepções recolhidas pelos serviços.

2 — Se se verificar uma situação de paragem do contador, em momento prévio à sua substituição, devem ser adoptadas as seguintes diligências:

- a) Verificação dos históricos de consumo;
- b) Verificação da existência de ordens de serviço por executar;
- c) Verificação dos dados de envio da correspondência.

3 — Se após as diligências a que se refere o número anterior se verificar que o contador está parado ou a funcionar irregularmente é emitida a ordem de serviço para a sua substituição.

4 — O funcionário que procede à substituição do contador recolhe a leitura do contador substituído e os dados referentes ao novo contador (número de série, calibre, marca, posições e leitura), entregando esses elementos na SAAS.

5 — Após a substituição do contador, se forem verificados consumos superiores aos registados anteriormente é efectuada a avaliação de consumo, nos termos da legislação aplicável.

6 — As facturas de avaliação de consumo são emitidas mensalmente de acordo com a avaliação a que se refere o número anterior e remetidas ao cliente.

7 — Se o cliente efectuar o pagamento por transferência bancária, as facturas deverão ser remetidas ao banco em tempo útil e dentro das datas limites de pagamento.

## Artigo 70.º

**Ligação à rede pública de água**

1 — A ligação à rede pública depende de requerimento prévio do interessado ou decorre de percepção dos serviços.

2 — No caso de requerimento do interessado, este deve obedecer ao modelo próprio.

3 — O pedido é remetido pela Secção Administrativa de Águas e Saneamento à Divisão de Infra-estruturas e Redes Municipais para elaboração de orçamento e informação de suporte, visados pelo respectivo chefe de divisão.

4 — Se não for tecnicamente possível efectuar a ligação à rede pública, o interessado deve ser notificado desse facto, através de carta registada com aviso de recepção.

5 — Se for possível efectuar a ligação à rede pública, a DIRM elabora orçamento discriminativo que, depois de visado pelo dirigente da unidade orgânica, é remetido à SAAS, de acordo com o regulamento de tarifas em vigor.

6 — A SAAS notifica o requerente, através de carta registada com aviso de recepção, para proceder ao pagamento do valor apurado, juntando cópia do orçamento elaborado pela DIRM, no prazo máximo de 10 dias úteis.

7 — Se o pagamento não for efectuado no prazo referido no número anterior, o processo é remetido ao sector de fiscalização para verificação da situação.

8 — A factura é emitida na data do pagamento, sendo remetido à DIRM um duplicado do orçamento, no qual é apostado o número da factura e a data, para que os serviços desta divisão promovam a execução do serviço.

## Artigo 71.º

**Limpeza de fossas**

1 — A limpeza de fossas sépticas depende de requerimento prévio do interessado, escrito ou oral.

2 — Se o serviço for requerido presencialmente, é emitida a respectiva factura que deve ser paga de imediato, de acordo com o regulamento de tarifas em vigor.

3 — Se o serviço for solicitado por escrito, o valor da tarifa é incorporado na factura de consumo de água seguinte, de acordo com o regulamento de tarifas em vigor.

4 — Após o pagamento do serviço ou a incorporação na factura de consumo de água, é efectuada a requisição interna do despejo da fossa, entregue à Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, para execução.

5 — No fim de cada dia, é entregue pela DASU na SAAS uma cópia da requisição interna executada, que deve, sempre que possível, ser assinada pelo requerente e pelo executante.

## Artigo 72.º

**Ligação à rede pública de saneamento doméstico e pluvial**

1 — A ligação à rede de saneamento doméstico e ou pluvial depende de requerimento prévio do interessado ou de decisão interna baseada na percepção recolhida pelos serviços, em modelo próprio.

2 — O requerimento é remetido à DIRM para elaboração de orçamento e informação de suporte, visadas pelo respectivo chefe de divisão.

3 — Se não for tecnicamente possível efectuar a ligação, a DIRM deve informar a razão desse facto, que será comunicado ao requerente, através de carta registada com aviso de recepção.

4 — Se for possível efectuar a ligação, a DIRM elabora orçamento discriminativo do serviço a realizar, visado pelo chefe de divisão, que remete à SAAS, de acordo com o regulamento de tarifas em vigor.

5 — A SAAS notifica, através de carta registada com aviso de recepção, o requerente para proceder ao pagamento do valor apurado, juntando cópia do orçamento elaborado pela DIRM, no prazo máximo de 10 dias úteis.

6 — Se o pagamento não for efectuado no prazo referido no número anterior, o processo é remetido ao sector de fiscalização para verificação da situação.

7 — A factura é emitida na data do pagamento, sendo remetido à DIRM um duplicado do orçamento, no qual é apostado o número da factura e a data, para que serviços desta divisão promovam a execução do serviço.

## Artigo 73.º

**Isenção de tarifa de saneamento**

1 — A isenção da tarifa de saneamento depende de requerimento prévio do interessado, em modelo próprio.

2 — Após a recepção do requerimento a que se refere o número anterior, o processo é remetido à DIRM para informar sobre a possibilidade de ser efectuada a ligação à rede pública.

3 — Se a informação for favorável à ligação, o requerente é notificado, através de carta registada com aviso de recepção, para proceder à requisição da respectiva ligação.

4 — Se de acordo com a informação da DIRM não for possível efectuar a ligação à rede pública, o processo é submetido a despacho do presidente ou vereador com competência delegada, para decisão quanto à isenção da tarifa, no qual se fixa a data do respectivo início.

5 — O despacho a que se refere o número anterior não pode implicar qualquer reembolso.

6 — O despacho é notificado ao requerente, identificando-se os meios alternativos ao dispor para escoamento dos efluentes domésticos.

## Artigo 74.º

**Alteração de tarifa**

1 — A actualização da tarifa de consumo de água depende de requerimento prévio do interessado ou de decisão interna baseada na percepção recolhida pelos serviços.

2 — Após a recepção do requerimento, o fiscal desloca-se ao local de consumo para aferir o tipo de consumo e elabora informação que entrega na SAAS.

3 — Na sequência dessa informação, o processo é submetido a despacho do presidente ou vereador com competência delegada para alteração da tarifa, à qual se segue o registo na ficha de cliente, desse facto se informando o requerente.

4 — Se a tarifa for mantida, o requerente é notificado, através de carta registada com aviso de recepção, do teor da decisão e dos respectivos fundamentos.

## Artigo 75.º

**Cessação de contrato**

1 — A cessação do contrato pode ser requerida pelo cliente em modelo próprio, ou por iniciativa da entidade gestora nos casos previstos na lei ou regulamento.

2 — É emitida uma ordem de desligação para o funcionário que procede à retirada do contador, devendo este registar o respectivo valor de leitura.

30 ABR 2012

Handwritten signatures and stamps, including a date stamp "30 ABR 2012" and a signature "J. K. 2012".

3 — Após a execução do serviço é inserida na ficha de cliente a referência à desligação e a data.

4 — Se a leitura fornecida pelo cliente for inferior à leitura real verificada pelos serviços é emitida uma factura pela diferença de consumo.

#### Artigo 76.º

##### Isenções

1 — A isenção ou redução do valor das tarifas depende de requerimento prévio do interessado, em modelo próprio.

2 — A isenção ou redução da tarifa depende do preenchimento dos critérios enumerados no regulamento de tarifas.

3 — A SAAS elabora informação técnica em que se enquadra o pedido e submete o processo a decisão do presidente ou vereador com competência delegada.

4 — Se o pedido for indeferido, o requerente deve ser notificado, através de carta registada com aviso de recepção, dessa decisão e deve efectuar o pagamento da factura.

5 — Se o pedido for objecto de decisão favorável será emitida nota de crédito no valor respectivo.

#### Artigo 77.º

##### Leitura de contadores

1 — A leitura manual dos contadores é efectuada pelos funcionários adstritos a essa função, atendendo ao período de facturação bimestral.

2 — No dia anterior às leituras a efectuar é emitida uma listagem das áreas de leitura a realizar no dia seguinte.

3 — Diariamente, as áreas de leitura são introduzidas em cada um dos equipamentos destinados a esse fim.

4 — A leitura de consumo implica a verificação do número do contador e o registo manual e no equipamento destinado a esse fim da leitura de consumo existente.

5 — Nas folhas de registo manual é obrigatória a menção a qualquer anomalia verificada no contador.

6 — As leituras efectuadas são entregues na SAAS, sendo descarregadas para o sistema informático por um funcionário deste serviço.

7 — O funcionário que descarrega os dados deve validar as leituras de consumo que indiquem anomalias.

8 — Depois do tratamento dos dados, estes são comunicados à empresa que procede à impressão e envio das facturas aos clientes.

9 — As situações que não tenham sido completamente esclarecidas devem ser remetidas à fiscalização para averiguação.

10 — Existindo leituras de contadores que indiquem consumos muito baixos ou anómalos deve a situação ser analisada com vista à adopção das diligências devidas.

#### Artigo 78.º

##### Pagamento em prestações de ligações à rede pública

1 — O pagamento em prestações de ligações à rede pública depende de requerimento prévio do interessado, em modelo próprio.

2 — O pedido é analisado em função dos critérios estipulados no regulamento de tarifas, de que é elaborada informação técnica, a submeter a despacho do presidente ou do vereador com competência delegada.

3 — Se o pedido for indeferido, a decisão final deve ser antecedida de audiência prévia nos termos da lei aplicável, finda a qual é proferida a decisão final e colocada de novo à cobrança a ligação, com novo prazo de vencimento.

4 — Se o pedido for deferido, o interessado é notificada da decisão e são emitidas as facturas relativas a cada prestação.

5 — Após a decisão do pedido formulado, o orçamento, no qual é apostado o número da factura e a data, é remetido à DIRM para execução da ligação.

#### Artigo 79.º

##### Pagamento de facturas em prestações

1 — O pagamento em prestação de facturas depende de requerimento prévio do interessado, em modelo próprio.

2 — O pedido é analisado em função dos critérios estipulados no regulamento de tarifas, de que é elaborada informação técnica, a submeter a parecer do dirigente da unidade orgânica e a despacho do presidente ou do vereador com competência delegada.

3 — Se o pedido for indeferido, a decisão final deve ser antecedida de audiência prévia nos termos da lei aplicável, finda a qual é proferida a decisão final e colocada de novo à cobrança a ligação, com novo prazo de vencimento.

4 — Se o pedido for deferido é anulada a factura inicial, o interessado é notificado da decisão e são emitidas as facturas relativas a cada prestação.

#### Artigo 80.º

##### Gestão de cortes

1 — A suspensão do fornecimento de água é admissível nos casos previstos na lei e no regulamento.

2 — A retirada do contador de água deve ser efectuada tendo em conta, designadamente a zona, a antiguidade e o montante da dívida.

3 — Emitida a ordem de corte e antes da sua execução, é verificado se o cliente está em situação de corte.

4 — Apenas depois de liquidado o valor em dívida é possível efectuar a religação do fornecimento de água.

#### Artigo 81.º

##### Posto de cobrança

1 — São criados na SAAS dois postos de cobrança correspondentes aos lugares de atendimento ao público existentes e um posto de cobrança na Secção Administrativa de Vieira de Leiria.

2 — O saldo de cada um dos postos de cobrança e a respectiva responsabilidade são definidas por deliberação da câmara municipal.

3 — O saldo de cada posto de cobrança é verificado trimestralmente e sem aviso prévio e em todas as situações em que é verificada a responsabilidade do tesoureiro.

4 — Aplicam-se, com as devidas adaptações, os n.ºs 2 e 3 do artigo 65.º deste Regulamento.

#### Artigo 82.º

##### Encerramento

1 — Findo o período de atendimento ao público é efectuado o encerramento das caixas, contabilizando-se as cobranças (dinheiro, cheques, multibanco) efectuadas que devem corresponder ao mapa de caixa de cada operador.

2 — O valor cobrado é verificado por funcionário diferente daquele que efectuou o atendimento ao público, na presença deste.

3 — Após a emissão dos mapas gerais de receita é emitida, diariamente, a guia de receita da SAAS, sendo aqueles mapas remetidos à Secção de Contabilidade e os talões de multibanco (abertura, duplicados e fecho) à tesouraria. Cabe à tesouraria remeter à Secção de Contabilidade o talão de fecho do multibanco.

4 — O depósito em cofre nocturno é realizado por funcionário da SAAS, no período normal de serviço, que se deve deslocar ao banco em viatura municipal, efectuando o depósito acompanhado por outro funcionário.

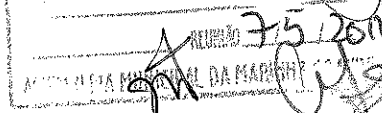
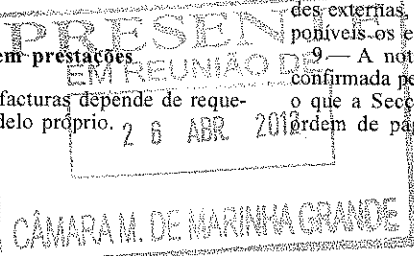
5 — O depósito em cofre nocturno é efectuado através de cartão próprio para o efeito fornecido pelo município.

6 — Findo o período da manhã, os montantes cobrados devem ser depositados em cofre do serviço.

7 — As regras enunciadas nos números anteriores são aplicáveis, com as devidas adaptações, à Secção Administrativa de Vieira de Leiria, observando a regra da emissão diária da guia de receita.

8 — Nas situações em que as facturas são cobradas por entidades externas, a SAAS emite a guia de receita logo que tenha disponíveis os elementos necessários.

9 — A nota de lançamento relativa a encargos de cobrança é confirmada pelo funcionário da SAAS designado para o efeito; após o que a Secção de Contabilidade regista o documento e emite a ordem de pagamento que irá permitir a arrecadação da receita.



## CAPÍTULO X

## Empreitadas de obras públicas

## Artigo 83.º

## Objecto

Para efeitos de controlo interno as empreitadas de obras públicas (adiante EOP) regem-se pelo procedimento a seguir enunciado.

## Artigo 84.º

## Projecto

1 — A apreciação do projecto de execução da EOP é efectuada pela divisão do departamento técnico em que se integre a obra a realizar.

2 — A apreciação do projecto de execução consiste na análise do projecto e na verificação da existência de erros ou omissões nessa fase detectáveis.

3 — O resultado da apreciação efectuada deve constar da informação técnica a que alude o artigo seguinte.

## Artigo 85.º

## Informação técnica

1 — A informação técnica para a realização do procedimento pré-contratual é elaborada na divisão do departamento técnico em que se insere a obra a realizar.

2 — A informação técnica deve, pelo menos, identificar o tipo de procedimento pré-contratual a adoptar, a justificação para a realização da obra, a estimativa de custo e a identificação da rubrica orçamental em que pode ser cabimentado.

3 — Em caso de dificuldade na identificação da rubrica orçamental essa informação deve ser solicitada à divisão financeira que responderá no prazo máximo de dois dias úteis.

4 — A informação técnica deve ser submetida a parecer do chefe de divisão em que a obra se integre e director de departamento, sem os quais não prossegue.

5 — Se a obra for cabimentada em rubrica diferente da proposta formulada pelo técnico, a Divisão Financeira deve dar conhecimento desse facto ao técnico em causa.

## Artigo 86.º

## Cabimento

Na informação técnica deve ser exarado despacho do presidente da Câmara ou vereador com competência delegada que determinará à Divisão Financeira que proceda ao cabimento da obra a executar.

## Artigo 87.º

## Competência

Em função do valor, o assunto será submetido a deliberação da Câmara Municipal ou a despacho para autorização da despesa e do procedimento pré-contratual.

## Artigo 88.º

## Publicações

Se for obrigatória a publicação em *Diário da República* e em meios da comunicação social escrita, os modelos são elaborados pela Secção Administrativa do Departamento Técnico, sendo posteriormente remetidos ao Gabinete de Relações Públicas para formação e restante tramitação.

## Artigo 89.º

## Procedimento

A tramitação dos procedimentos pré-contratuais é conduzida pela Secção Administrativa do Departamento Técnico e pelas comissões de abertura e de análise, nos termos da lei.

## Artigo 90.º

## Adjudicação

1 — Findo o procedimento a que se refere o artigo anterior, a proposta de adjudicação é submetida a deliberação da Câmara Municipal ou a despacho, em função do valor em causa.

2 — Após a adjudicação, o processo é remetido à Divisão Financeira para compromisso.

3 — Efectuado o compromisso, o adjudicatário é notificado para apresentação dos documentos necessários à celebração do contrato.

## Artigo 91.º

## Contrato escrito

1 — O contrato escrito é previamente aprovado pela entidade competente para autorizar a despesa e pelo adjudicatário, sendo elaborado pelo funcionário que serve de oficial público do município.

2 — Os impostos a que dê lugar a celebração do contrato são liquidados pelo adjudicatário em momento prévio à respectiva assinatura.

## Artigo 92.º

## Tribunal de Contas

Se em função do valor o contrato dever ser submetido a visto do tribunal de contas, cabe ao funcionário que serve de oficial público preparar todo o expediente necessário para o efeito.

## Artigo 93.º

## Consignação

Após a celebração do contrato, e em data indicada pelo fiscal de obra designado, é celebrado o auto de consignação da empreitada.

## Artigo 94.º

## Autos de medição

1 — A elaboração dos autos de medição dos trabalhos executados cabe ao fiscal de obra, devendo ser submetidos a visto do dirigente da unidade orgânica em que se integra a obra.

2 — Os autos de medição são remetidos, por protocolo interno, à divisão financeira no prazo de dois dias úteis a contar da recepção no Sector de Gestão Administrativa de Empreitadas.

3 — Se a data do auto de medição não corresponder à data da sua entrega pelo fiscal da obra no Sector de Gestão Administrativa de Empreitadas, deve este fazer referência a tal facto no auto que será rubricado por si e pelo fiscal da obra.

4 — A tramitação subsequente é da responsabilidade da Divisão Financeira.

## Artigo 95.º

## Recepção provisória

1 — Findos os trabalhos contratados, o fiscal da obra notifica o adjudicatário para a vistoria com vista à recepção provisória.

2 — Elaborado o auto de recepção provisória é este submetido a deliberação da câmara municipal, através de proposta elaborada na Secção Administrativa do Departamento Técnico.

3 — Após a aprovação a que se refere o número anterior é remetida cópia do auto à Secção de Contabilidade e à Secção de Património, no prazo de dois dias úteis.

## Artigo 96.º

## Inquérito administrativo e conta final

1 — A Secção Administrativa do Departamento Técnico providencia pela realização do inquérito administrativo e pela elaboração e notificação da conta final, nos termos da lei.

2 — A conta final deve ser visada pelo respectivo fiscal da obra e, na sua ausência, pelo dirigente da unidade orgânica em que a obra se insira.

## Artigo 97.º

**Recepção definitiva**

1 — Decorrido o prazo legal ou contratual, o fiscal da obra promove a vistoria com vista à recepção definitiva da obra nos termos da lei.

2 — O auto de recepção definitiva é submetido a deliberação da câmara municipal, através de proposta elaborada na Secção Administrativa do Departamento Técnico.

3 — A Secção Administrativa do Departamento Técnico remete cópia do auto de recepção definitiva à Divisão Financeira para liberação das quantias retidas a título de reforço da caução prestada.

## Artigo 98.º

**Revisão de preços**

A aprovação de revisão de preços obedece, com as devidas adaptações, ao disposto nos artigos 85.º a 87.º e 90.º

## Artigo 99.º

**Trabalhos a mais**

A aprovação de trabalhos a mais obedece, com as devidas adaptações, ao disposto nos artigos 85.º a 87.º, 89.º a 92.º e 94.º

## Artigo 100.º

**Trabalhos a menos**

A aprovação de trabalhos a menos depende de informação técnica a elaborar pelo fiscal da obra que é submetida a deliberação da Câmara Municipal ou a despacho, em função do valor, e posteriormente remetida à Divisão Financeira.

## Artigo 101.º

**Falta de cabimento**

1 — Se, na fase regulada no artigo 86º, não for possível proceder ao cabimento da estimativa de custo a informação técnica é devolvida à divisão do departamento técnico respectiva, sendo posteriormente submetida a decisão do superior hierárquico em causa para determinação do reforço da verba prevista no orçamento ou para determinação da não execução da obra.

2 — Se for efectuado o reforço da verba prevista no orçamento, o processo é de novo remetido pelo Departamento Técnico à Divisão Financeira.

## Artigo 102.º

**Omissões**

As eventuais omissões do presente capítulo são supridas pela entidade competente para autorizar a despesa, no estrito cumprimento das normas legais ao caso aplicáveis.

**CAPÍTULO XI****Viaturas, máquinas e oficinas municipais**

## Artigo 103.º

**Funções**

Cabe à Divisão de Apoio Técnico e Logístico (DATL):

- a) Dirigir o parque automóvel e as oficinas;
- b) Assegurar a manutenção e conservação das máquinas e viaturas, com vista à permanente operacionalidade das máquinas e viaturas, através de uma política de manutenção preventiva;
- c) Controlar os custos de funcionamento do parque automóvel e das oficinas.

26 ABR 2012

CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

## Artigo 104.º

**Controlo financeiro**

No exercício permanente do controlo financeiro das intervenções efectuadas no parque automóvel e nas oficinas devem ser observadas as seguintes regras:

- a) A Divisão Financeira deve fornecer à DATL relatórios trimestrais relativos a cada um dos centros de custo cuja gestão lhe cabe;
- b) Além desse relatório, a DATL deve constituir e actualizar, de forma permanente, um ficheiro da situação física e financeira de cada viatura municipal cuja gestão lhe pertença;
- c) Deve ser elaborado um relatório síntese trimestral com a análise do nível de despesa gerada por cada viatura e oficina, a submeter a apreciação superior.
- d) O relatório a que se refere o número anterior deve ser acompanhado, quando se justifique, de estudos de rentabilidade individualizados e de propostas de medidas a adoptar.

## Artigo 105.º

**Viaturas**

1 — Em relação a cada viatura deve ser efectuado e consolidado, de forma permanente, um registo das saídas, dos quilómetros percorridos, dos abastecimentos de combustíveis e de todos os restantes custos ordenados por grupos homogéneos.

2 — Cada viatura deve possuir um diário de bordo, em duplicado, no qual se registem os quilómetros percorridos, os serviços realizados e eventuais ocorrências anómalas.

3 — O original é entregue diariamente à DATL pelo responsável a quem está atribuída a viatura, para o devido tratamento.

4 — Os serviços devem efectuar regularmente um cruzamento, por amostragem, dos registos diários das viaturas e dos registos efectuados na portaria.

5 — O registo a que se refere o n.º 2 visa a adopção de programas de revisão periódicas programadas.

## Artigo 106.º

**Oficinas**

1 — Cada intervenção executada nas oficinas municipais deve ser registada numa folha de obra individualizada, na qual conste o tipo de trabalho realizado, o material empregue e o tempo gasto.

2 — Deve ser efectuada, mensalmente, a aferição do número de horas trabalháveis e do número de horas trabalhadas.

3 — Deve ser efectuado um controlo financeiro de custos de todas as obras realizadas nas oficinas aferindo da sua rentabilidade, pelo menos, trimestralmente, dando disso conhecimento superior.

4 — Sempre que se justifique, deve ser elaborado estudo comparativo dos custos dos trabalhos executados nas oficinas municipais e da sua aquisição externa tendo por referência o mesmo padrão custo/qualidade por tipo de intervenção, em função dos quais deve ser proposta a solução a adoptar.

## Artigo 107.º

**Despesas**

1 — Todas as despesas de funcionamento e relativas à reparação e manutenção das viaturas e máquinas ou necessárias ao funcionamento das oficinas obedecem ao regime legal em vigor para a aquisição de bens e serviços e à respectiva norma de controlo interno aplicável.

2 — Os trabalhos de reparação e manutenção efectuados em entidades externas devem ser precedidos de informação justificativa do serviço encarregue da sua gestão, na qual se fundamente a escolha do prestador de serviço proposto.

3 — O recurso a fornecedor externo depende de apresentação de orçamento prévio, salvo situações de carácter excepcional e urgente devidamente justificadas por escrito e autorizadas pelo superior hierárquico do serviço.

4 — A facturação dos serviços adquiridos externamente deve discriminar todos os trabalhos realizados, nomeadamente material, mão-de-obra, outras despesas, condições financeiras.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

5 — A aquisição de serviços externos deve ter por referência a constituição de uma base de fornecedores de referência e, preferencialmente, tendo em atenção uma tabela de preços por tipo de trabalho.

6 — A distribuição dos trabalhos externos, dentro dos princípios e regras da aquisição de bens e serviços, deve obedecer a critérios transparentes e equitativos.

7 — Qualquer intervenção externa depende da prévia observância do procedimento contabilístico e legal adequado, não sendo admitida qualquer alteração ao conteúdo da adjudicação, sem o respeito pelos procedimentos devidos.

#### Artigo 108.º

##### Gestão

1 — A gestão das máquinas e viaturas e das oficinas atribuída à DATL respeitará as regras legais aplicáveis em matéria de prestação de serviço além do período semanal de trabalho.

2 — As devidas autorizações carecem de parecer prévio do dirigente da unidade orgânica e do director de departamento.

3 — A tramitação da prestação de serviço além do período semanal de trabalho segue as regras gerais definidas na norma de controlo interno aplicável.

## CAPÍTULO XII

### Processamento de salários

#### Artigo 109.º

##### Processamento de salários

1 — Com excepção dos recibos destinados às comparticipações da ADSE aos funcionários e agentes, não podem ser processados quaisquer montantes aos trabalhadores sem que tenha sido emitida previamente a competente autorização pelo superior hierárquico com competência delegada e ou pelo presidente da Câmara.

2 — Sempre que a despesa a participar ao funcionário ou agente a título de ADSE suscite dúvidas quanto ao seu pagamento, devem as mesmas ser previamente esclarecidas junto desta entidade, via e-mail ou fax.

3 — Os documentos que titulam o pagamento de ajudas de custo e de serviço prestado fora do período de duração semanal de trabalho, devem ser acompanhados das necessárias autorizações prévias devidamente fundamentadas de facto e de direito, a emitir pelos superiores hierárquicos com competência para o efeito ou pelo presidente da Câmara, sob pena de não serem processados.

4 — Nas deslocações do domicílio necessário por motivo de serviço em que seja utilizado transporte do município, deve ser efectuado por amostragem, com a periodicidade mínima trimestral, o cruzamento de dados com o diário de bordo das viaturas utilizadas na deslocação e com os registos efectuados na portaria, que devem ser solicitados à DATL.

5 — Toda a documentação relativa à justificação de faltas ou licenças dos trabalhadores, deve ser entregue na SRH, impreterivelmente, até ao dia 5 do mês seguinte, devidamente justificadas e assinadas pelos superiores hierárquicos, de modo a que possa ser registada atempadamente no processamento.

6 — A garantia do cumprimento do disposto no número anterior é da competência dos dirigentes, chefias ou responsáveis de serviços, consoante os casos.

7 — Concluído o processamento e antes da sua submissão à assinatura, deve ser efectuada a verificação e conferência do mesmo por amostragem aleatória a seis recibos, sendo elaborado um relatório dos resultados obtidos que ficará apenso às folhas de remunerações, com respeito pelo princípio da segregação de funções.

## CAPÍTULO XIII

### Despesa não especificada

#### Artigo 110.º

##### Correspondência

1 — Toda a correspondência a expedir pela Câmara Municipal é centralizada na SEG, de modo a que seja efectuada a sua pesa-

gem, atribuição do código do respectivo tarifário e preenchimento da «folha de avença» dos CTT, que acompanha a correspondência até aos Correios.

2 — Depois de conferida a «folha de avença» pelos CTT, é devolvido o duplicado que deve ser arquivado para posterior conferência da factura mensal.

3 — Recebida a factura mensal, a SEG procede à sua conferência através do seu cruzamento com os duplicados das «folhas de avença» e envia-a à Secção de Contabilidade para pagamento.

4 — Sempre que da conferência referida no número anterior sejam apuradas irregularidades, deve ser solicitada a intervenção do gestor de clientes dos CTT que procede a nova conferência e, caso aquelas se comprovem, diligência pela emissão de nota de crédito ou de débito, consoante o caso.

5 — Recebida a nota de débito ou de crédito dos CTT, a SEG anexa-a à factura que lhe deu origem e devolve-as à Secção de Contabilidade para pagamento.

#### Artigo 111.º

##### Editais, avisos e anúncios

1 — Após a elaboração dos avisos de abertura de concursos a publicar no *Diário da República*, devem os mesmos ser entregues na Secção de Contabilidade, a fim de ser efectuado, no prazo de dois dias úteis, o respectivo cabimento antes da sua submissão à assinatura do presidente da Câmara.

2 — Os anúncios de concursos que careçam de publicação em órgão de imprensa de expansão nacional, são elaborados pela SRH que emite a respectiva requisição interna e a remete à Secção de Aprovisionamento.

3 — Exceptuando o caso previsto nos números anteriores, os avisos ou editais que devam ser publicados em jornais de expansão local, regional ou nacional, são elaborados pelos respectivos serviços e enviados ao Gabinete de Relações Públicas para formatação e restantes procedimentos.

#### Artigo 112.º

##### Despesa com ADSE

1 — A SRH mantém em base de dados apropriada um registo actualizado de serviços médicos cujos recibos lhe forem apresentados para comparticipação pela ADSE e ou pelo seguro de saúde, do qual deve constar o nome e número do beneficiário, a data de validade do cartão, o acto médico realizado, a entidade que o realizou, o valor do mesmo e a data em que foi prestado.

2 — Recebida a factura da ADSE com a listagem de todos os serviços médicos a pagar, a SRH procede à confrontação desta com o registo informático e no caso de serem detectadas irregularidades, diligência pelo seu esclarecimento.

3 — Idêntico procedimento é adoptado relativamente às facturas da ADSE correspondentes à comparticipação anual da Câmara Municipal nas «despesas gerais de administração» daquela entidade, devendo a SRH verificar as datas de validade de todos os cartões de beneficiário constantes da listagem recebida.

#### Artigo 113.º

##### Despesa com formação profissional

1 — A proposta de participação dos trabalhadores em cursos ou acções de formação profissional é submetida a parecer do respectivo dirigente que afere da oportunidade e necessidade dessa formação.

2 — A proposta com a informação do dirigente é submetida pela SRH a despacho do presidente da Câmara ou vereador com competência delegada, para efeitos de autorização e submissão a cabimento e enviada à Secção de Aprovisionamento para os procedimentos tendentes à emissão da respectiva nota de encomenda.

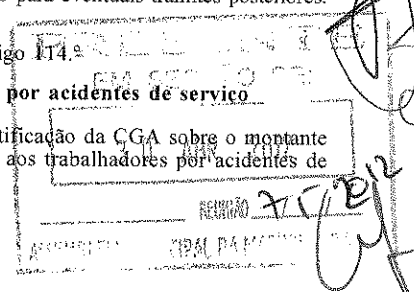
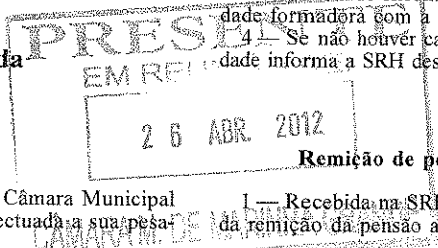
3 — A nota de encomenda é enviada à SRH para remessa à entidade formadora com a ficha de inscrição.

Se não houver cabimento orçamental a Secção de Contabilidade informa a SRH desse facto para eventuais trâmites posteriores.

#### Artigo 114.º

##### Remição de pensões por acidentes de serviço

1 — Recebida na SRH a notificação da CGA sobre o montante da remição da pensão a pagar aos trabalhadores por acidentes de



serviço, deve ser elaborada informação que será submetida a parecer da Chefe da DARH..

2 — Antes do despacho final do presidente da Câmara, deve a informação ser entregue na Secção de Contabilidade, a fim de ser submetida a prévio cabimento da despesa no prazo de dois dias úteis.

3 — Se não houver cabimento, a Secção de Contabilidade informa a SRH que deve dar conhecimento ao presidente da Câmara para efeitos de reforço da verba.

## CAPÍTULO XIII

### Reposições

#### Artigo 115.º

#### Reposições de dinheiros públicos recebidos indevidamente

1 — Sempre que a um funcionário, agente ou outro trabalhador sejam pagos montantes indevidos, devem os mesmos ser restituídos aos cofres do município, devendo a SRH elaborar informação detalhada sobre os factos e os montantes a repor, para conhecimento do superior hierárquico e despacho do presidente da Câmara que fixará o respectivo prazo de pagamento.

2 — A SRH notifica o trabalhador, por carta registada com aviso de recepção, da obrigatoriedade de proceder à reposição dos valores recebidos indevidamente no prazo fixado.

3 — O trabalhador pode, se assim o entender, requerer fundamentadamente o seu pagamento em prestações, desde que não seja excedido o ano económico em curso.

4 — A reentrada dos dinheiros públicos pagos indevidamente é feita, preferencialmente, no processamento de salários do mês seguinte.

5 — Não sendo possível cumprir o procedimento referido no número anterior, o pagamento é efectuado na tesouraria, através do competente documento de reposição, previamente emitido pela Secção de Contabilidade, que envia cópia à SRH para registo no histórico da aplicação e arquivo no processo.

6 — Caso o pagamento não seja efectuado no prazo fixado a SRH deve cumprir os procedimentos previstos nos n.ºs 4 a 7 do artigo 49.º

7 — As reposições não referidas no n.º 1 são efectuadas pela Secção de Contabilidade com base em informação elaborada pelos serviços responsáveis e visada pelo dirigente, sendo posteriormente submetida a despacho do presidente ou vereador com competência delegada.

## CAPÍTULO XIV

### Aplicações informáticas

#### Artigo 116.º

#### Controlo das aplicações e ambiente informático

1 — A atribuição de acessos às aplicações informáticas é efectuada mediante prévia solicitação dos dirigentes, chefias ou responsáveis de serviços, por via electrónica, ao GIO — Gabinete de Informática e Organização.

2 — Cabe ao GIO proceder à configuração dos acessos, bem como à definição das formas de acesso, de modo a garantir que todos os eventuais utilizadores da informação que as aplicações disponibilizam e que não sejam proprietários da informação, apenas possam efectuar pesquisa, consulta e impressão dos dados de que necessitem.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se proprietários da informação os funcionários que no exercício das funções que lhes estão cometidas, sejam responsáveis pela inserção, modificação e processamento de informação.

4 — Para cada utilizador é definida uma palavra-chave (*password*) que é da sua única e exclusiva responsabilidade, ficando proibida a sua transmissão a terceiros, sendo o GIO detentor de uma palavra-chave de acesso geral a todos os sistemas informáticos.

5 — Os utilizadores podem solicitar ao GIO a alteração da sua palavra-chave.

6 — Cabe ao GIO adoptar todas as providências e metodologias necessárias à segurança das aplicações informáticas.

#### Artigo 117.º

#### Segurança informática

1 — Compete ao Gabinete de Informática e Organização assegurar segurança diárias das aplicações informáticas fornecidas pela Medidata, que devem ser guardadas em local seguro e devidamente identificadas, pelo período de 30 dias.

2 — Findo o período referido no número anterior, deve ser guardada a segurança do último dia útil de cada mês, pelo período de um ano.

3 — Anualmente, após a conclusão dos procedimentos inerentes à prestação de contas, é assegurada, pelo Gabinete de Informática e Organização, uma segurança dos dados a qual é guardada, pelo menos, pelo período de 10 anos, na sequência de informação prestada pelo chefe de Divisão Financeira.

## CAPÍTULO XV

### Disposições finais

#### Artigo 118.º

#### Responsabilidade

Pelos actos e omissões que contrariem o disposto neste Regulamento respondem os seus autores no limite dos seus deveres e das funções que lhes estão cometidas, nos termos da lei.

#### Artigo 119.º

#### Alterações

1 — O presente Regulamento pode ser objecto de alterações, aditamentos ou revogações, por deliberação da Câmara Municipal, sempre que legislação especial o exija ou razões de eficiência e eficácia o justifiquem.

2 — As propostas de modificações previstas no n.º 1 devem ser fundamentadas pelos dirigentes ou chefias que as proponham, sendo submetidas a despacho do presidente ou do vereador com competência na área financeira.

#### Artigo 120.º

#### Fiscalização

Do presente Regulamento e de todas as modificações que lhe venham a ser introduzidas, são remetidas cópias à Inspeção-Geral de Finanças e à Inspeção-Geral da Administração do Território, no prazo de 30 dias após a sua aprovação.

#### Artigo 121.º

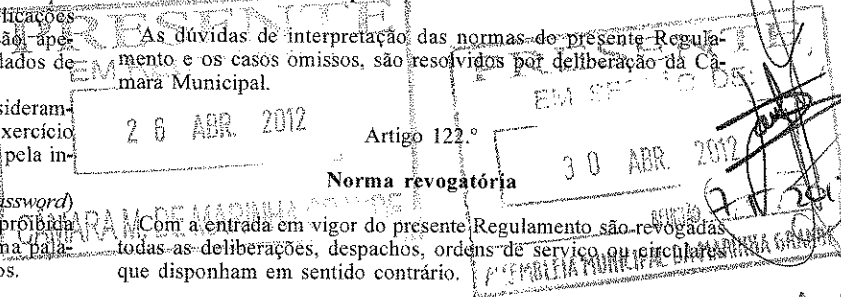
#### Interpretação e omissões

As dúvidas de interpretação das normas do presente Regulamento e os casos omissos, são resolvidos por deliberação da Câmara Municipal.

#### Artigo 122.º

#### Norma revogatória

Com a entrada em vigor do presente Regulamento são revogadas todas as deliberações, despachos, ordens de serviço ou circulares que disponham em sentido contrário.



## Artigo 123.º

## Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua aprovação pela Câmara Municipal, sem prejuízo de posterior publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE MARVÃO

**Aviso n.º 6506/2005 (2.ª série) — AP.** — Por meu despacho de 18 de Julho do corrente ano, foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo, termo certo, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, conjugada com o artigo 26.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, a partir do dia 1 de Agosto de 2005 por mais um ano com:

Dora Maria Efe Pereira — auxiliar de serviços gerais.

Idalina Maria Batista Pereira Miguéns — auxiliar de serviços gerais.

10 de Agosto de 2005. — O Presidente da Câmara, *Manuel Carrilho Bugalho*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

**Aviso n.º 6507/2005 (2.ª série) — AP.** — Plano de Urbanização, definido pela Rua Cândido dos Reis, Rua do Sobreiro, Rua de Trás e Rua Nova de São Gens, na Senhora da Hora. — José Narciso Rodrigues de Miranda, presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, torna público que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, a Câmara Municipal, na sua reunião ordinária de 18 de Julho de 2005, deliberou mandar elaborar o Plano de Urbanização, definido pela Rua Cândido dos Reis, Rua do Sobreiro, Rua de Trás e Rua Nova de São Gens, na Senhora da Hora.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do referido diploma legal, decorrerá por um período de 30 dias úteis, a contar da data desta publicação no *Diário da República*, um processo de audição ao público, durante o qual os interessados poderão formular sugestões,

bem como apresentar informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração do Plano Urbanização, definido pela Rua Cândido dos Reis, Rua do Sobreiro, Rua de Trás e Rua Nova de São Gens, na Senhora da Hora.

23 de Agosto de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Narciso Rodrigues de Miranda*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO

**Aviso n.º 6508/2005 (2.ª série) — AP.** — Renovação de contratos de pessoal a termo resolutivo certo. — Para os devidos efeitos se torna público que foi renovado o contrato de trabalho a termo resolutivo certo abaixo designado, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 139.º do Código do Trabalho, aplicável à administração local pelo n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho:

Maria Gracinda Rodrigues Campos Nabais — celebrado contrato em 16 de Fevereiro de 2004, para a categoria de auxiliar dos serviços gerais, renovado até 30 de Setembro de 2005, por despacho de 15 de Julho de 2005. [Não carece de visto do Tribunal de Contas, artigo 114.º, n.º 3, alínea g), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

19 de Agosto de 2005. — A Presidente da Câmara, *Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE MOIMENTA DA BEIRA

**Aviso n.º 6509/2005 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que, através do meu despacho datado de 11 de Agosto do ano corrente, foram renovados, ao abrigo do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, aplicado à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, por mais dois anos, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2005, com os seguintes trabalhadores:

Nome	Categoria	Com efeitos a partir de
Carla Filomena Simões Coimbra Marques .....	Técnica-profissional de 2.ª classe, animadora s. educativa .....	1-10-2005
David Manuel Alves da Silva .....	Técnico-profissional de 2.ª classe, animador desportivo .....	1-10-2005
Alice Maria Pereira Caetano .....	Auxiliar de serviços gerais .....	1-10-2005
Maria Julieta Félix da Mariana Alves .....	Auxiliar de serviços gerais .....	1-10-2005

(A celebração destes contratos de trabalho não está sujeita a visto do Tribunal de Contas.)

12 de Agosto de 2005. — O Presidente da Câmara, *José Agostinho Gomes Correia*.

**Editais n.º 545/2005 (2.ª série) — AP.** — José Agostinho Gomes Correia, presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira, torna público que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, que a Assembleia Municipal, em sua sessão ordinária realizada em 29 de Junho último, deliberou, nos termos e para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar o Regulamento de Urbanismo Comercial de Moimenta da Beira — URBCOM, o qual, nos termos do n.º 4 do artigo 29.º da referida Lei n.º 42/98, entra em vigor decorridos 15 dias a contar do dia seguinte à data da publicação deste edital no *Diário da República*.

Para conhecimento geral se publica este edital e outros de igual teor, que vão ser afixados no locais de estilo, na Junta de Freguesia de Moimenta da Beira, deste município.

8 de Agosto de 2005. — O Vice-Presidente da Câmara, *António Humberto Paiva Matos*.

## Regulamento de Urbanismo Comercial de Moimenta da Beira — URBCOM

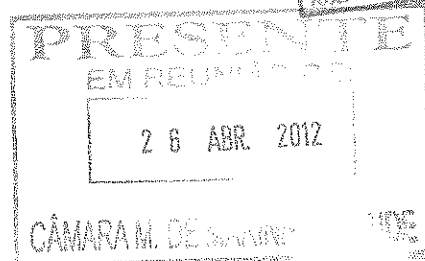
Nota justificativa

(Nos termos do artigo 116.º do Código do Procedimento Administrativo)

O presente Regulamento tem como objectivo definir as normas e condições de requalificação do espaço público da área de intervenção do URBCOM — Projecto de Urbanismo Comercial de Moimenta da Beira, de forma a garantir a salvaguarda do património através das várias intervenções que nele venham a ser feitas. Em termos de espaço edificado, pretende-se com este documento, definir as regras subjacentes às eventuais modificações nos imóveis afectos às actividades elegíveis no âmbito do URBCOM, tentando salvaguardar assim a imagem de conjunto que se pretende para a área de intervenção deste projecto.

CÂMARA MUNICIPAL DE MOIMENTA DA BEIRA

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA**

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: a large signature, possibly "Alves".  
- Middle right: a signature, possibly "C.R.".   
- Bottom right: several initials, including "Zt", "Gf", and others.

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA N°. 249							DATA	ANO	PÁGINA
C.M.M.G.		Data : 2011/12/31							2011/12/31	2011	1
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO		
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREADOR	
11		CAIXA	31.476.957,42	31.452.085,54	76.313,30	78.558,58	31.553.270,72	31.530.644,12	22.626,60		
11.1		CAIXA-FORTE	31.476.732,42	31.452.085,54	76.313,30	78.558,58	31.553.045,72	31.530.644,12	22.401,60		
	1	TESOURARIA CAIXA 1	6.597.781,96	6.597.019,13			6.597.781,96	6.597.019,13	762,83		
	7	TESOURARIA CAIXA 7	24.878.950,46	24.855.066,41	76.313,30	78.558,58	24.955.263,76	24.933.624,99	21.638,77		
11.2		MUSEU DO VIDRO	25,00				25,00		25,00		
	2	MUSEU DO VIDRO	25,00				25,00		25,00		
11.3		SECCAO ADMINISTRATIVA DE AGUAS E SANEAMENTO	100,00				100,00		100,00		
	3	SECCAO ADM. AGUAS E SANEAMENTO	100,00				100,00		100,00		
11.4		SECCAO ADMINISTRATIVA DE VIEIRA DE LEIRIA	50,00				50,00		50,00		
	4	SECCAO ADM. VIEIRA DE LEIRIA	50,00				50,00		50,00		
11.6		MUSEU JOAQUIM CORREIA	25,00				25,00		25,00		
	8	MUSEU JOAQUIM CORREIA	25,00				25,00		25,00		
11.7		CASA MUSEU AFONSO LOPES VIEIRA	25,00				25,00		25,00		
	9	CASA MUSEU AFONSO L VIEIRA	25,00				25,00		25,00		
12		DEPOSITOS EM INSTITUICOES FINANCEIRAS	35.252.432,84	34.351.787,77	2.710,52	48.363,43	35.255.143,36	34.401.151,20	853.992,16		
12.1		DEPOSITOS A ORDEM	31.778.650,67	31.682.931,34	2.710,52	48.785,34	31.781.361,19	31.651.716,68	129.644,51		
12.1.1		BANCO ESPIRITO SANTO - ORDEM	1.878.580,36	1.865.406,17	357,40	8.000,00	1.878.937,76	1.873.406,17	5.531,59		
	0007/00104960009	BES	1.878.580,36	1.865.406,17	357,40	8.000,00	1.878.937,76	1.873.406,17	5.531,59		
12.1.2		BANCO POPULAR - ORDEM	4.611,36	4.611,36			4.611,36	4.611,36			
	0046/00600058105	B.POPULAR	4.611,36	4.611,36			4.611,36	4.611,36			
12.1.4		BANCO PORTUGUES DE INVESTIMENTOS - ORDEM	95.007,55	82.105,70			95.007,55	82.105,70	12.901,85		
	0018/00182962001	BPI	95.007,55	82.105,70			95.007,55	82.105,70	12.901,85		
12.1.5		BANCO SANTANDER TOTTA, SA - ORDEM	150.352,37	81.995,04			150.352,37	81.995,04	68.357,33		
	0018/00032239059020	BST	45.029,16				45.029,16		45.029,16		
	0018/36604951001	BST	105.323,21	81.995,04			105.323,21	81.995,04	23.328,17		
12.1.6		CAIXA GERAL DE DEPOSITOS - ORDEM	26.798.351,28	26.753.709,81	2.353,12	40.785,34	26.800.704,40	26.794.495,15	6.209,25		
12.1.6.1		CGD-ORDEM-GERAL	22.401.084,24	22.359.604,86	2.245,28	40.785,34	22.403.329,52	22.400.390,20	2.939,32		
	0035/00000051930	CGD	22.401.084,24	22.359.604,86	2.245,28	40.785,34	22.403.329,52	22.400.390,20	2.939,32		
12.1.6.11		CGD-ORDEM-PITER LEIRIA/FATIMA 2005	100,00				100,00		100,00		
	0035/00039217430	CGD	100,00				100,00		100,00		
12.1.6.13		CGD-ORDEM-QREN-POPH	60.286,49	43.377,67			60.286,49	43.377,67	16.908,82		
	0035/00039903930	CGD	60.286,49	43.377,67			60.286,49	43.377,67	16.908,82		
12.1.6.14		CGD-ORDEM-QREN-PL VALOR AMB TUR S PEDRO MOEL	310.925,01	310.899,56			310.925,01	310.899,56	25,45		
	0035/00040071130	CGD	310.925,01	310.899,56			310.925,01	310.899,56	25,45		
12.1.6.15		CGD-ORDEM-CONTRATUALIZAÇÃO CIMPL-QREN	1.520.668,68	1.520.600,00			1.520.668,68	1.520.600,00	68,68		
	0035/00040538130	CGD	1.520.668,68	1.520.600,00			1.520.668,68	1.520.600,00	68,68		
12.1.6.16		CGD-ORDEM-PROGRAMA PRODER	17.000,00	16.975,09			17.000,00	16.975,09	24,91		
	0035/00041074130	CGD	17.000,00	16.975,09			17.000,00	16.975,09	24,91		
12.1.6.17		CGD-ORDEM-CENSOS 2011	14.680,00	14.680,00			14.680,00	14.680,00			
	0035/00041089930	CGD	14.680,00	14.680,00			14.680,00	14.680,00			
12.1.6.18		CGD-ORDEM-FEDER-PRU-REABILITAÇÃO URBANA CENTRO TPA	500,00				500,00		500,00		
	0035/00041145430	CGD	500,00				500,00		500,00		
12.1.6.19		RESINAGEM-EMPRESTIMO QREN-EQ	500,00				500,00		500,00		
	0035/00041424030	CGD	500,00				500,00		500,00		
12.1.6.2		CGD-ORDEM-SAAS	4.384.108,16	4.381.030,49	107,84		4.384.216,00	4.381.030,49	3.185,51		
	0035/00021860330	CGD	4.384.108,16	4.381.030,49	107,84		4.384.216,00	4.381.030,49	3.185,51		
12.1.6.20		CASA CULTURA-EMPRESTIMO QREN-EQ	500,00				500,00		500,00		
	0035/00041423230	CGD	500,00				500,00		500,00		
12.1.6.21		CGD-ORDEM-PAGAMENTOS EXTERNOS VIA MULTIBANCO	500,00				500,00		500,00		
	0035/00041452630	CGD	500,00				500,00		500,00		
12.1.6.3		CGD-ORDEM-CARTAO VISA	10,00				10,00		10,00		
	0035/00024189330	CGD	10,00				10,00		10,00		
12.1.6.4		CGD-ORDEM-IEFP	1.035,78	1.035,78			1.035,78	1.035,78			
	0035/00027908430	CGD	1.035,78	1.035,78			1.035,78	1.035,78			

PRESTANTE EM SESSÃO DE 30 ABR. 2012

PRESTANTE EM

26 ABR. 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTAIGNE

mt

ENTIDADE		RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA Nº. 249							DATA	ANO	PÁGINA
C.M.M.G.		Data : 2011/12/31							2011/12/31	2011	2
CONTA	CX/BC	DESIGNAÇÃO	ANTERIOR		DO DIA		ACUMULADO		SALDO		
			DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DÉBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CREADOR	
TRANSPORTE			62.317.407,42	62.134.407,26	79.023,82	127.343,92	62.396.431,24	62.261.751,18	134.680,06		
12.1.6.6	0035/00035479530	CGD-ORDEN-PROTOCOLO ISSS	12.074,42	12.000,00			12.074,42	12.000,00	74,42		
		CGD	12.074,42	12.000,00			12.074,42	12.000,00	74,42		
12.1.6.7	0035/00037933930	CGD-ORDEN-FEDER	38,68	38,68			38,68	38,68			
		CGD	38,68	38,68			38,68	38,68			
12.1.7	0036/99100029101	MONTEPIO GERAL - ORDEN	3.310,89	3.310,89			3.310,89	3.310,89			
		MG	3.310,89	3.310,89			3.310,89	3.310,89			
12.1.8	0033/00080001694	BANCO COMERCIAL PORTUGUES - ORDEN	922.534,09	905.017,46			922.534,09	905.017,46	17.516,63		
		BCP	922.534,09	905.017,46			922.534,09	905.017,46	17.516,63		
12.1.9	790/11473179101	BANCO PORTUGUES DE NEGOCIOS - ORDEN	242,59	242,59			242,59	242,59			
		BPN	242,59	242,59			242,59	242,59			
12.2		DEPOSITOS A PRAZO	1.200.000,00	1.200.000,00			1.200.000,00	1.200.000,00			
12.2.1	0007/100156415697 0007/100169596930 0007/100173286907 0007/100252262615	BANCO ESPIRITO SANTO - PRAZO	800.000,00	800.000,00			800.000,00	800.000,00			
		BES									
		BES									
		BES									
		BES	800.000,00	800.000,00			800.000,00	800.000,00			
12.2.3	0033/2481162419 0033/2483274497 0033/2550666314 0035/00000051520	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS - PRAZO	400.000,00	400.000,00			400.000,00	400.000,00			
		BCP									
		BCP									
		BCP	400.000,00	400.000,00			400.000,00	400.000,00			
		CGD									
12.3		OUTROS-OPERACOES DE TESOUREARIA	2.273.782,17	1.548.856,43		578,09	2.273.782,17	1.549.434,52	724.347,65		
12.3.1	0035/00013869330	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS - OT	1.736.574,46	1.473.669,76		578,09	1.736.574,46	1.473.647,85	262.926,61		
		CGD	1.736.574,46	1.473.669,76		578,09	1.736.574,46	1.473.647,85	262.926,61		
12.3.2	0007/00252060006	BANCO ESPIRITO SANTO - OT	461.900,53	479,49			461.900,53	479,49	461.421,04		
		BES	461.900,53	479,49			461.900,53	479,49	461.421,04		
12.3.3	0035/00041089930-A	CGD-OPERAÇÕES TESOUREARIA-CENSOS 2011	75.307,18	75.307,18			75.307,18	75.307,18			
		CGD	75.307,18	75.307,18			75.307,18	75.307,18			
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			66.729.390,26	65.803.873,31	79.023,82	127.922,01	66.808.414,08	65.931.795,32	876.618,76		
DOCUMENTOS			1.324,85				1.324,85		1.324,85		
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS			22.625.673,33	22.412.911,29	25.376,45	73.696,55	22.651.049,78	22.486.607,84	164.441,94		
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS			2.282.242,15	1.569.487,24		578,09	2.282.242,15	1.570.065,33	712.176,82		

TESOUREIRO

FUNCIONÁRIO

ÓRGÃO EXECUTIVO

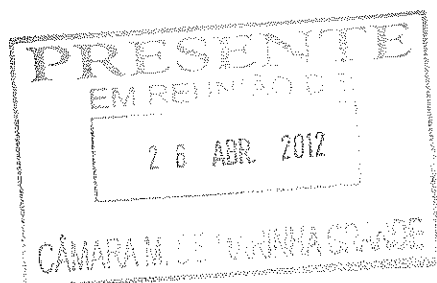
PRESENTE  
EM 26 ABR. 2012

CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE  
PRESENTE  
EM 30 ABR. 2012

30 ABR. 2012

7/5/2012  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal

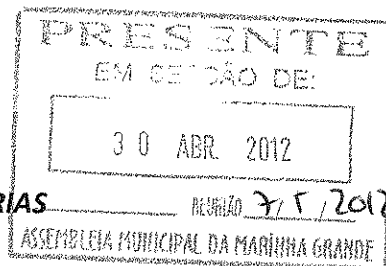


**SÍNTESE DE RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS**

*Handwritten signatures and initials:*  
Shawley  
C. P.  
M.  
C. P.  
C. P.

# ANEXO IV

## SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS



Designação da entidade

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

INSTITUIÇÃO BANCÁRIA		SALDO EM	SALDO	OBSERVAÇÕES c)
BANCO	N.º CONTA	31.12.2011 a)	CONTABILÍSTICO b)	
Caixa Geral de Depósitos	51.930	1.318.784,39 €	2.939,32 €	(1)
Caixa Geral de Depósitos	13.869.330	298.516,24 €	262.926,61 €	(1)
Caixa Geral de Depósitos	21.860.330	223.982,26 €	3.185,51 €	(1)
Caixa Geral de Depósitos	24.189.330	23,22 €	10,00 €	(1)
Caixa Geral de Depósitos	35.479.530	74,42 €	74,42 €	
Caixa Geral de Depósitos	39.217.430	100,00 €	100,00 €	
Caixa Geral de Depósitos	39.903.930	16.908,82 €	16.908,82 €	
Caixa Geral de Depósitos	40.071.130	25,45 €	25,45 €	
Caixa Geral de Depósitos	40.538.130	68,68 €	68,68 €	
Caixa Geral de Depósitos	41.074.130	24,91 €	24,91 €	
Caixa Geral de Depósitos	41.145.430	500,00 €	500,00 €	
Caixa Geral de Depósitos	41.423.230	500,00 €	500,00 €	
Caixa Geral de Depósitos	41.424.030	500,00 €	500,00 €	
Caixa Geral de Depósitos	41.452.630	500,00 €	500,00 €	
Banco Espírito Santo	104.960.009	13.531,59 €	5.531,59 €	(1)
Banco Espírito Santo	252.060.006	461.421,04 €	461.421,04 €	
Banco Português de Investimentos	182.962.001.001	12.901,85 €	12.901,85 €	
Banco Santander Totta	36.604.951.001	23.328,17 €	23.328,17 €	
Banco Santander Totta	22.399.059.020	45.029,16 €	45.029,16 €	
Banco Comercial Português	80.001.694	17.516,63 €	17.516,63 €	
<b>TOTAL</b>			<b>853.992,16 €</b>	

O Dirigente responsável pela área Financeira

Assinatura

*Sandra Pais*

O Membro do Executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura

*Ilvaio Pereira*

Na coluna a) colocar o valor do saldo constante do extrato bancário à data de 31.12.2011

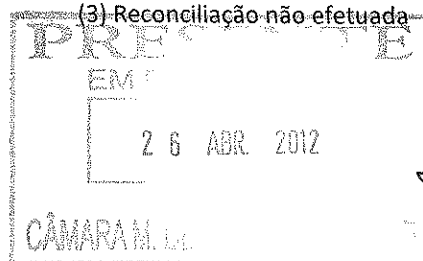
Na coluna b) a importância constante do Resumo Diário de Tesouraria.

Na coluna c) indicar para cada conta, consoante a situação, um dos seguintes códigos

(1) Reconciliação efetuada e justificadas as divergências

(2) Reconciliação efectuada mas não justificada a divergência de ...

(3) Reconciliação não efetuada

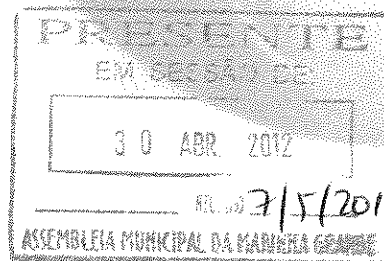


*[Handwritten signatures and initials]*

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



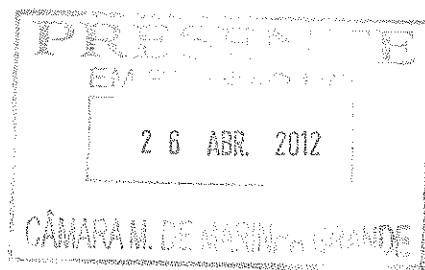
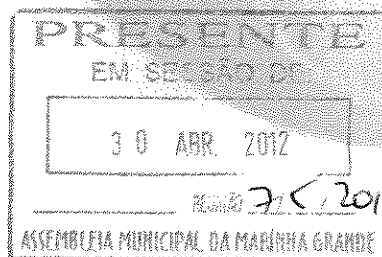
**MAPA DE FUNDO DE MANEIO**



h  
nt  
sharok  
C  
J  
Lef



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**FUNCIONÁRIOS COM PARTICIPAÇÕES EM  
EMOLUMENTOS E/OU CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS**

Handwritten signatures and initials, including 'MT', 'Alfaro', and 'CP'.

# ANEXO VI

## RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS QUE NA GERÊNCIA RECEBERAM PARTICIPAÇÃO EMOLUMENTAR E/OU CUSTAS DE EXECUÇÕES FISCAIS

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Nome	Categoria	Diuturnidades na categoria em 31/10/89	Remuneração base auferida (1)	Emolumentos (2)	Custas de execuções fiscais (3)	Subtotal (4)=(2)+(3)	Total (5)=(1)+(4)
------	-----------	--	-------------------------------	-----------------	---------------------------------	----------------------	-------------------

O Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Financeira

Assinatura

*dinany*

PRESENTE  
EM REUNIÃO DE

26 ABR. 2012

CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

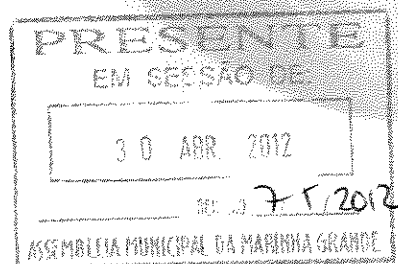
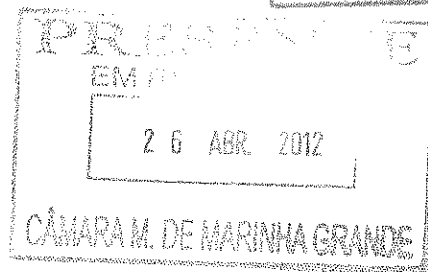
O Membro do executivo responsável pela área/pelouro financeiro

Assinatura

*Alvaro Vieira*

PRESENTE  
EM SESSÃO DE  
30 ABR. 2012  
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE  
ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES**

Handwritten signatures and initials, including "Alameda", "H", "cef", and others.

# RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

NOMES		SITUAÇÃO NA ENTIDADE A QUE RESPEITA A CONTA			CARGOS ACUMULADOS (FUNÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS)		
		CARGO OU FUNÇÃO	DATA DO PROVIMENTO	FORMA DO PROVIMENTO	CARGO OU FUNÇÃO	REGIME DE ACUMULAÇÃO	DATA DO DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO
a)	Ana Cristina Fernandes Simões	Chefe de Divisão	05-03-2001	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Docente	Privada	23.03.2011
	António José Soares Faria	Assistente Técnico	28-10-2002	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Proprietária de loja de vestuário, artigos de puericultura e outros acessórios para bebé e criança	Privada	23.03.2011
	António Guilherme Rodrigues Cristiano	Técnico Superior (Área de Design)	21-03-2002	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Empregado de restauração e bebidas	Privada	18.04.2011
	Catarina Sofia Sousa Carvalho	Técnica Superior (Área Conservação e Restauro)	01-08-2000	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Ações de Formação e Freelancer na área de Design	Privada	18.04.2011
	Daniel Denis Nunes	Assistente Técnico	01-05-1999	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Atividade de consultadoria nas áreas técnicas de museologia	Privada	23.03.2011
	Francisco dos Santos Ferreira	Assistente Operacional	25-03-1993	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Arte Xávega da Praia da Vieira	Privada	23.03.2011
	Gualther António Filipe Feliciano	Assistente Operacional	15-02-2010	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Café/Restauração	Privada	23.03.2011
	Helena Manuela Sousa Rocha Santos	Assistente Técnica	02-08-1990	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Atividade exercida ocasionalmente por conta outrem na venda de produtos alimentares	Privada	23.03.2011
a)	Isabel Maria dos Sobral Alves	Chefe de Divisão	01-08-1999	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Terminar dois projetos começados em 2010 (não respeita a áreas localizadas no município da Marinha Grande)	Privada	23.03.2011
	João Carlos Rama Freitas	Assistente Técnico	01-05-1999	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Repositar e operar de caldeira Pringo Doce MP Grande	Privada	23.03.2011
	Maria de Lurdes Salvado Morão Correia	Assistente Operacional	01-09-1998	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Limpezas em casas particulares	Privada	23.03.2011
	Paula Isabel Morcia Maia	Técnica Superior (Área de Arquivo)	01-08-1997	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Vigilante de exames	Privada	23.03.2011
	Rui Jorge Monteiro Fidalgo Germano	Assistente Técnico	16-04-1998	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Projetos de decoração de espaços interiores	Privada	23.03.2011
	Rui Manuel Domingues Virente	Técnico Superior (Área Engenharia Civil)	23-12-1989	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Rececionista de um ginásio	Privada	18.04.2011
	Rui Manuel da Conceição Pereira	Assistente Operacional	20-07-1990	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Atividade de coordenação em matéria de segurança e saúde	Privada	23.03.2011
	Rui Leonel Sousa Pinassa	Técnico de Informática	06-12-1995	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Manutenção de jardins e piscinas	Privada	23.03.2011
	Sara Raquel Marques Vidal	Técnico Superior (Área Engenharia Geológica)	01-08-2000	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Gerente de um estabelecimento de restauração e bebidas	Privada	23.03.2011
	Almeida Vidal Ferreira	Coordenadora Técnica	12-02-1998	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Direção Técnica de Pedreira (Local-Gua/Pombal)	Privada	23.03.2011
	Ana Isabel Viegas Baptista Marques	Técnica Superior (Área Administração Pública)	01-10-2007	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Realização de inquéritos - CENSO 2011	Pública	23.03.2011
	Dina Maria Ferreira Morgado Duarte	Assistente Técnica	02-08-1990	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Realização de inquéritos - CENSO 2011	Pública	23.03.2011
	Enrico Duarte Coelho	Assistente Técnico	26-05-2008	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Realização de inquéritos - CENSO 2011	Pública	23.03.2011
a)	Miguel Ângelo Oliveira Crespo	Chefe de Divisão	20-12-2000	C.T.F.P. por tempo indeterminado	Realização de inquéritos - CENSO 2011	Pública	16.12.2010

**Assinatura:** Enafes de Divisão com efeitos a 31.12.2010.

PRESENTE  
EM SESSÃO DE:  
30 ABR 2012  
REUN. 31/5/2012  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MASHINA GRANDE

3. Dirigente responsável pela área Administrativa e/ou Pessoal

Assinatura 

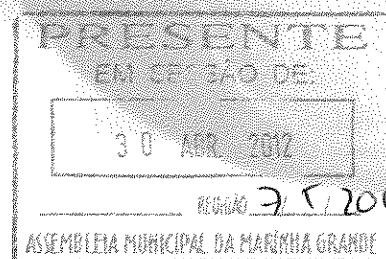
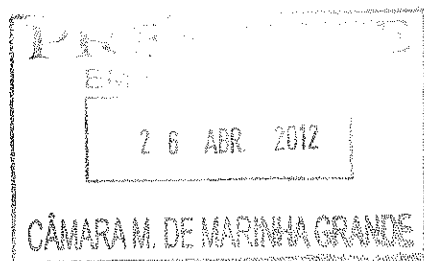
26 ABR 2012

do executivo responsável pela área/pelouro de pessoal/recursos humanos

Assinatura Flavio Simeu



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS**

*[Handwritten signatures and initials]*

## ANEXO VIII

## RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS

MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

GERÊNCIA DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Nome	Situação na entidade	Remuneração líquida auferida	Subsídio de Reintegração	Período de responsabilidade	Morada
Ávaro Manuel Marques Pereira	Presidente da Câmara	33.568,42 € (1*)	—	De 01 de janeiro a 31 de dezembro	Rua da Coelha, n.º 2 2430 - 288 Marinha Grande
Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira	Vereador (regime de tempo inteiro) a)	4.652,85 € (1*)	—	De 01 de janeiro a 31 de dezembro	Rua Forno da Telha, Lote 4 Várzea 2430-071 Marinha Grande
Paulo Jorge Campos Vicente	Vereador (regime de tempo inteiro)	26.935,48 € (1*)	—	De 01 de janeiro a 31 de dezembro	Travessa Sacadura Cabral, n.º 7 Vieira da Leiria 2430-792 Vieira da Leiria
Alberto Filomeno Esteves Cascalho	Vereador (regime de não permanência)	2.110,84 € (2*)	—	13, 14 e 27 de janeiro; 10, 24 e 25 de fevereiro; 24 de março; 7, 21 e 29 de abril; 5 e 19 de maio; 1, 16 e 30 de junho; 14 e 28 de julho; 18 de agosto; 1, 14, 29 e 30 de setembro; 13 e 27 de outubro; 10, 23 e 30 de novembro; 30, 15 e 22 de dezembro.	Rua dos Carreirinhos, n.º 25 Comieira 2430-072 Marinha Grande
Alexandra Filipa Araújo Serra Dengucho	Vereadora (regime de não permanência) b)	1.304,92 € (2*)	—	5 e 19 de maio; 1, 16 e 30 de junho; 14 e 28 de julho; 1, 14 e 29 de setembro; 13 e 27 de outubro; 23 e 30 de novembro; 7, 15 e 22 de dezembro.	Avenida José Górgio, n.º 208-2.º 2430-275 Marinha Grande
António Manuel Jesus Ferreira dos Santos	Vereador (regime de não permanência)	2.268,57 € (2*)	—	13, 14 e 27 de janeiro; 10, 24 e 25 de fevereiro; 10 e 24 de março; 7, 21 e 29 de abril; 5 e 19 de maio; 1, 16, 17 e 30 de junho; 14 e 28 de julho; 18 de agosto; 1, 14, 29 e 30 de setembro; 10, 13 e 27 de outubro; 10, 23 e 30 de novembro; 7, 15, 22 e 30 de dezembro.	Bairro Alvorada, Rua 1, Porta 5 Várzea 2430-137 Marinha Grande
Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira	Vereador (regime de não permanência) c)	755,48 € (2*)	—	13 e 27 de janeiro; 10 e 24 de fevereiro; 24 de março; 7, 21 e 29 de abril	Rua Bico da Garcia, n.º 115 Garcia 2430-138 Marinha Grande
José Luís Marques de Sousa	Vereador (regime de não permanência) d)	137,36 € (2*)	—	10 de março	Estrada da Garcia, n.º 105 Cartaxo 2430-138 Marinha Grande
Vitor Manuel Fernandes Pereira	Vereador (regime de não permanência)	2.472,48 € (2*)	—	13, 14 e 27 de janeiro; 10, 24 e 25 de fevereiro; 10 e 24 de março; 7, 21 e 29 de abril; 5 e 19 de maio; 1, 16, 17 e 30 de junho; 14 e 28 de julho; 18 de agosto; 1, 14, 29 e 30 de setembro; 13 e 27 de outubro; 10, 23 e 30 de novembro; 7, 15, 22 e 30 de dezembro.	Rua do Ribeiro, n.º 9 Fonte Santa 2430-134 Marinha Grande

(1\*) - Remuneração mensal + despesas de representação + subsídios extraordinários - (descontos obrigatórios: CGA ou CIRS, IRS e AUSE)

(2\*) - Senhas de presença

a) - em cumprimento de disposto no art.º 8, n.º 1 e 5, da Lei n.º 50-A/2005, de 10 de Outubro, na redação dada pelo artigo 172.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, optou pelo readmissão da período de aposentação

b) - solicitou suspensão de mandato no período compreendido entre 28 de dezembro de 2010 a 30 de abril de 2011

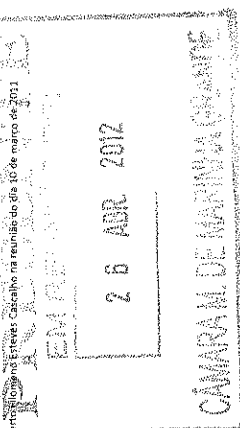
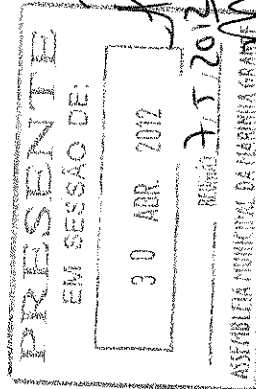
c) - membro que substituiu a Dr.ª Alexandra Filipa Araújo Serra Dengucho no período compreendido entre 25 de dezembro de 2010 a 30 de abril de 2011

d) - membro que substituiu o Dr. Alexandre Esteves Cascalho na reunião do dia 18 de março de 2011

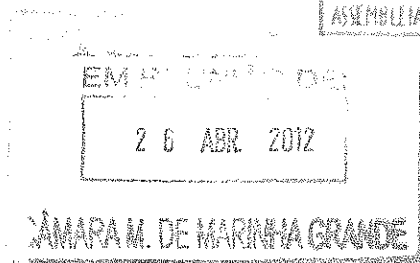
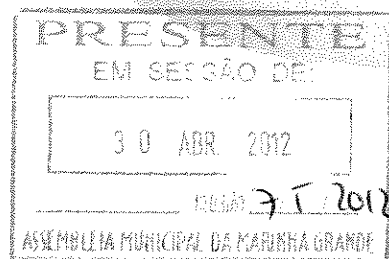
O Dirigente responsável pela área Administrativa

Assinatura

dinang



Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ART.º 15º  
DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO**

*Handwritten signatures and notes:*  
- "Marinha Grande" (vertical)  
- "Câmara Municipal" (vertical)  
- "31/2012" (handwritten)  
- "30/4/2012" (handwritten)  
- "31/2012" (handwritten)  
- "30/4/2012" (handwritten)  
- "31/2012" (handwritten)

## Município da Marinha Grande

**Assunto:** Prestação de informação atento o disposto no art.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro

Exm.º Senhor Presidente  
da Câmara Municipal da Marinha Grande  
Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira

*Tomei conhecimento.  
Proceder ao envio aos membros da  
C.M., aos membros da A.M., publicitar  
no site da C.M., nos termos do disposto  
na alínea c) do n.º 2 e n.º 3 do ARTº 15.º  
da lei 8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012.  
24.04.2012*

Com a publicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro foram aprovadas as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, sendo que atento o disposto no art.º 2.º do referido diploma legal as autarquias locais encontram-se abrangidas pelo âmbito da sua aplicação.

A Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro entrou em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação, ou seja no dia 22 de Fevereiro de 2012.

Nos termos do disposto no art.º 15.º, os dirigentes das entidades devem, até ao 30.º dia após a entrada em vigor da presente lei declarar que:

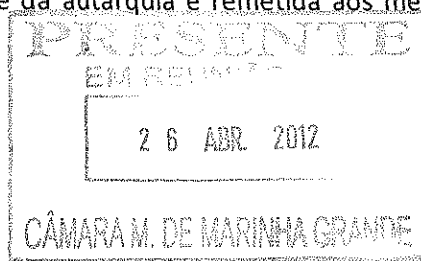
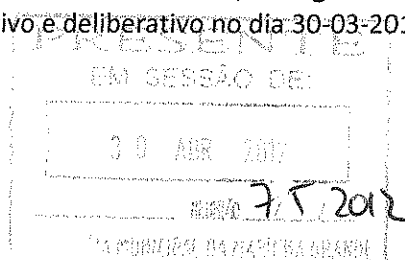
- a) todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;
- b) Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.

As referidas declarações são enviadas até ao 5.º dia útil após o termo do prazo referido no número anterior, à assembleia municipal e à câmara municipal, no caso das entidades da administração local, devendo as mesmas serem publicitadas no sítio da Internet das entidades e integrar o respetivo relatório e contas.

Nos termos do referido diploma legal consideram-se:

- a) «Compromissos» as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram -se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo também ter um caráter permanente e estar associados a pagamentos durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas;
- b) «Compromissos plurianuais» os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico;
- e) «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;

O dever de informação inerente ao cumprimento do disposto no art.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro foi cumprido atenta informação prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Financeira datada de 23-03-2012, divulgada no site da autarquia e remetida aos membros dos órgãos executivo e deliberativo no dia 30-03-2012.



## Município da Marinha Grande

Considerando que na data da referida informação, e tal como referido na mesma, estavam em curso os trabalhos inerentes à Prestação de Contas do ano de 2011, os dados constantes da referida informação datada de 23-03-2012 carecem de atualização.

Assim, atento o supra exposto declara-se:

### a) Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31-12-2011

Nos termos da alínea a) do n.º1 do art.º 15 da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro, pela qual foram aprovadas as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2011 do Município da Marinha Grande e dos quais esta Divisão de Gestão Financeira tem conhecimento, se encontram devidamente registados na Base de Dados da aplicação de Contabilidade utilizada por esta autarquia, designada por POCAL 2011, com o montante global de 17.526.019,80 euros, desagregados pelos seguintes montantes globais anuais:

Unidade:Euros

Ano	Montante
2012	10.099.171,82 €
2013	1.921.707,42 €
2014	1.400.407,08 €
2015	1.305.126,65 €
2016	916.947,55 €
2017	727.357,04 €
2018	657.198,93 €
2019	654.265,81 €
2020	633.318,32 €
2021	381.801,13 €
2022	164.573,57 €
2023	163.218,62 €
2024	42.066,19 €
<b>TOTAL</b>	<b>19.067.160,13 €</b>

Unidade:Euros

Classificação económica da despesa	Descrição	Montante	Observações
01	Despesas com Pessoal	72.995,65 €	Respeitam essencialmente a despesas com Programa de Estágios na Administração Local
02	Aquisição de bens e serviços	4.988.026,04 €	Adjudicação de contratos de bens e serviços efetuadas em anos anteriores com execução em anos seguintes
03	Juros e outros encargos	535.908,73 €	Despesa relativa a juros com a contratação de empréstimos de médio e longo prazos
04	Transferências correntes	175.029,38 €	Atribuição de apoios a diversas entidades, atentas deliberações camarárias
05	Subsídios	323.750,50 €	Contrato celebrado com a empresa municipal relativo ao Transporte Urbano
07	Aquisição de bens de capital	7.311.122,96 €	Adjudicação de contratos de obras públicas e outros bens de investimento
08	Transferências de capital	49.973,64 €	Atribuição de apoios a diversas entidades, atentas deliberações camarárias
10	Passivos Financeiros	5.610.353,23 €	Despesa relativa a amortização de capital com a contratação de empréstimos de médio e longo prazos
<b>TOTAL</b>		<b>19.067.160,13 €</b>	

30 ABR. 2012  
REUNIÃO 7/5/2012  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

20 ABR. 2012  
CÂMARA M. DE MARINHA GRANDE

2  
386

# Município da Marinha Grande

Mais se declara que o total dos compromissos por pagar à data de 31-12-2011 ascendem a 3.881.514,40 euros, dos quais 3.066.027,14 euros respeitam a despesas de capital e 815.487,26 euros a despesas correntes desagregados como consta do mapa infra:

Unidade:Euros

Classificação económica da despesa	Descrição	Montante	Observações
01	Despesas com Pessoal	13.636,47 €	Respeitam essencialmente a despesas com seguros não pagas até 31.12.2011
02	Aquisição de bens e serviços	573.900,00 €	Respeitam a despesas com a aquisição de bens e serviços cujas faturas não foram objeto de pagamento até 31.12.2011 ou a contratos que ainda não foram executados
03	Juros e outros encargos	221.676,49 €	Despesa relativa a juros
04	Transferências correntes	5.080,00 €	Atribuição de apoios a diversas entidades, atentas deliberações camarárias, cujos processos não reuniram condições para o seu pagamento até 31-12-2011
06	Outras Despesas Correntes	1.194,30 €	Despesas diversas cujas faturas não foram objeto de pagamento até 31.12.2011 ou a contratos que ainda não foram executados
07	Aquisição de bens de capital	2.845.622,52 €	Adjudicação de contratos de obras públicas e outros bens de investimento cujas faturas não foram objeto de pagamento até 31.12.2011 ou a contratos que ainda não foram executados
08	Transferências de capital	220.404,62 €	Atribuição de apoios a diversas entidades, atentas deliberações camarárias, cujos processos não reuniram condições para o seu pagamento até 31-12-2011
<b>TOTAL</b>		<b>3.881.514,40 €</b>	

## b) Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31-12-2011

Nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 15 da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro os pagamentos em atraso existentes em 31-12-2011 do Município da Marinha Grande e dos quais esta Divisão de Gestão Financeira tem conhecimento, são os seguintes:

Ano de Constituição da Dívida	Classificação Económica	Fornecedor		Descrição	Montante	Observações
		NIF	Designação			
Maio de 2011	020225	600000303	ADSE-DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIAL AOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DA ADM.PÚBLICA	EMISSION DE CARTÕES DE BENEFICIÁRIOS DA ADSE (ANO 2011) - NOTA DE REEMBOLSO 3443	620 Euros	Fatura de 2011, a pagar em 2012, que foi detetada aquando da reconciliação da conta corrente da CMMG com a entidade
Julho de 2008	020203	115226389	FERNANDO RIBEIRO FORTUNATO	SERVIÇO DE MAQUINA PARA APOIO AO SERVIÇO DE PIQUETE DE AGUAS	478,50 Euros	Fatura de 2008, a pagar em 2012, detetada aquando da reconciliação da conta corrente da CMMG com a entidade

**PRESENTE**  
EM SESSÃO DE:  
30 ABR. 2012  
REUNIDO 3/5 2012  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

**PRESENTE**  
EM SESSÃO DE:  
26 ABR. 2012  
CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Handwritten signatures and initials, including a large '3' and various scribbles.

c) Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31-12-2011

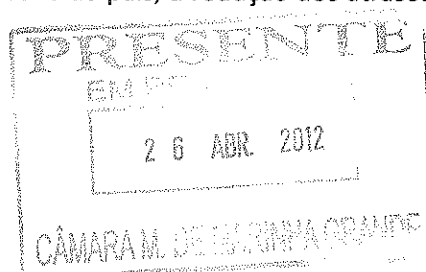
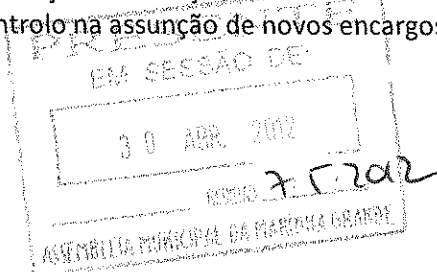
Unidade:Euros

Descrição da dívida	Montante
Cientes, Contribuintes e Utentes (conta 21.8)	533.513,09 €
Devedores de transferências para as autarquias locais – Estado – Estado - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	25.502,86 €
Devedores de transferências para as autarquias locais – Estado – Estado – D.G.O.T.D.U. - Contrato Programa POLIS	625.680 €
Devedores de transferências para as autarquias locais – Estado – Estado – D.R.E.C. (acordos/contratos relativos a Educação)	277.778,55 €
Devedores de transferências para as autarquias locais – Estado – Fundos Comunitários – I.F.D.R.	23.507,61 €
Devedores de transferências para as autarquias locais – Fundos e Serviços Autónomos – Instituto do Turismo de Portugal, IP	19.794,23 €
Devedores de transferências para as autarquias locais – Entidades Diversas	3.391,42 €
Devedores de Rendimentos de Propriedade (conta 26.8.3.2.03)	113.913,73 €
Devedores Diversos – Cobranças em atraso (26.8.3.2.05, 26.8.3.4.02, 26.8.3.8)	296.140,71 €
<b>TOTAL</b>	<b>1.919.222,20 €</b>

d) Outras situações

O Município da Marinha Grande celebrou em junho de 2004 um contrato promessa com o Instituto Nacional de Habitação, atualmente denominado Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) relativo à aquisição de 52 fogos no Camarnal, sendo que na data da celebração da escritura pública terá de ser efetuado o pagamento de um montante que se estima em 1.541.140,33 € referente a capital e de 424.045,83€ referente a juros de mora, atenta comunicação recebida do IHRU.

A dívida foi reconhecida nas contas do passivo e foi relevada em compromissos assumidos para exercícios futuros, atento o princípio da prudência e considerando que, atentas as comunicações da DGAL-Direção Geral das Autarquias Locais efetuadas a esta autarquia no decorrer do 2.º semestre de 2011, foi esta alertada para a necessidade de se proceder ao registo de todos os compromissos assumidos e não pagos à data, independentemente de já terem sido registados ou não no orçamento municipal, de modo a evitar acréscimos abruptos dos mesmos, o que poderia pôr em causa a ajuda financeira a Portugal, no âmbito do programa de ajustamento constante do memorando de entendimento relativo às condições específicas de política económica, negociado entre a Comissão Europeia (CE) e o Governo Português, bem como do memorando de políticas económicas e financeiras negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pelas quais o governo se comprometeu a implementar um conjunto de medidas que visam o acompanhamento da evolução da situação económica e financeira do país, a redução dos atrasos nos pagamentos e o controlo na assunção de novos encargos.



Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature at the top and several smaller ones below.

## Município da Marinha Grande

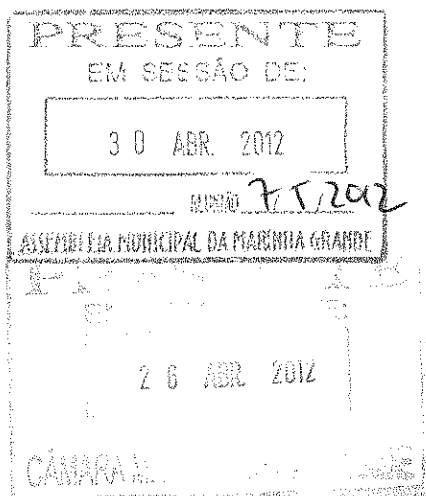
A presente informação fará parte integrante dos documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande relativos ao ano de 2011, atento o disposto no n.º 3 do art.º 15º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

Marinha Grande, 24 de Abril de 2012

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira

*Sandra Paiva*

(Sandra Maria Felizardo de Oliveira Paiva e Cunha da Cruz)



*Handwritten signatures and initials on the right margin:*  
- Top: *mt*  
- Middle: *Shawpa*  
- Bottom: *cy* with a small '5' below it.

## Município da Marinha Grande

**Assunto:** Prestação de informação atento o disposto no art.º 15.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro

Exm.º Senhor Presidente  
da Câmara Municipal da Marinha Grande  
Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira

*Tomei conhecimento.  
Proceder ao envio aos  
membros da C.M., aos membros  
da A.M., publicita no site da C.M.,  
nos termos do disposto na alínea  
c) do nº 2 e nº 3 do art.º 15º da lei*

Com a publicação da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro foram aprovadas as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, sendo que atento o disposto no art.º 2.º do referido diploma legal as autarquias locais encontram-se abrangidas pelo âmbito da sua aplicação. *8/2012 de 21 de Fevereiro*

A Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro entrou em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação, ou seja no dia 22 de Fevereiro de 2012. *30.03.2012 Álvaro Teles*

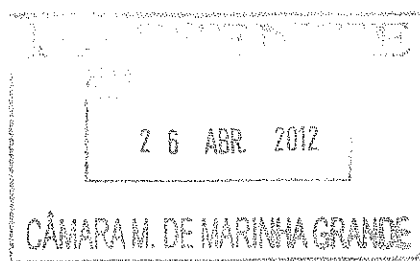
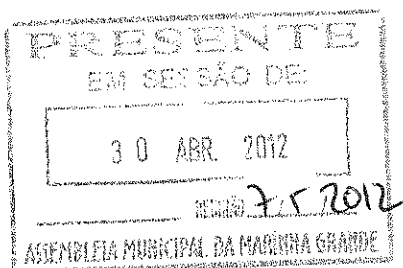
Nos termos do disposto no art.º 15.º, os dirigentes das entidades devem, até ao 30.º dia após a entrada em vigor da presente lei declarar que:

- a) todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;
- b) Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.

As referidas declarações são enviadas até ao 5.º dia útil após o termo do prazo referido no número anterior, à assembleia municipal e à câmara municipal, no caso das entidades da administração local, devendo as mesmas serem publicitadas no sítio da Internet das entidades e integrar o respetivo relatório e contas.

Nos termos do referido diploma legal consideram-se:

- a) «Compromissos» as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram -se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo também ter um caráter permanente e estar associados a pagamentos durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas;
- b) «Compromissos plurianuais» os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico;
- e) «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;



*Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large 'X' and several illegible signatures.*

# Município da Marinha Grande

Atento o supra exposto declara-se:

## a) Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31-12-2011

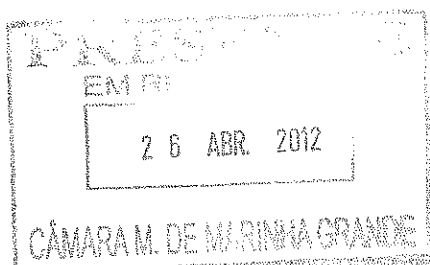
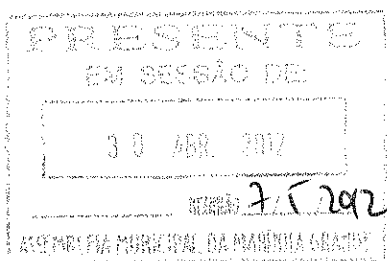
Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, pela qual foram aprovadas as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, declaro que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de Dezembro de 2011 do Município da Marinha Grande e dos quais esta Divisão de Gestão Financeira tem conhecimento, se encontram devidamente registados na Base de Dados da aplicação de Contabilidade utilizada por esta autarquia, designada por POCAL 2011, com o montante global de 17.526.019,80 euros, desagregados pelos seguintes montantes globais anuais:

Unidade:Euros

Ano	Montante
2012	9.945.057,79 €
2013	1.767.593,39 €
2014	1.246.293,05 €
2015	1.151.012,62 €
2016	762.833,52 €
2017	573.243,01 €
2018	503.084,90 €
2019	500.151,78 €
2020	479.204,29 €
2021	227.687,07 €
2022	164.573,57 €
2023	163.218,62 €
2024	42.066,19 €
<b>TOTAL</b>	<b>17.526.019,80 €</b>

Unidade:Euros

Classificação económica da despesa	Descrição	Montante	Observações
01	Despesas com Pessoal	72.995,65 €	Respeitam essencialmente a despesas com Programa de Estágios na Administração Local
02	Aquisição de bens e serviços	4.988.026,04 €	Adjudicação de contratos de bens e serviços efetuadas em anos anteriores com execução em anos seguintes
03	Juros e outros encargos	535.908,73 €	Despesa relativa a juros com a contratação de empréstimos de médio e longo prazos
04	Transferências correntes	175.029,38 €	Atribuição de apoios a diversas entidades, atentas deliberações camarárias
05	Subsídios	323.750,50 €	Contrato celebrado com a empresa municipal relativo ao Transporte Urbano
07	Aquisição de bens de capital	5.769.982,63 €	Adjudicação de contratos de obras públicas e outros bens de investimento
08	Transferências de capital	49.973,64 €	Atribuição de apoios a diversas entidades, atentas deliberações camarárias
10	Passivos Financeiros	5.610.353,23 €	Despesa relativa à amortização de capital com a contratação de empréstimos de médio e longo prazos
<b>TOTAL</b>		<b>17.526.019,80 €</b>	



Handwritten signatures and initials: 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.

# Município da Marinha Grande

Mais se declara que o total dos compromissos por pagar à data de 31-12-2011 ascendem a 3.896.322,74 euros, dos quais 3.066.027,14 respeitam a despesas de capital e 830.295,60 a despesas correntes desagregados como consta do mapa infra:

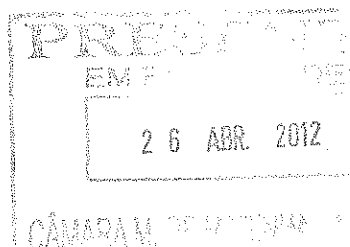
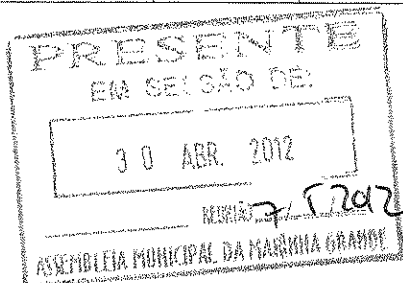
Unidade:Euros

Classificação económica da despesa	Descrição	Montante	Observações
01	Despesas com Pessoal	13.636,47 €	Respeitam essencialmente a despesas com seguros não pagas até 31.12.2011
02	Aquisição de bens e serviços	580.395,62 €	Respeitam a despesas com a aquisição de bens e serviços cujas faturas não foram objeto de pagamento até 31.12.2011 ou a contratos que ainda não foram executados
03	Juros e outros encargos	229.989,21 €	Despesa relativa a juros
04	Transferências correntes	5.080,00 €	Atribuição de apoios a diversas entidades, atentas deliberações camarárias, cujos processos não reuniram condições para o seu pagamento até 31-12-2011
06	Outras Despesas Correntes	1.194,30 €	Despesas diversas cujas faturas não foram objeto de pagamento até 31.12.2011 ou a contratos que ainda não foram executados
07	Aquisição de bens de capital	2.845.622,52 €	Adjudicação de contratos de obras públicas e outros bens de investimento cujas faturas não foram objeto de pagamento até 31.12.2011 ou a contratos que ainda não foram executados
08	Transferências de capital	220.404,62 €	Atribuição de apoios a diversas entidades, atentas deliberações camarárias, cujos processos não reuniram condições para o seu pagamento até 31-12-2011
10	Passivos Financeiros	0 €	
<b>TOTAL</b>		<b>3.896.322,74 €</b>	

## b) Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31-12-2011

Nos termos da alínea b) do n.º1 do art.º 15 da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro os pagamentos em atraso existentes em 31-12-2011 do Município da Marinha Grande e dos quais esta Divisão de Gestão Financeira tem conhecimento, são os seguintes:

Ano de Constituição da Dívida	Classificação Económica	Fornecedor		Descrição	Montante	Observações
		NIF	Designação			
Maio de 2011	020225	600000303	ADSE-DIRECÇÃO GERAL PROTECÇÃO SOCIAL AOS FUNCIONÁRIOS E AGENTES DA ADM.PÚBLICA	EMIÇÃO DE CARTÕES DE BENEFICIÁRIOS DA ADSE (ANO 2011) - NOTA DE REEMBOLSO 3443	620 Euros	Fatura de 2011, a pagar em 2012, que foi detetada aquando da reconciliação da conta corrente da CMMG com a entidade
Julho de 2008	020203	115226389	FERNANDO RIBEIRO FORTUNATO	SERVIÇO DE MAQUINA PARA APOIO AO SERVIÇO DE PIQUETE DE AGUAS	478,50 Euros	Fatura de 2008, a pagar em 2012, detetada aquando da reconciliação da conta corrente da CMMG com a entidade



Handwritten signatures and initials, including a large '3' and '64'.

## c) Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31-12-2011

Unidade: Euros

Descrição da dívida	Montante
Cientes, Contribuintes e Utentes	680.982,77 €
Devedores de transferências para as autarquias locais - Estado	928.961,41 €
Devedores de transferências para as autarquias locais – Fundos e Serviços Autónomos	25.369,33 €
Devedores de transferências para as autarquias locais – Entidades Diversas	3.391,42 €
Devedores de Rendimentos de Propriedade	222.764,75 €
Devedores Diversos	283.900,17 €
<b>TOTAL</b>	<b>2.145.369,85 €</b>

**Nota:** relativamente à informação constante deste quadro a mesma apresenta os montantes dos recebimentos em atraso e em conta corrente, considerando que está em curso o trabalho inerente ao fecho de contas de 2011, sendo que se está a proceder à reconciliação das contas correntes de clientes e outros devedores, não sendo possível na presente data apresentar informação mais concreta e detalhada.


## d) Outras situações

O Município da Marinha Grande celebrou em junho de 2004 um contrato promessa com o Instituto Nacional de Habitação, atualmente denominado Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) relativo à aquisição de 52 fogos no Camarnal, sendo que na data da celebração da escritura pública terá de ser efetuado o pagamento de um montante que se estima em 1.541.140,33 € referente a capital e de 424.045,83€ referente a juros de mora, atenta comunicação recebida do IHRU.

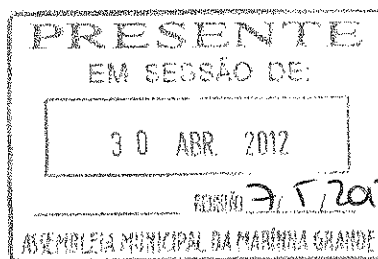
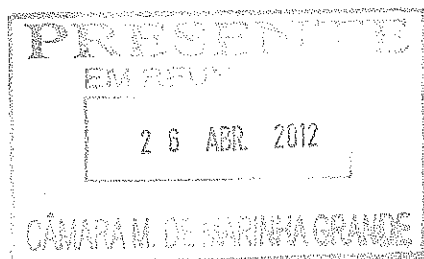
Cumpra ainda informar que a informação aqui prestada será atualizada, considerando que a mesma deve integrar os documentos de Prestação de Contas do Município da Marinha Grande relativos ao ano de 2011, cujos trabalhos se encontram em curso.

Marinha Grande, 23 de Março de 2012

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira



(Sandra Maria Felizardo de Oliveira Paiva e Cunha da Cruz)



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 8/2012

de 21 de fevereiro

**Aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, o seguinte:

## CAPÍTULO I

## Disposições gerais

## Artigo 1.º

## Objeto

A presente lei estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

## Artigo 2.º

## Âmbito

1 — A presente lei aplica-se a todas as entidades previstas no artigo 2.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, e a todas as entidades públicas do Serviço Nacional de Saúde, doravante designadas por «entidades», sem prejuízo das competências atribuídas pela Constituição e pela lei a órgãos de soberania de caráter eletivo.

2 — Sem prejuízo do princípio da independência orçamental, estabelecido no n.º 2 do artigo 5.º da lei de enquadramento orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 52/2011, de 13 de outubro, os princípios contidos na presente lei são aplicáveis aos subsectores regional e local, incluindo as entidades públicas reclassificadas nestes subsectores.

## Artigo 3.º

## Definições

Para efeitos da presente lei, consideram-se:

a) «Compromissos» as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições. Os compromissos consideram-se assumidos quando é executada uma ação formal pela entidade, como sejam a emissão de ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente, ou a assinatura de um contrato, acordo ou protocolo, podendo também ter um caráter permanente e estar associados a pagamentos durante um período indeterminado de tempo, nomeadamente salários, rendas, eletricidade ou pagamentos de prestações diversas;

b) «Compromissos plurianuais» os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico;

c) «Passivos» as obrigações presentes da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Um acontecimento que cria obrigações é um acontecimento que cria uma obrigação legal ou construtiva que faça com que uma entidade

não tenha nenhuma alternativa realista senão liquidar essa obrigação. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade para agir ou executar de certa maneira e pode ser legalmente imposta como consequência de:

- i) Um contrato vinculativo (por meio de termos explícitos ou implícitos);
- ii) Legislação;
- iii) Requisito estatutário; ou
- iv) Outra operação da lei;

d) «Contas a pagar» o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis;

e) «Pagamentos em atraso» as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes;

f) «Fundos disponíveis» as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:

i) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;

ii) As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;

iii) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;

iv) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;

v) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;

vi) As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas;

vii) Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º

## Artigo 4.º

## Aumento temporário dos fundos disponíveis

1 — A título excecional, podem ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados:

a) Pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, quando envolvam entidades pertencentes ao subsector da administração central, direta ou indireta, e segurança social e entidades públicas do Serviço Nacional de Saúde;

b) Pelo membro do Governo Regional responsável pela área das finanças, quando envolvam entidades da administração regional;

c) Pela câmara municipal, sem possibilidade de delegação, quando envolvam entidades da administração local.

2 — Quando os montantes autorizados ao abrigo do número anterior divirjam dos valores efetivamente cobrados e ou recebidos deverá a entidade proceder à correção dos respetivos fundos disponíveis.

## Artigo 5.º

## Assunção de compromissos

1 — Os dirigentes, gestores e responsáveis pela contabilidade não podem assumir compromissos que excedam os fundos disponíveis, referidos na alínea f) do artigo 3.º

2 — As entidades têm obrigatoriamente sistemas informáticos que registam os fundos disponíveis, os compromissos, os passivos, as contas a pagar e os pagamentos em atraso, especificados pela respetiva data de vencimento.

3 — Os sistemas de contabilidade de suporte à execução do orçamento emitem um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na ordem de compra, nota de encomenda, ou documento equivalente, e sem o qual o contrato ou a obrigação subjacente em causa são, para todos os efeitos, nulos.

4 — O efeito anulatório previsto no número anterior pode ser afastado por decisão judicial ou arbitral, quando, ponderados os interesses públicos e privados em presença e a gravidade da ofensa geradora do vício do ato procedimental em causa, a anulação do contrato ou da obrigação se revele desproporcionada ou contrária à boa fé.

5 — A autorização para a assunção de um compromisso é sempre precedida pela verificação da conformidade legal da despesa, nos presentes termos e nos demais exigidos por lei.

#### Artigo 6.º

##### Compromissos plurianuais

1 — A assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia:

a) Por decisão conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da tutela, quando envolvam entidades pertencentes ao subsector da administração central, direta ou indireta, e segurança social e entidades públicas do Serviço Nacional de Saúde, salvo quando resultarem da execução de planos plurianuais legalmente aprovados;

b) Do membro do Governo Regional responsável pela área das finanças, quando envolvam entidades da administração regional;

c) Da assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local.

2 — É obrigatória a inscrição integral dos compromissos plurianuais no suporte informático central das entidades responsáveis pelo controlo orçamental em cada um dos subsectores da Administração Pública.

#### Artigo 7.º

##### Atrasos nos pagamentos

A execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.

#### Artigo 8.º

##### Entidades com pagamentos em atraso

1 — No caso das entidades com pagamentos em atraso em 31 de dezembro de 2011, a previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes prevista na subalínea iv) da alínea f) do artigo 3.º tem como limite superior 75 % da média da receita efetiva cobrada nos dois últimos anos nos períodos homólogos, deduzida dos montantes de receita com caráter pontual ou extraordinário.

2 — A aplicação do disposto no número anterior às entidades nele referidas cessa quando estas deixem de ter pagamentos em atraso.

3 — As entidades que violem o disposto no artigo 7.º da presente lei:

a) Não podem beneficiar da utilização da previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes para efeitos de determinação dos fundos disponíveis definidos na alínea f) do artigo 3.º;

b) Apenas podem beneficiar da aplicação da exceção constante do n.º 1 do artigo 4.º mediante prévia autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças.

4 — O impedimento previsto no número anterior cessa no momento em que as entidades nele referidas retomem o valor dos pagamentos em atraso anterior à violação do disposto no artigo 7.º

#### Artigo 9.º

##### Pagamentos

1 — Os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na presente lei, em cumprimento dos demais requisitos legais de execução de despesas e após o fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

2 — Os agentes económicos que procedam ao fornecimento de bens ou serviços sem que o documento de compromisso, ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente possua a clara identificação do emitente e o correspondente número de compromisso válido e sequencial, obtido nos termos do n.º 3 do artigo 5.º da presente lei, não poderão reclamar do Estado ou das entidades públicas envolvidas o respetivo pagamento ou quaisquer direitos ao ressarcimento, sob qualquer forma.

3 — Sem prejuízo do disposto no artigo 11.º, os responsáveis pela assunção de compromissos em desconformidade com as regras e procedimentos previstos na presente lei respondem pessoal e solidariamente perante os agentes económicos quanto aos danos por estes incorridos.

#### Artigo 10.º

##### Prestação de informação

Para efeitos de aplicação da presente lei, as entidades devem fornecer toda a informação sobre os compromissos e pagamentos em atraso.

#### Artigo 11.º

##### Violação das regras relativas a assunção de compromissos

1 — Os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto na presente lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei em vigor.

2 — O disposto no número anterior não prejudica a demonstração da exclusão de culpa, nos termos gerais de direito.

26 ABR 2012  
CÂMARA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

30 ABR 2012  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARINHA GRANDE

## Artigo 12.º

## Auditorias

As entidades que violem a presente lei ou que apresentem riscos acrescidos de incumprimento ficam sujeitas a auditorias periódicas pela Inspeção-Geral de Finanças (IGF), ou pela inspeção setorial.

## Artigo 13.º

## Prevalência

O disposto nos artigos 3.º a 9.º e 11.º da presente lei tem natureza imperativa, prevalecendo sobre quaisquer outras normas legais ou convencionais, especiais ou excecionais, que disponham em sentido contrário.

## Artigo 14.º

## Regulamentação

Os procedimentos necessários à aplicação da presente lei e à operacionalização da prestação de informação constante do artigo 10.º são regulados por decreto-lei.

## CAPÍTULO II

## Disposições finais e transitórias

## Artigo 15.º

## Declarações

1 — Os dirigentes das entidades devem, até ao 30.º dia após a entrada em vigor da presente lei:

a) Declarar que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais;

b) Identificar, em declaração emitida para o efeito e de forma individual, todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano anterior.

2 — As declarações são enviadas até ao 5.º dia útil após o termo do prazo referido no número anterior, respetivamente:

a) Ao membro do Governo responsável pela área das finanças, quando envolvam entidades pertencentes ao subsector da administração central, direta ou indireta, e segurança social e entidades públicas do Serviço Nacional de Saúde;

b) Ao membro do Governo Regional responsável pela área das finanças, quando envolvam entidades da administração regional;

c) À assembleia municipal e à câmara municipal, quando envolvam entidades da administração local.

3 — As declarações são, ainda, publicitadas no sítio da Internet das entidades e integram o respetivo relatório e contas.

4 — A violação do disposto no presente artigo constitui infração disciplinar.

## Artigo 16.º

## Plano de liquidação dos pagamentos em atraso

1 — As entidades com pagamentos em atraso a 31 de dezembro de 2011 têm de apresentar um plano de liquidação de pagamentos, até 90 dias após a entrada em vigor da presente lei, à Direção-Geral do Orçamento (DGO), e, nos casos dos serviços da administração local, à Direção-Geral da Administração Local (DGAL).

2 — Os valores a liquidar incluídos no plano de pagamentos referidos no número anterior acrescem aos compromissos nos respetivos períodos de liquidação.

3 — As restantes contas transitadas do ano anterior a pagar acrescem aos compromissos nas respetivas datas de liquidação.

4 — Nos casos em que o plano de pagamentos gere encargos plurianuais é aplicável o disposto no artigo 6.º

## Artigo 17.º

## Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 3 de fevereiro de 2012.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 16 de fevereiro de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, *ANÍBAL CAVACO SILVA*.

Referendada em 16 de fevereiro de 2012.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

## Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2012

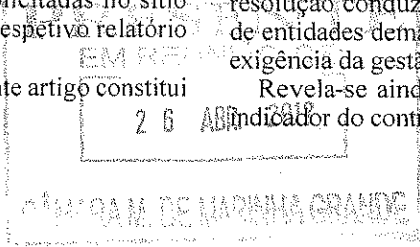
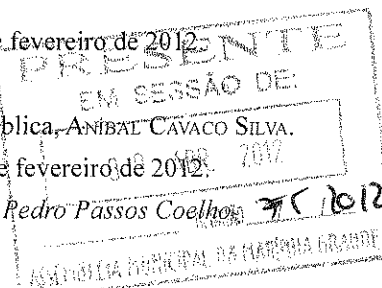
A Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, procedeu à definição dos critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos, tendo remetido para resolução própria a fixação dos critérios aplicáveis aos gestores das entidades públicas integradas no Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Nesta conformidade, cabe aprovar os critérios de determinação do vencimento dos gestores das entidades integrantes do SNS, nomeadamente dos centros hospitalares, dos hospitais e das unidades locais de saúde, atendendo ao seu especial enquadramento e características.

O regime específico do sector da saúde segue de perto o estabelecido de forma genérica para os demais sectores de atividade económica, destacando-se apenas a faculdade de diferenciação remuneratória intragrupo, tendo em conta o número de entidades públicas abrangidas e a complexidade inerente às respetivas funções de gestão.

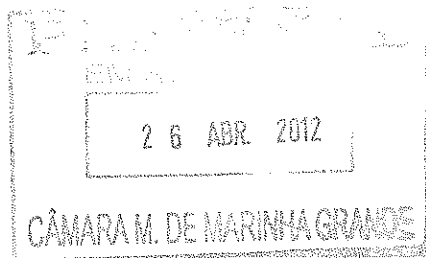
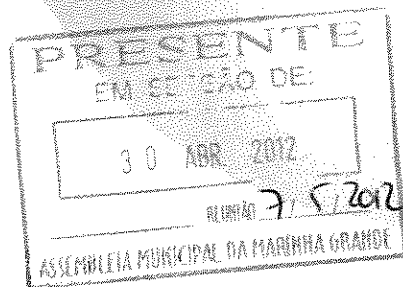
A diferenciação de regimes justifica-se pelo facto de os critérios transversais de classificação definidos na referida resolução conduzirem à classificação no mesmo grupo de entidades demasiado heterogêneas quanto ao nível de exigência da gestão.

Revela-se ainda necessário clarificar a definição do indicador do contributo de esforço financeiro público, de



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS COM A  
EMPRESA MUNICIPAL TUMG, E.M.**

*[Handwritten signatures and initials]*

**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS COM A EMPRESA MUNICIPAL TUMG - TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M.**

Nos termos do disposto no art.º 46 da Lei n.º2/2007 de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do setor empresarial local devem incluir as contas consolidadas.

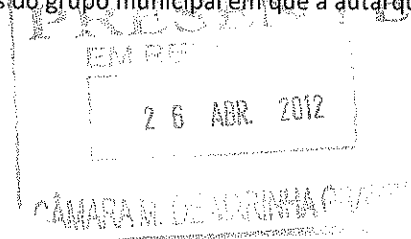
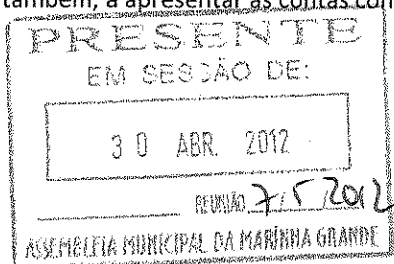
Para a efetiva aplicação do disposto na referida norma era necessária a aprovação de orientações relativas à consolidação de contas no âmbito do Setor Público Administrativo, o que se verificou com a publicação da Portaria n.474/2010 de 15 de junho, publicada na 2.ª Série do Diário da República em 1 de julho de 2010.

Posteriormente, em 28 de abril de 2011, foi emanada uma instrução pelo SATAPOCAL, para o exercício de 2010, relativa à consolidação de contas pelos municípios, atentas as especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto de a Lei das Finanças Locais prevalecer, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a portaria referida no parágrafo anterior, e de aquela consagrar de forma expressa, alguns dos aspetos relevantes em matéria de consolidação de contas, designadamente o perímetro de consolidação e os documentos que devem integrar as demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que os municípios têm vindo a adotar formas organizacionais de diversa natureza, nomeadamente empresarial, que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, tendo vindo a ser considerada exígua a prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades, por tal não permitir uma visão global da situação financeira do grupo municipal, o que dificulta, quer a tomada de decisão dos gestores municipais quer a avaliação integrada do conjunto de atividades desenvolvidas por aquelas entidades.

Assim, a consolidação de contas nos municípios surge da necessidade de se melhorar a informação contabilística prestada pela administração local com o objetivo de elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo, ainda, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Concluindo, para além das contas individuais que os municípios são obrigados a apresentar, passam, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra.



Handwritten signatures and initials on the right side of the page, including a large signature that appears to be "Abreu" and several other initials and signatures.

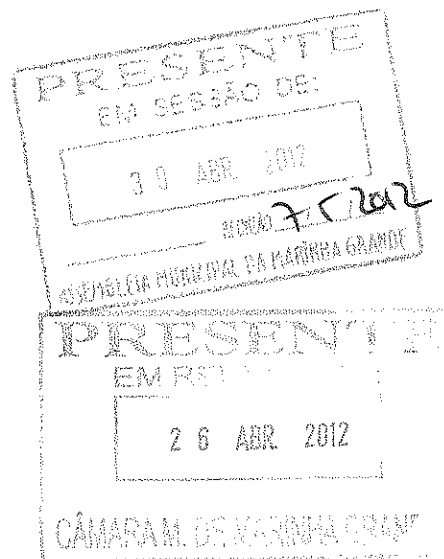
### Perímetro de Consolidação

Conforme preconizado no artigo 46º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas.

Assim, na prestação de contas do Município da Marinha Grande relativa ao ano de 2011, o grupo público municipal engloba o Município da Marinha Grande e a empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, E.M.

### Método de Consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município da Marinha Grande foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados da empresa municipal.



## INDICADORES DE GESTÃO PATRIMONIAL DO GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL

### Rácios de Liquidez

Estes rácios indicam a rapidez com que o grupo público municipal transforma os seus ativos em dinheiro, tornando-os líquidos.

#### *LIQUIDEZ GERAL*

Este indicador mede a cobertura do ativo circulante pelo passivo circulante. Através da análise dos dados constantes no quadro seguinte pode verificar-se que este indicador apresenta um valor superior à unidade, o que significa que o ativo circulante consolidado é superior ao passivo circulante consolidado em 545.411 euros.

**Quadro 1:** Liquidez Geral de 2011

	2011
Ativo Circulante Consolidado	2.974.303 €
Passivo Circulante Consolidado	2.428.891 €
<i>Liquidez Geral</i>	<b>1,22</b>

#### *LIQUIDEZ REDUZIDA*

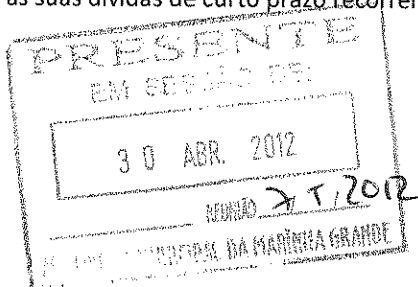
Este indicador complementa a informação anterior. Pretende-se com este rácio avaliar a capacidade que o grupo público municipal, tem para fazer face às suas obrigações de curto prazo utilizando para isso o ativo circulante consolidado deduzido do valor das existências consolidadas. Através da análise dos dados constantes no quadro seguinte pode verificar-se que este indicador apresenta um valor acima da unidade, o que significa que o ativo circulante consolidado é superior à soma das existências com o passivo circulante em 336.193 euros.

**Quadro 2:** Liquidez Reduzida de 2011

	2011
Ativo Circulante Consolidado	2.974.303 €
Existências Consolidadas	209.218 €
Passivo Circulante Consolidado	2.428.891 €
<i>Liquidez Reduzida</i>	<b>1,14</b>

#### *LIQUIDEZ IMEDIATA*

Por sua vez o rácio de liquidez imediata mede a capacidade que o grupo público municipal tem para fazer face às suas dívidas de curto prazo recorrendo exclusivamente às suas disponibilidades.



**Quadro 3: Liquidez Imediata de 2011**

	2011
Disponibilidades Consolidadas	1.404.040 €
Passivo Circulante Consolidado	2.428.891 €
<b>Liquidez Imediata</b>	<b>0,58</b>

**Rácio de Solvabilidade**

O indicador de solvabilidade mede a capacidade financeira global que as entidades têm para solver a totalidade dos seus compromissos, isto é, evidencia se os capitais próprios são ou não suficientes para solver a dívida de curto, médio e longo prazo.

Da análise do valor apresentado verifica-se que este rácio apresenta um valor bastante superior à unidade, o que significa que o fundo patrimonial consolidado do grupo público municipal, é superior ao passivo consolidado verificando-se assim que os capitais próprios são suficientes para solver a dívida de curto, médio e longo prazo.

**Quadro 4: Rácio de Solvabilidade de 2011**

	2011
Fundo Patrimonial Consolidado	78.548.224 €
Passivo Consolidado	32.133.701 €
<b>Solvabilidade</b>	<b>2,44</b>

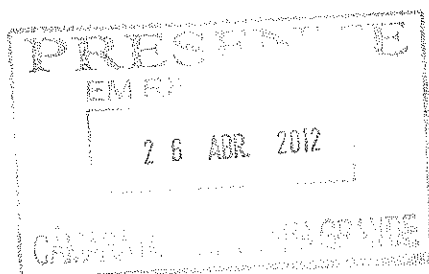
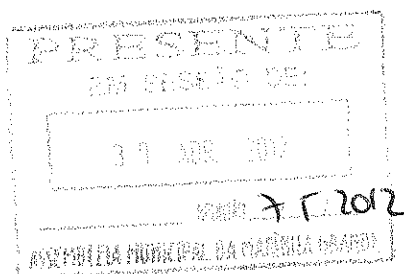
**Rácio da Autonomia Financeira**

Este indicador evidencia a parte do ativo que é coberto pelo fundo patrimonial.

De acordo com o valor constante do quadro infra pode verificar-se que o grau de autonomia financeira apresenta o valor de 0,71, o que significa que apenas 71% do ativo líquido consolidado é que é coberto pelo fundo patrimonial consolidado.

**Quadro 5: Rácio da Autonomia Financeira de 2011**

	2011
Fundo Patrimonial Consolidado	78.548.224 €
Ativo Líquido Consolidado	110.681.924 €
<b>Autonomia Financeira</b>	<b>0,71</b>



## Rádios de Endividamento

### *ENDIVIDAMENTO*

Este rácio mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades do grupo público municipal.

Da análise dos valores apresentados verifica-se que o grau de endividamento apresenta em 2011 o valor de 0,29, o que significa que os capitais alheios representam 29% do ativo líquido consolidado.

**Quadro 6:** Rácio do Endividamento de 2011

	2011
Passivo Consolidado	31.630.681 €
Ativo Líquido Consolidado	110.681.924 €
	0,29

### *ENDIVIDAMENTO - EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO*

A análise deste indicador permite averiguar o grau de dependência do ativo líquido total do grupo público municipal relativamente aos empréstimos de médio e longo prazo contraídos pelas entidades.

Da análise dos valores apresentados verifica-se que o grau de endividamento em 2011 é de 0,04, o que significa que os empréstimos de médio e longo prazo consolidados representam 4% do ativo líquido consolidado.

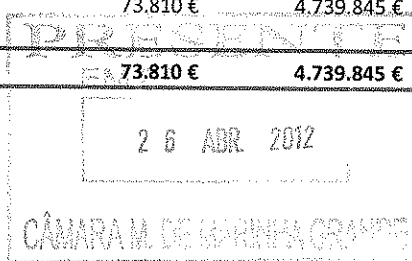
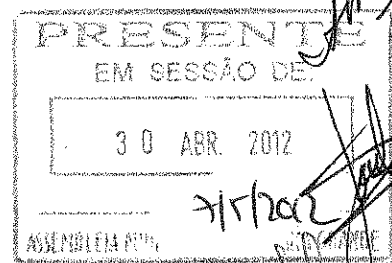
O valor de 4.739.845 euros reflete, para além do montante da dívida de empréstimos de médio e longo prazos contratualizados diretamente pelo Município da Marinha Grande, a quota parte da autarquia no empréstimo contratualizado pela Associação de Municípios (4.666.035 euros), bem como os empréstimos diretamente contratualizados pela empresa municipal (73.809,81 euros).

**Quadro 7:** Rácio do Endividamento - Empréstimos de Médio e Longo Prazo de 2011

	2011
Empréstimos de MLP Consolidados	4.739.845 €
Ativo Líquido Consolidado	110.681.924 €
	0,04

**Quadro 8:** Endividamento de médio e longo prazo consolidado

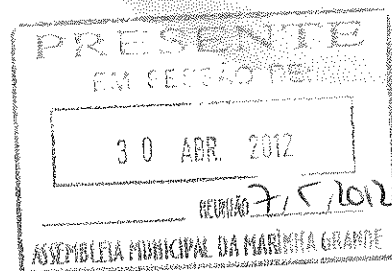
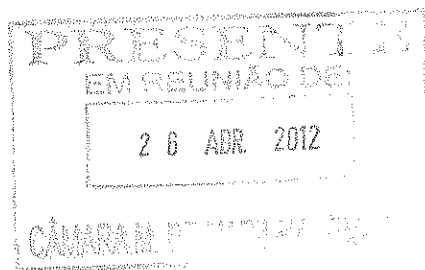
	CMMG	TUMG	ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO
Dívidas a terceiros de médio e longo prazos	4.666.035 €	73.810 €	4.739.845 €
<b>TOTAL</b>	<b>4.666.035 €</b>	<b>73.810 €</b>	<b>4.739.845 €</b>



Handwritten signatures and initials, including a large signature at the top right and several others below it.

# Município da Marinha Grande

Câmara Municipal



**BALANÇO CONSOLIDADO**

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: "Havala" with a signature.  
- Middle right: "Lito" with a signature.  
- Bottom right: "C. P." with a signature.  
- Far right: "uf" with a signature.

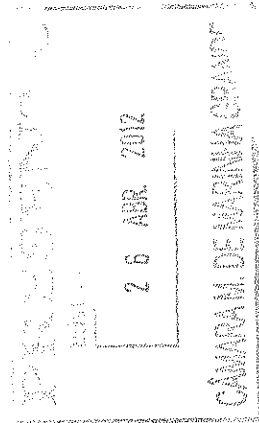
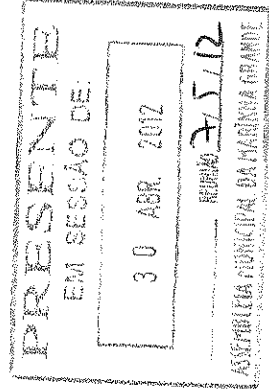
Código das contas POCAL	BALANÇO	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE				T.U.M.G. Empresa Municipal				Eliminações		CONSOLIDADO
		Exercício 2011				Exercício 2011				D	C	
		AB	A/P	AL		AB	A/P	AL				
	ATIVO											
	Imobilizado											
	Bens de Domínio Público											
451	Terrenos e recursos naturais	7.102.422,91		7.102.422,91					0,00			7.102.422,91
452	Edifícios	856.526,61	107.065,80	749.460,81					0,00			749.460,81
453	Outras construções e infra-estruturas	52.896.602,87	24.545.802,47	28.350.800,40					0,00			28.350.800,40
455	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural	125.822,80		125.822,80					0,00			125.822,80
459	Outros bens de domínio público								0,00			0,00
445	Imobilização em curso	3.411.051,55		3.411.051,55					0,00			3.411.051,55
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público								0,00			0,00
		64.392.426,74	24.652.868,27	39.739.558,47		0,00			0,00			39.739.558,47
	Imobilizações incorpóreas:											
431	Despesas de instalação								0,00			0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1.461.310,95	1.429.329,17	31.981,78					0,00			0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	526.092,30	421.531,02	104.561,28		125,00			83,34			31.981,78
443	Imobilizações em curso	220.804,37		220.804,37					0,00			104.644,62
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas								0,00			220.804,37
		2.208.207,62	1.850.860,19	357.347,43		125,00			83,34			357.430,77
	Imobilizações corpóreas:											
421	Terrenos e recursos naturais	21.900.463,83		21.900.463,83					0,00			21.919.853,83
422	Edifícios e outras construções	36.991.272,68	4.988.528,95	32.002.743,73		58.170,00			1.163,40			32.059.750,33
423	Equipamento Básico	13.252.328,06	10.588.274,08	2.664.053,98		656.606,97			402.940,52			2.917.720,43
424	Equipamento de transporte	119.596,73	87.930,05	31.666,68					0,00			31.666,68
425	Ferramentas e utensílios	48.647,82	47.422,91	1.224,91					0,00			1.224,91
426	Equipamento administrativo	1.487.981,89	1.399.424,59	83.557,30		50.887,59			36.179,98			58.264,91
427	Taras e vasilhame	4.677,95	4.392,01	285,94					0,00			285,94
429	Outras imobilizações corpóreas	3.557.228,03	320.589,64	3.236.638,39		108,33			40,62			3.236.706,10
442	Imobilizações em curso	5.172.969,46		5.172.969,46		60.800,00			60.800,00			5.233.769,46
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	51.996,12		51.996,12					0,00			51.996,12
		82.582.162,57	17.436.562,23	65.145.600,34		945.962,89			440.324,52			65.551.238,71
	Investimentos financeiros:											
411	Partes de capital	1.137.627,15		1.137.627,15					0,00			799.627,15
412	Obrigações e títulos de participação								0,00			0,00
414	Investimentos em imóveis	394.049,49	44.716,88	349.332,61					0,00			349.332,61
415	Outras aplicações financeiras								0,00			0,00
441	Imobilizações em curso								0,00			0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	1.531.676,64	44.716,88	1.486.959,76		0,00			0,00			1.486.959,76
	Circulante:											
	Existências:											
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	175.828,18	13.204,58	162.623,60					0,00			162.623,60
35	Produtos e trabalhos em curso								0,00			0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos								0,00			0,00
33	Produtos acabados e intermediários								0,00			0,00
32	Mercadorias	46.594,40		46.594,40					0,00			46.594,40
37	Adiantamentos por conta de compras								0,00			0,00
		222.422,58	13.204,58	209.218,00		0,00			0,00			209.218,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)											

77

Handwritten signatures and initials at the top of the page.

Handwritten initials "mv" at the bottom right.

Código das contas POCAL		BALANÇO  ACTIVO	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE				T.U.M.G. Empresa Municipal			Eliminações		CONSOLIDADO
			Exercício 2011				Exercício 2011			D	C	
			AB	A/P	AL	AB	A/P	AL				
Dividas de terceiros - Curto prazo:												
28	Empréstimos concedidos										0,00	
211	Clientes, c/c										0,00	
212	Contribuintes, c/c	68.850,20			68.850,20						68.850,20	
213	Utentes, c/c	84.709,19			84.709,19						84.709,19	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	533.513,09		492.926,00	40.587,09	3.183,00		3.183,00			43.770,09	
228	Adiantamentos a fornecedores										0,00	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado										0,00	
24	Estado e outros entes publicos										0,00	
264	Administração autárquica										0,00	
262+263+267+268	Outros devedores	1.477.531,72		393.307,20	1.084.224,52	58.983,26		58.983,26			58.983,26	
		2.164.604,20		886.233,20	1.278.371,00	85.547,55		82.673,80			1.084.224,52	
	Titulos negociáveis:										1.361.044,80	
151	Ações										0,00	
152	Obrigações e títulos de participação										0,00	
153	Títulos de dívida pública										0,00	
159	Outros títulos										0,00	
18	Outras aplicações de tesouraria										0,00	
	Depósitos em instituições financeiras e caixa:										0,00	
12	Depósitos em instituições financeiras	853.992,16			853.992,16	526.921,27		526.921,27			1.380.913,43	
11	Caixa	22.626,60			22.626,60	500,00		500,00			23.126,60	
		876.618,76			876.618,76	527.421,27	0,00	527.421,27			1.404.040,03	
	Acréscimos e diferimentos:										0,00	
271	Acréscimos de proventos	369.253,22			369.253,22	135,48		135,48			369.388,70	
272	Custos diferidos	203.045,08			203.045,08			0,00			203.045,08	
		572.298,30			572.298,30	135,48	0,00	135,48			572.433,78	
	Total de amortizações			43.985.007,57				0,00			0,00	
	Total de provisões/ajustamentos			899.437,78				0,00			0,00	
	Total do activo	154.550.417,41		44.884.445,35	109.665.972,06	1.459.192,19	443.239,93	1.015.952,26			110.681.924,32	



Handwritten signatures and initials, including "Havala 17" and "26 ABR 2012".

Código das contas POCAL	BALANÇO FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE Exercício 2011		T.U.M.G. Empresa Municipal Exercício 2011		Eliminações		CONSOLIDADO
						D	C	
	<b>Fundos próprios:</b>							
51	Patrimônio		52.310.718,53		338.000,00	338.000,00		52.310.718,53
	Diferenças de consolidação				-150.087,85	-150.087,85		150.087,85
55	Ajustamento de partes de capital em empresas							
56	Reservas de reavaliação							
	<b>Reservas:</b>							
571	Reservas legais		852.431,33		19.846,90	19.846,90		852.431,33
572	Reservas estatutárias							
573	Reservas contratuais							
574	Reservas livres							
575	Subsídios							
576	Doações		6.437.185,05					6.437.185,05
577	Reservas decorrentes de transferência de ativos							
59	Resultados transferidos		15.784.370,60		130.240,95	130.240,95		15.784.370,60
88	Resultado líquido do exercício		2.650.585,51		24.844,90	24.844,90		2.675.430,41
	<b>Total dos Fundos Próprios</b>		78.035.291,02		512.932,75	512.932,75		78.548.223,77
	<b>Passivo:</b>							
202	Provisões para riscos e encargos		513.700,64					513.700,64
2312+2613+268	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		6.101.282,63		96.749,68	96.749,68		6.198.032,31
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>							
2311	Empréstimos de curto prazo							
269	Adiantamentos por conta de vendas							
221	Fornecedores, c/c		188.761,65		377.585,00	17.496,20		548.850,45
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		9.730,98					9.730,98
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes							
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c		426.433,26					426.433,26
24	Estado e outros entes públicos		55.270,70		13.568,31			68.839,01
264	Administração autárquica							
262+263+267+268	Outros credores		1.127.154,5		45,91			1.127.761,36
217	Clientes e utentes com cauções		229.780,18					229.780,18
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>							
273	Acréscimos de custos		1.584.677,74		12.387,94			1.597.065,68
224	Proveitos diferidos		21.993.327,81		2.682,67			21.996.010,48
	<b>Total do Passivo</b>		31.630.681,09		503.019,51			32.133.700,55
	<b>Total dos Fundos Próprios e do Passivo</b>		109.665.972,06		1.015.952,26	355.496,20	355.496,20	110.681.924,32

ORÇÃO EXECUTIVO

Em 26 de Abril de 2012

ORÇÃO DELIBERATIVO

Em 30 de Abril de 2012

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

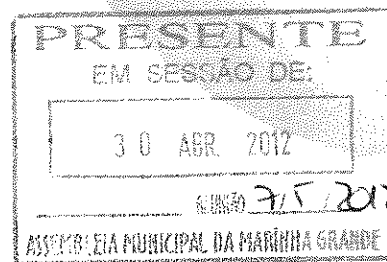
Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

Handwritten signature and initials.

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS**

*[Handwritten signatures and initials]*

## MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

Código das contas POCAL	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Exercício 2011		TUMG		Eliminações		CONSOLIDADO
						D	C	
	Custos e perdas							
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:							
	Mercadorias	3.692,70						
	Matérias	242.298,58	245.991,28	9.203,06	9.203,06			255.194,34
62	Fornecimentos e serviços externos		8.342.922,88		632.003,95		461.195,23	8.513.731,60
	Custos com o pessoal:							
641+642	Remunerações	4.410.439,40		149.156,24				
643 a 648	Encargos sociais	779.682,56	5.190.121,96	32.837,39	181.993,63			5.372.115,59
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais		1.299.825,20				264.000,00	1.035.825,20
66	Amortizações do exercício		3.817.776,84		46.157,75			3.863.934,59
67	Provisões do exercício		390.617,99		234,34			390.852,33
65	Outros custos e perdas operacionais		63.125,98		70,69			63.196,67
(A)			19.350.382,13		869.663,42			20.220.045,55
68	Custos e perdas financeiros		210.220,12		1.694,75			211.914,87
			19.560.602,25		871.358,17			20.431.960,42
69	Custos e perdas extraordinários		487.393,90		10.157,82			497.551,72
			20.047.996,15		881.515,99			20.929.512,14
88	Resultado líquido do exercício		2.650.585,51		24.844,90			2.675.430,41
			22.698.581,66					22.698.581,66
	Proveitos e ganhos							
	Vendas e prestações de serviços:							
7111	Vendas de mercadorias	5.040,40						
7112+7113	Vendas de produtos	1.358.751,81						
712	Prestações de serviços	4.914.233,42	6.278.025,63	632.636,89	632.636,89	461.195,23		7.371.857,75
72	Impostos e taxas		6.478.391,87					6.478.391,87
	(a) Variação da produção							
75	Trabalhos para a própria entidade		8.255,43					8.255,43

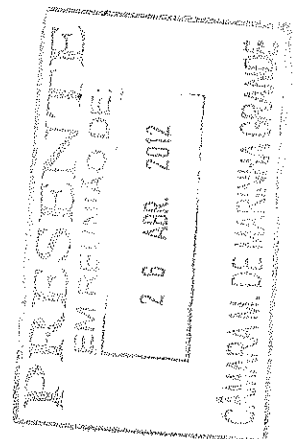
MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

Código das contas POCAL	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Exercício 2011	TUMG	Eliminações	CONSOLIDADO
	Proveitos suplementares				
74	Transferências e subsídios obtidos	6.684.214,23	264.000,00	264.000,00	7.212.214,23
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	8.477,51			8.477,51
(B)		19.457.364,67	896.636,89		20.354.001,56
78	Proveitos e ganhos financeiros	171.191,42	9.724,00		180.915,42
(D)		19.628.556,09	906.360,89		20.534.916,98
79	Proveitos e ganhos extraordinários	3.070.025,57			3.070.025,57
(F)		22.698.581,66	906.360,89		23.604.942,55
	Resultados operacionais: (B) - (A);	106.982,54	26.973,47		133.956,01
	Resultados financeiros: (D-B) - (C-A);	-39.028,70	8.029,25		-30.999,45
	Resultados correntes: (D) - (C);	67.953,84	35.002,72		102.956,56
	Resultado líquido do exercício: (F) - (E)	2.650.585,51	24.844,90	0,00	2.675.430,41

Ordem Executiva

Em 26 de Abril de 2012

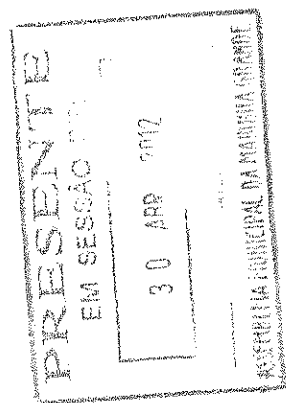
*[Assinatura]*



Ordem Deliberativa

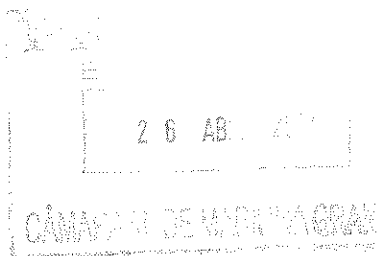
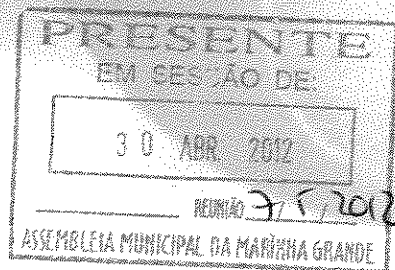
Em 30 de Abril de 2012

*[Assinatura]*



*[Assinaturas e rubricas]*

Município da Marinha Grande  
Câmara Municipal



**ENCERRAMENTO E TERMO DE APROVAÇÃO FINAL**

mt  
ca  
cf

17/4

**DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011****ENCERRAMENTO**

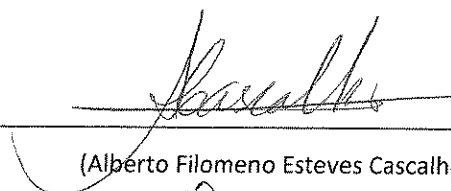
Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2011, que se contêm em 442 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foram aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande, realizada em 26 de Abril de 2012.

**O Presidente**

(Álvaro Manuel Marques Pereira)

**Os Vereadores:**

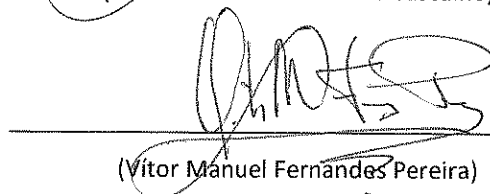
(Paulo Jorge Campos Vicente)



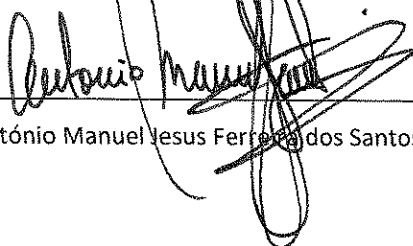
(Alberto Filomeno Esteves Cascalho)



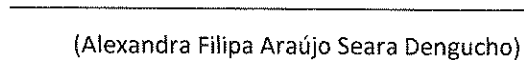
(Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira)



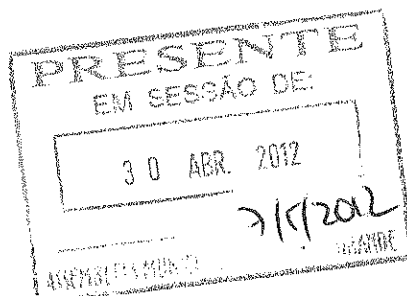
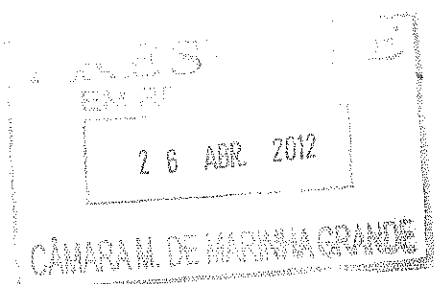
(Vítor Manuel Fernandes Pereira)



(António Manuel Jesus Ferreira dos Santos)



(Alexandra Filipa Araújo Seara Dengucho)



TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

Os presentes DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GERÊNCIA DO ANO FINANCEIRO DE 2011, que se contêm em 412 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, mereceram aprovação da Assembleia Municipal da Marinha Grande, em sua sessão ordinária do dia 30 de Abril de 2012.

O Presidente



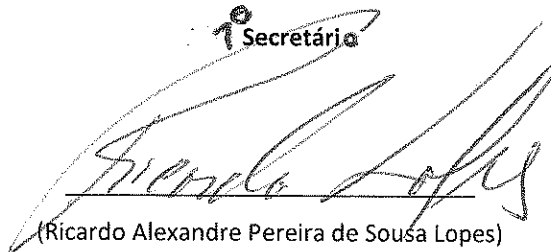
(Telmo Lopes da Silva Ferraz)

2.º Secretária



(Isabel Ferreira)

1.º Secretário



(Ricardo Alexandre Pereira de Sousa Lopes)

